

Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri

**DISCURSOS VERDES:
AS PRÁTICAS DA ECOLOGIA**

(Um estudo antropológico da participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986)

1986/1987

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Antropologia Social, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas.

Este exemplar corresponde
à redação final da disserta-
ção defendida e aprovada
pela comissão Julgadora em
06/02/1992

Ana Maria de Niemeyer

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria de Niemeyer†

Z61d

16063/BC

Janeiro/1992

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

"(...)Qué tiempos éstos en que hablar sobre árboles es casi un crimen porque supone callar sobre tantas alevosías!"

(Bertolt Brecht - "A Los Hombres Futuros" in Poemas y Canciones, Madrid, Alianza Editorial, 1982.)

Para Odete, minha mãe, mulher de muitas
lutas

À memória do velho "seu Mucaiba", um
turco-mineiro, "matuto e matreiro", ho-
mem de sabedoria, Moukhaiber Zhouri, meu
pai.

Agradecimentos

À Ana Maria de Niemeyer, professora e orientadora, pela coragem de assumir o desafio de um novo tema. Acreditou, incentivou, iniciou-me e orientou-me neste difícil percurso da pesquisa antropológica.

Eni Orlandi, apresentou-me a perspectiva da Análise de Discurso, com generosidade e respeito, incentivou-me a continuar o caminho.

Evelina Dagnino, em momentos difíceis e cruciais leu, comentou, criticou, apontou saídas, me estimulou e valorizou o trabalho.

Maria Suely Koffes, leu com inteligência, seriedade e respeito a primeira versão do trabalho apresentada para o exame de qualificação.

Carlos Rodrigues Brandão, chamou-me a abandonar o "temor de ser".

Haqira Osakabe, gentilmente leu entrevistas e sugeriu a metodologia de classificação dos dados.

Rita de Cássia Lahoz Morelli, contribuiu com sua leitura, comentários e sugestões num momento difícil.

Eduardo Viola, interlocutor sempre presente, comentou o projeto inicial, apresentou perspectivas e bibliografia. Enquanto coordenador do GT: Ecologia, Política e Sociedade da Anpocs, em 1989, possibilitou a apresentação das primeiras análises.

Adriana Piscitelli e Maria Tereza Paulino da Costa leram, comentaram e incentivaram em diferentes momentos.

Daniel Hogan, coordenador do GT: Ecologia, Política e Sociedade da Anpocs, em 1991, possibilitou a apresentação de uma versão primeira e parcial da pesquisa.

Ao grupo de estudos Ambiente e Sociedade do NEPAM-UNICAMP, pelas contribuições e críticas ao projeto inicial.

Maria Helena Antuniazzi, Luiz Eduardo Soares, Hugo Lovisoló, Paula Monteiro, Gilda F. Portugal Gouvêa, Bolívar Lamounier, Pierre Sanchis ouviram, discutiram e fizeram sugestões no período inicial da pesquisa.

Marcos Magalhães Arantes e Adelaide Maria Casas Vilela ajudaram em minha primeira ida à campo.

Aos meus amigos e colegas de percurso, Maria Lídia M. de Noronha Pessoa, Maria Edith Guerrero Obando, Antônio Alvaro Barbosa de Sá, Sílvio

Fleming, Renata Xavier, Patrícia Moreira, Mônica Meyer, pela convivência afetuosa, estudos e discussões conjuntas.

A Jose Luiz Jimenez, Ana Fonseca e Iara Boleli pela amizade e momentos de descontração.

À Maria Tereza Gonzaga Alves(Tetê), pela presença, afeto e incentivo desde os tempos da graduação.

À Luzia Watanabe(Lú) pela amizade, apoio e paciência na vida cotidiana.

À Lelé, Heriot, Soraya e toda minha família pelo suporte afetivo e material.

A Ivan Capellato, por sua contribuição ao meu crescimento pessoal.

Aos funcionários da secretaria, gráfica, biblioteca e CPD do IFCH, pela atenção e colaboração.

A Fapesp, CNPQ, Capes e Unicamp (bolsas Faep e Incentivo Acadêmico) pelos financiamentos concedidos durante o curso de mestrado e para a realização desse trabalho.

Aos candidatos das Listas Verdes de 1986 que me concederam uma parte do precioso tempo de suas campanhas eleitorais.

Ao Tonhão, Amâncio e todos aqueles que cruzei durante a pesquisa, e que me abriram portas e me ensinaram sobre ecologia, política e a vida.

Resumo

No âmbito das interrelações entre cultura e política, numa perspectiva antropológica e a partir de uma abordagem da Análise de Discurso, a participação dos ecologistas paulistas para disputar as eleições de 1986, através da elaboração de Listas verdes suprapartidárias, é analisada como um momento de tensão, em que as mudanças e os conflitos na trajetória do Movimento Ecológico, até aquele período, emergem e são colocadas em relevo. A passagem de uma prática característica de movimento social para uma prática de natureza político-partidária obriga a uma reelaboração das práticas e concepções ecologistas. Nesse processo, grupos diferenciados se constituem e se confrontam. Os candidatos das Listas Verdes processam essa passagem reelaborando e construindo novos sentidos de ecologia, movimento ecologista, dentre outros. É a partir desse período que se fortalece a "corrente dos novos ambientalistas" que, através de um discurso técnico-científico, se legitimam como interlocutores privilegiados das agências estatais, opinião pública e grupos internacionais, apagando uma dimensão cultural colocada pelo ecologismo, bem como a atuação das entidades "históricas".

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I - Reconstituição do Universo Ecologista	24
1 - Os Movimentos Sociais e Políticos e o Movimento Ecológico.....	28
2 - Uma Leitura do Ponto de Vista do Ecologismo.....	42
3 - Uma Breve História das Entidades Ecologistas no Brasil e em São Paulo.....	53
Capítulo II - O Movimento Ecológico nas Eleições de 1986	58
1 - As Relações do ME com a Esfera da Política Partidária.....	58
2 - O Debate nos Encontros.....	72
- "O Cometa cria Estrelas".....	74
- A III Reunião da CIEC.....	88
- O I Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas Autônomas.....	96
3 - As Listas Verdes: Ciec X Apedema.....	106

Capítulo III - As Articulações dos Universos Ecologista e Político-Partidário nos Discursos dos Candidatos das Listas Verdes.....	121
1 - As Categorias Definidoras do "Candidato Ecológico".....	128
2 - A Imagem que os Candidatos têm do ME.....	131
3 - Os Sentidos de Ecologia nos Discursos ou o "apagamento" do Ecológico pelo Ambiental.....	155
4 - O Mecanismo de Politização Via Dois Jogos de Sentidos.....	161
Conclusão.....	168
Notas.....	173
Apêndice.....	183
Bibliografia.....	204

Introdução

A presente pesquisa trata da participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986, através da elaboração de Listas Verdes suprapartidárias. O momento histórico daquelas eleições é marcado pela eleição da Assembléia Nacional Constituinte, além do pleito para as assembleias e governos estaduais, e do ponto de vista desta pesquisa, pela participação inédita do Movimento Ecológico na arena político-institucional. Dentro desse contexto, a pesquisa procurou investigar, de maneira geral, a situação que envolveu a participação dos ecologistas nas eleições de 1986 e, sobretudo, como o tema da Ecologia aparece e é construído nos discursos dos candidatos de diversos partidos que foram indicados pelo Movimento Ecológico, e que constituíram as Listas Verdes suprapartidárias elaboradas pelos ecologistas paulistas (ver Listas Verdes em apêndice). Ou seja, como um tema próprio de um movimento social é articulado por candidatos numa prática político-partidária-eleitoral, e quais os sentidos que a ecologia assume a partir daí.

O interesse por este tema, o Movimento Ecológico, desenvolveu-se a partir de uma preocupação inicial pelos "modos alternativos de vida", cuja expressão mais radical são as comunidades alternativas rurais.(1) A curiosidade pelo modo de vida dessas últimas tem sua origem relacionada à minha própria história pessoal. Nascida em Aiuruoca, sul de Minas Gerais, na região que compreende a recém-criada (1990) Estação Ecológica do Papagaio, envolvida pelas montanhas da Serra da Mantiqueira, fui iniciada desde sempre no convívio com as montanhas, o

rio e suas cachoeiras. Entretanto, tais "privilégios ecológicos", aspectos paisagísticos banais da vida cotidiana para muitos dos nativos, não passaram despercebidos por "forasteiros" das grandes cidades.

No final dos anos 70 e início dos 80, Aiuruoca, São Tomé das Letras, Itamonte e outras cidades da região, começaram a compartilhar suas montanhas e cachoeiras com os "hippies", na visão dos nativos, pessoas oriundas dos grandes centros urbanos em busca de uma experiência de vida no campo. Eram alternativos, místicos, esotéricos, ufologistas, naturalistas, praticantes de terapias orientais que com seus cabelos compridos, vestimentas e hábitos alimentares diferenciados, chamavam atenção e compunham um panorama diferenciado daquele típico da vida das pequenas cidades do interior mineiro. Se minha primeira curiosidade foi motivada por um sentimento nativo, uma segunda, motivada por uma indagação antropológica, levou-me a pensar nesses grupos como remanescentes do movimento contracultural dos anos 60. (2)

Quem eram eles? De onde vinham? Como chegaram até ali? O que pensavam? Como pretendiam viver? O que achavam do local e dos nativos? Como se relacionavam com esses? E esses últimos? O que achavam dos "de fora"? Como se relacionavam com eles? Que mudanças aconteceriam no modo de vida das populações nativas? Enfim, essas eram algumas das indagações que me moviam, já no curso de mestrado, em direção a uma proposta de pesquisa.

Partindo dessa idéia, em fevereiro de 1986 fiz uma primeira visita à comunidade Rajneesh ARA - Abrigo Rio Acima - situada no município de Itamonte-MG, com o objetivo de levantar os primeiros dados para a pesquisa. Uma segunda visita ocorreu dois meses depois, em abril de 1986, por ocasião de um acampamento, evento promovido pela

comunidade quando da passagem do cometa Halley (ver cap.II). Dentre as atividades desenvolvidas durante o evento, denominado "O Cometa Cria Estrelas" - uma referência à passagem do Cometa Halley bem como às "estrelas" esperadas para o encontro como Fernando Gabeira, Lucélia Santos, Luiz Carlos Maciel, dentre outros - a realização de um debate sobre a participação dos ecologistas e os chamados "alternativos" nas eleições daquele ano, chamou-me atenção pela polêmica e as discussões suscitadas.

Esse debate foi fundamental para a mudança de perspectiva da pesquisa e para a delimitação do tema. Através dele percebi que algo de novo e conflitivo estava ocorrendo naquele universo cultural, e que dizia respeito à participação do Movimento Ecológico numa disputa eleitoral. A partir dele, outros contatos e encontros ecologistas importantes foram me apontando o novo direcionamento. Dentre eles, destaco a III Reunião da CIEC - Comissão Interestadual de Ecologistas para a Constituinte - realizada nos dias 19 e 20 de abril em Itapeverica da Serra-SP, e o I Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas Autônomas, realizado nos dias 1º, 2, 3 e 4 de maio em Belo Horizonte-MG (Ver discussão no cap.II).

Em todos os eventos fui percebendo que o grande debate girava em torno da participação política nas eleições de 1986. A polêmica sobre a criação de um Partido Verde no Brasil (o qual não conseguiu se legalizar para disputar aquelas eleições) gerava discussões acaloradas que conduziam muitas vezes a agressões verbais e, em alguns casos, quase físicas entre os representantes de cada uma das posturas. Essas, grosso modo, podem ser resumidas em três: a) os que eram contra a criação do PV; b) os que eram contra a criação do PV "já"; c) os que

eram favoráveis à criação do partido "já". As discussões, fofocas e acusações sobre quem era "verdadeiramente ecológico", ou "ecologista puro" levou-me a pensar em outras divisões internas para além das discussões sobre a criação do partido.

Despertada por essas discussões, fui me aproximando cada vez mais do Movimento Ecológico (doravante ME), especialmente em São Paulo onde ele era melhor estruturado (contavam-se à época mais de duzentas entidades ecológicas na cidade de São Paulo). Acompanhei o encaminhamento das discussões sobre a necessidade de representantes ecologistas na Constituinte e sobre a melhor forma de participação política destes. Assim, eu comecei a delimitar meu interesse dentro desse vasto tema.

Como alternativa à criação do PV, para fins de participação nas eleições de 1986, em fins de novembro de 1985, foi criada no Rio de Janeiro a CIEC - Coordenadoria Interestadual de Ecologistas para a Constituinte - que ficaria encarregada de encaminhar as discussões e de organizar "Listas Verdes" de caráter suprapartidário nos Estados onde o ME encontrava-se melhor estruturado. Como discutirei no capítulo II, em São Paulo, as divergências quanto ao encaminhamento e os critérios de elaboração da Lista Verde da CIEC, identificada como ligada ao perfil político-ideológico do PV, originaram uma cisão entre os ecologistas paulistas com a elaboração de uma outra listagem de candidatos indicados pela APEDEMA - Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente. Com isso, CIEC e APEDEMA elaboraram as duas principais Listas Verdes indicadoras dos candidatos ligados ao ME para as eleições de 1986, sendo que a maioria dos candidatos indicados pela CIEC também constavam da Lista da APEDEMA que incluía um maior

número de candidatos (além de candidatos considerados "membros" do movimento, os candidatos "aliados").

Paralelamente à polêmica travada no interior do ME sobre a participação política nas eleições de 1986, fui acompanhando a extrapolação da questão ecológica do âmbito interno do ME para a opinião pública, principalmente, via espaços conquistados na imprensa.(3) A questão ecológica ganha uma certa evidência em termos nacionais neste período, ocasionada sobretudo pela repercussão do acidente nuclear com a usina de Chernobyl, na ex-URSS. Este episódio recolocou em discussão a necessidade da usina nuclear de Angra dos Reis e outros problemas ecológicos nacionais - questão da Amazônia, da poluição, do desmatamento, dos agrotóxicos, entre outros.

No Rio de Janeiro, surgiu um candidato do Partido Verde (embora não-legalizado) ao governo do Estado através de uma coligação com o PT. Entre outras razões, a candidatura de Fernando Gabeira ganhou popularidade através de uma campanha "criativa" com destaque para o abraço à lagoa Rodrigo de Freitas que reuniu mais de 50 mil pessoas. Através de debates transmitidos pela televisão, Gabeira chegou mesmo a ameaçar em alguns momentos a posição do segundo colocado nas pesquisas de opinião.(4)

Mas é São Paulo, o centro de maiores problemas ambientais do país, o Estado com maior número de entidades ecológicas, e aquele que apresentou o maior número de candidatos "ecológicos" às eleições de 1986 nos dois níveis, estadual e federal (ver apêndice).

Como afirmei acima, minha opção pelo estudo do ME através de sua participação no contexto das eleições de 1986, justifica-se primeiro, pela importância do momento histórico em nível nacional da

eleição da Assembléia Nacional Constituinte, e segundo, em decorrência da própria Constituinte, a inauguração da participação explícita e organizada do ME na arena da política institucional ou oficial. Momento ainda inédito, se considerarmos que os movimentos sociais têm por característica se autoafirmarem como apartidários ou até mesmo "apolíticos", numa denominação mais extremada.

Os encontros ecologistas realizados em clima de efervescência frente às mudanças, apontaram-me o direcionamento da pesquisa que nascia assim sob o signo de uma polêmica e um embate. No entanto, as dificuldades que acompanharam seu andamento foram inúmeras e de diversas ordens. Uma das maiores dificuldades decorreu da rapidez com que a história acontecia num universo cultural diversificado que, embora próximo do ponto de vista das categorizações de classe social, me era totalmente estranho. Num ano de eleições, os eventos, fatos, situações e personagens eram tantos e tão variados, e ao mesmo tempo simultâneos, que o situar-me, no sentido de Geertz(1978) entre eles era algo que me parecia, às vezes, impossível. Primeiro foram os encontros ecologistas e, depois, as entrevistas com os candidatos. Estas últimas foram realizadas em ritmo "alucinante", uma vez que algum consenso em torno dos nomes das Listas Verdes somente foi possível a menos de um mês das eleições. Assim, o ritmo das entrevistas com os candidatos acompanhava o ritmo final de suas campanhas. Algumas foram realizadas entre uma panfletagem e um debate, e outras ainda num mesmo dia e em cidades diferentes, entre uma viagem e um comício, dependendo da disponibilidade dos candidatos que se propuseram a conversar comigo.

A opção por acompanhar a história em andamento acarreta em perdas: tanto da visão de conjunto, quanto da profundidade de ques-

tões, que só uma proximidade, fruto de um convívio, já há muito discutido em Antropologia, e um posterior distanciamento histórico, permitem alcançar. No entanto, a possibilidade de registrar e compreender algo de incrivelmente novo no cenário sócio-político-cultural do país motivava a investigação. O tema da ecologia era "novo" e ainda, de certa forma "marginalizado" nas discussões políticas. Na literatura, os poucos trabalhos sobre o tema resultavam de reflexões dos próprios ecologistas como José Lutzemberger, Carlos Minc e Fernando Gabeira. Nas Ciências Sociais, a literatura sobre movimentos sociais apenas fazia menção ao ME e uma primeira análise do movimento, realizada por Eduardo Viola, surge nesse período, em 1987. Eu mesma fui questionada sobre a existência de um movimento ecologista no Brasil quando da apresentação de minha proposta de pesquisa no curso Seminários de Pesquisa, no mestrado em Antropologia. Em determinados momentos, eu mesma chegava a duvidar que ele realmente existia. Não raro eu perguntava aos sujeitos a respeito da existência de um movimento organizado no Brasil, e essa questão, vivenciada inclusive pelos próprios sujeitos-atores da pesquisa, certamente ganha destaque enquanto condições de produção da pesquisa e dos discursos (ver cap. III).

Ora, falar de ecologia em 1986 era muito diferente do falar de ecologia nos anos 90 que se iniciam. Até 1986 havia um certo "constrangimento ético" por parte de políticos e de toda a sociedade brasileira em relação a abordagem do tema ecológico. Falar de ecologia era não falar da miséria, do analfabetismo, do desemprego, da falta de moradia, ausência de democracia e outras mazelas da sociedade brasileira. Falar de ecologia era falar de árvores, pássaros e borboletas. Ecologia era "coisa de país de Primeiro mundo" ou de uns poucos "ro-

mânticos" rousseauianos, "ingênuos", "jovens e hippies" do Brasil que lutavam "contra o progresso". Não era, enfim, uma questão "séria". Para alguns políticos ligados a uma determinada tradição marxista, ecologia era ainda falar de "cultura" e não de "economia", num reducionismo economicista que separa esferas sociais em "superestrutura" e "infraestrutura". Para políticos de outros matizes, o Movimento Ecológico, até então "amador", apresentava reflexões e críticas sobre o modo de vida para além da discussão ambiental "stritu sensu", que não os interessava.

A partir de 1986, especialmente diante da possibilidade de participação no debate constituinte com as "teses ecologistas", intensifica-se o processo de legitimação do tema ecológico nas esferas político-institucionais iniciado desde a criação da SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente. Essa legitimação passou necessariamente pelo desenvolvimento do tratamento técnico-científico das questões ambientais progressivamente relacionadas às questões sócio-econômicas tradicionais. Com isso, as novas entidades ambientalistas profissionalizadas que surgiram no período passam a dominar o debate ambiental do país, colocando-se como interlocutoras privilegiadas junto às agências estatais. Há um refluxo do ME enquanto um movimento social, cultural e político (como de resto, de todos os movimentos sociais organizados do país). Falar de ecologia hoje, nas chamadas políticas e governamentais, é falar de financiamentos externos, da rolagem da dívida externa, da "internacionalização da Amazônia" ou da preservação da floresta, é ainda falar de saneamento básico, energia e outras questões que envolvem de perto a economia. Não vou ater-me aqui a todos os aspectos que determinaram e ainda constituem essa concepção atual, tarefa para

um outro trabalho de maior fôlego. A presente pesquisa, na verdade "flagrou" um momento histórico de efervescência no universo ecologista que foi sem dúvida fundamental para a mudança de perspectiva e dos novos sentidos de ecologia.

O argumento central do trabalho, é que a elaboração das Listas Verdes para disputar as eleições de 1986, apresenta um momento de síntese e tensão do ME. Por representar um momento de conflito, ruptura e mudança em sua trajetória, essa elaboração traz à tona, de forma "sintética", as concepções, ideologias e forma de organização do ME frente ao novo, o "diferente" e o "outro". Ou seja, ela apresenta a polêmica ecologista diante daquilo que era tradicionalmente recusado pelo movimento até a primeira metade dos anos 80, e que, naquele momento tentava-se incorporar a ele disputando os espaços existentes - o profissionalismo dos novos grupos ambientalistas (os diferentes) e o envolvimento político-partidário (os outros).

Nesse conflito, os novos grupos ambientalistas profissionalizados aderem à crítica existente ao sentido de ecológico como "romântico" e "ingênuo" tanto no processo de diferenciação dos grupos ecologistas tradicionais, já que possuíam uma postura mais conservadora em relação a uma transformação da sociedade e seus valores, como no processo de legitimação perante a sociedade, as agências do Estado, e as instituições políticas.

Os candidatos das Listas Verdes, enquanto representantes do ME numa disputa político-eleitoral, tendo como referencial dois universos culturais e políticos diferenciados, estabelecem uma articulação com rearranjos culturais e simbólicos entre os dois, adaptando e traduzindo os temas próprios do universo do ME para o universo políti-

co-partidário. Contudo, através desse processo, os candidatos promovem um "apagamento" do sentido "ecológico" pelo sentido "ambiental". Assim, eles acabam por restringir o potencial politicamente transformador do primeiro (a concepção de uma nova forma de viver em sociedade) para adaptá-lo a uma prática política mais convencional.

Diante do exposto, analisando grupos de indivíduos em suas práticas concretas, a abordagem do tema e das questões colocadas pela pesquisa insere-se no âmbito das interrelações entre Cultura e Política, utilizando recursos teóricos e metodológicos da Antropologia e da Análise de Discurso. Num sentido genérico, entendo a cultura não como cultos e costumes, mas como estruturas de significado que dão forma às experiências dos homens (Geertz, 1978). Entretanto, mais do que um produto, ou mesmo uma "realidade transcendente, dotada de uma existência autônoma e obediente, na sua própria história, às suas leis internas" (Bourdieu, 1983 [1972]), "modelos de e para a ação", a cultura é um processo dinâmico, sendo continuamente produzida, utilizada e transformada na prática coletiva (Durham, 1984). Assim, tendo em vista essa concepção, aliada à uma perspectiva política que concerne de perto as questões relacionadas ao poder (Cohen, 1978), interessou-me investigar:

"...de que modo grupos, categorias ou segmentos sociais constroem e utilizam um referencial simbólico que lhes permite definir seus interesses específicos, construir uma identidade coletiva, identificar inimigos e aliados, marcando as diferenças em relação a uns e dissimulando-os em relação a outros" (Durham, 1984:87).

Nesse sentido, vários encontros e eventos organizados pelos ecologistas durante o ano de 1986 possibilitaram o conhecimento e o mapeamento do complexo e diversificado universo que eu pretendia estu-

dar. Dentre todos, os três encontros descritos neste trabalho (ver cap.II) foram escolhidos porque evidenciam, no contexto geral da pesquisa, as condições de produção dos discursos dos ecologistas e seus candidatos. Enquanto eventos nacionais que reuniram grande número de atores, eles apresentaram os embates quanto à participação político-partidária até a elaboração das Listas Verdes em situações de agregados de ecologistas de matizes diferentes. Neste contexto, o debate assume sentidos diversos em cada uma das situações descritas, possibilitando mapear os grupos que dele participavam. Inspirada nas análises políticas de Leach (1970 [1954]) sobre os sistemas políticos birmaneses, os encontros são vistos como momentos rituais por explicitarem os valores e práticas ecologistas, tornando possível aos candidatos efetuarem suas leituras sobre o universo cultural, constituírem-se como sujeitos e produzirem novos sentidos e significados. (5)

No entanto, para se chegar ao "dito" no discurso social geral da pesquisa, foi pertinente e necessária a intermediação da Análise de Discurso enquanto aquela que trabalha com os processos de produção dos sentidos, a compreensão como intermediação entre o inteligível da gramática social e a interpretação do antropólogo (Orlandi, 1990). (6)

Diferentemente das análises de conteúdo que se encontram em diferentes disciplinas das Ciências Humanas, as quais buscam o sentido presente nos sistemas cognitivos, a Análise de Discurso procura, antes, desvendar os processos históricos de construção dos sentidos.

Assim como nas abordagens antropológicas que adoto, nessa concepção da Análise de Discurso, o discurso não é entendido, a partir de uma dada noção de ideologia como ocultamento ou mascaramento do

real(7), nem tampouco como representação dissociada de ação. Enquanto materialidade lingüística e histórica, o discurso é definido por Pe-chêux (1969) como "efeitos de sentidos entre locutores". Ele é uma prática constituída histórica e socialmente (Maingueneau, 1976) e que, portanto, possui uma sistematicidade (Foucault, 1971), é regulada e reguladora, materializando o contato entre o lingüístico e o ideológico. Com isso, não me acho apenas interessada "no que é dito", mas também no "como é dito", isto é, nas condições de produção dos discursos que constituem sujeitos e sentidos (Orlandi, 1983).

Assim, a Análise de Discurso permite compreender o jogo das formações discursivas no processo de produção de significados, para que se chegue à uma interpretação ou ao conteúdo buscado pelas análises referentes ao campo das Ciências Sociais. Aliada à perspectiva antropológica esboçada acima, a qual entende a cultura como um processo e não como um produto pronto e acabado, ela foi fundamental nas análises das entrevistas dos candidatos das Listas Verdes. Tendo como material de análise entrevistas gravadas com os candidatos durante a campanha, a preocupação não era detectar o falso ou o verdadeiro de suas concepções, mas como através das práticas discursivas os sujeitos se constituíam e processavam significados através das concepções de ecologia, movimento ecológico, candidaturas ecologistas, dentre outras, construindo suas identidades, estabelecendo suas oposições e suas alianças a outros grupos no jogo político.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em três capítulos. O capítulo I procura apresentar um panorama geral do ecologismo, resgatando sua dimensão cultural e descrevendo-o como um siste-

ma de práticas e valores universalizantes. Embora circunscreva o ME no campo político-ideológico dos movimentos sociais, chama atenção para outras manifestações do ecologismo para além dos grupos formalmente organizados. Nesse sentido, procuro entender as diferenças entre movimento ecologista e movimento ambientalista como expressões de um mesmo universo cultural. Dialogo assim, com os analistas do ME que a partir de um enfoque da ciência política procuram os aspectos formais do movimento e, numa perspectiva histórica linear separam ambientalismo e ecologismo como dois movimentos distintos ou como etapas diferenciadas de um mesmo movimento. O capítulo ainda apresenta uma breve história das entidades existentes no Brasil e em São Paulo até o período da pesquisa. Cabe salientar que embora o capítulo apresente um mapeamento das diversas expressões do ecologismo, uma perspectiva política que explicita as práticas e os confrontos internos é apresentada no capítulo II através da análise das situações que envolveram as discussões em torno da elaboração das Listas Verdes.

O capítulo II trata, portanto, do envolvimento do ME nas eleições de 1986. Num primeiro momento procuro dialogar com a literatura a respeito, especialmente Viola (1987), que entende a participação do ME nas eleições de 1986 como o início de uma opção ecopolítica do ME. Tento mostrar que a elaboração das Listas Verdes surge como uma estratégia frente à possibilidade de criação do PV, recusado pela maioria, e que nesse período fortalece a corrente dos "novos ambientalistas" que pregavam uma profissionalização do movimento. Em seguida, apresento uma análise etnográfica de três encontros ecologistas onde através de uma observação participante pude acompanhar as discussões e os embates em torno da participação político-partidária e a elaboração

das Listas Verdes. Essas três situações sociais apresentam-se como expressões ritualizadas de manifestações diferenciadas do ecologismo onde as discussões e os conflitos sobre o mesmo tema, a participação político-partidária, se apresentam até a elaboração das Listas suprapartidárias.

No capítulo III, apresento uma análise dos discursos dos candidatos das Listas Verdes cujas principais fontes foram entrevistas gravadas durante a campanha eleitoral. Através delas, emergem os conflitos observados durante a elaboração das Listas Verdes a respeito do ME, dos "verdadeiros ecologistas", do "purismo" do movimento, dentre outros. Procuro evidenciar o grupo de candidatos representantes das correntes ecologistas e como articulam os sentidos de ME, ecologia e candidaturas ecologistas, diferenciando-se entre si e apagando o sentido "ecológico" pela substituição do sentido "ambiental".

CAPÍTULO I

Reconstituição do Universo Ecologista

O Universo ecologista é constituído por uma gama diferenciada de expressões que envolvem desde grupos formalmente organizados - associações ou entidades ambientalistas e ecológicas e Partidos Verdes - até mesmo manifestações menos organizadas ou visíveis do ponto de vista político e social. Essas últimas fazem-se presentes no comportamento cotidiano de pessoas que cada vez mais, especialmente nos grandes centros urbanos, preocupam-se com sua qualidade de vida, reivindicam áreas verdes, voltam-se para práticas e filosofias orientais, formas de terapias holísticas e tipos de alimentação naturalistas. Na área rural também são encontradas manifestações que revelam um resgate do "natural", seja através de práticas agrícolas e mesmo aquelas que dizem respeito ao modo de vida em geral, transmitidas pela tradição oral, ou mesmo pela influência das idéias e pesquisas desenvolvidas nos centros urbanos.

É essa diversificação interna de elementos, nem sempre visivelmente relacionados entre si, que caracteriza a configuração do universo ecologista. O que pode relacionar um engenheiro agrônomo, combatente do uso de agrotóxicos na agricultura, com um astrólogo, adepto da prática da yoga e das terapias orientais? Ou um físico nuclear, professor universitário e combatente das usinas nucleares, com um artesão adepto da alimentação macrobiótica? Ou ainda um seringueiro do Amazonas com um jornalista paulista e simpatizante dos movimentos eco-

logistas? As comparações e associações, enfim, poderiam ser infindáveis.

Através da reconstituição do universo ecologista - notadamente no estado de São Paulo - do ponto de vista de sua organização social e, com ênfase especial em suas concepções e visões de mundo, procuro explicitar a especificidade e complexidade do ecologismo enquanto um fenômeno cultural contemporâneo que apresenta múltiplas expressões. Assim, o ecologismo não pode ser entendido levando-se em conta apenas sua inscrição no universo dos movimentos sociais, como a maioria dos estudos, circunscritos ao campo da ciência política procura defini-lo. Embora o movimento ecológico tenha como referência básica as entidades ecológicas e ambientalistas cuja forma de organização, atuação e ideário pertencem ao universo dos movimentos sociais, o ecologismo também encontra expressão em nível partidário através dos Partidos Verdes existentes na Europa e seu correspondente no Brasil. Recentemente, a partir da segunda metade dos anos 80, assistimos ainda algumas de suas manifestações em nível do Estado, dos diversos partidos políticos, do empresariado e da comunidade científica.(8)

Contudo, além dessas formas mais visíveis de organização e expressão, podemos identificá-lo em agregados muito mais flexíveis, fluidos e até mesmo pontuais e efêmeros nos grandes centros urbanos e em diversos setores da sociedade. As manifestações nem sempre são ancoradas em um conhecimento racionalizado da problemática ambiental, mas revelam uma sensibilidade ecológica que, em última instância, apresenta uma cultura ecológica emergente na vida cotidiana. Uma matéria da **Folha de São Paulo** (13/07/91 - caderno 4) sob o título: "Favela "ecológica" na Mata Atlântica do Rio promete preservar árvores"

apresenta-se como ilustração. A reportagem mostra uma "mudança no comportamento" de favelados do Rio de Janeiro no que tange à ocupação dos morros - ao invés de cortar as árvores das encostas, prática tradicional das favelas cariocas, os moradores construíram suas casas em pequenas clareiras no meio da mata, demonstrando uma "preocupação em preservar as árvores".

A.M.Niemeyer(1985), em um estudo sobre moradia, controle e conflito por espaço numa favela de São Paulo, mostra a importância das representações simbólicas na construção dos espaços, lugares e grupos de pessoas. Assim, para o caso em questão, além de uma explicação sócio-ambiental que focalize a problemática da ocupação do espaço, como os riscos de desabamentos constantes que a ocupação das encostas trazem, as altas taxas dos aluguéis dos barracos que "empurram" os moradores mais pobres para outras áreas, a proximidade do local de trabalho, enfim, importa também buscar a dimensão cultural constitutiva dessa prática. Diz um favelado na mesma reportagem:

"A gente vai crescendo e aprendendo. Se você sabe que uma árvore traz ar puro, por que cortar? A orientação aqui é pra ninguém cortar árvore."(grifos meus)

A foto de um barraco erguido entre árvores ilustra os discursos e rapidamente traz à mente uma inevitável comparação com as grandes mansões que compõem a paisagem dos "morros" paulistas, especialmente em Ubatuba, no litoral norte - mansões perfeitamente construídas e incrustadas na mata com seus telhados de cor verde em "harmonia estética" com o ambiente. Uma tal comparação, por si mesma, já descartaria uma explicação do comportamento dos favelados que procurasse demonstrar o choque entre a problemática social e a preservação ambiental.

Nesse sentido, o que podem significar o aprender e o saber, presentes nos discursos dos favelados? Conhecimento e consciência que não advêm das discussões travadas na academia ou nas agências governamentais e não-governamentais, posto que se assim o fosse não os inspiraria a ocupar uma "área proibida" (área de preservação permanente) - a prefeitura do Rio está sendo processada pela Procuradoria Geral da Justiça por não impedir a expansão da favela da Rocinha sobre a vegetação da Mata Atlântica. Poderia se falar (ignorando-se a existência das mansões) de uma ausência de consciência ambiental subsumida à necessidade social, uma vez que o discurso da poluição da miséria vem ressurgindo nos diversos meios, especialmente o governamental, com nova roupagem no diálogo internacional. Entretanto, não se pode falar de uma ausência de consciência, ou melhor, de uma "sensibilidade ecológica" que a dimensão cultural engendra. É essa última, amplamente difundida pelos meios de comunicação e manifestando-se em diferentes setores sociais, que encontramos impregnando a atmosfera dos tempos atuais.

Seja no comportamento dos favelados, ou através da crítica ao individualismo da moderna sociedade de consumo que leva as pessoas a retornarem "ao natural" das formas de vida (alimentação e medicina, por exemplo), ou a constituição de grupos mais formalizados e profissionalizados que defendem o meio ambiente, ou mesmo o orientalismo que invade o ocidente neste final de século, mesclando concepções holistas de vida ao materialismo individualista da sociedade ocidental, enfim, tais agrupamentos urbanos representam uma nova forma de sociabilidade neste final de século. (9)

O que pretendo mostrar é que o interesse pela questão ecológica, enquanto uma "linha que costura" as diversas manifestações das sociedades contemporâneas, origina-se muito mais a partir de uma "sensibilidade", um "sentimento partilhado", ou melhor, os aspectos simbólicos que dão substância à vida e às relações humanas, do que propriamente de uma razão puramente instrumental, social e política (ou mesmo a racionalidade científica e tecnológica) com a qual ele se manifesta, sobretudo atualmente através das chamadas Organizações Não-Governamentais. O ecologismo não pode ser definido apenas a partir de cada uma de suas expressões, senão pelo conjunto de suas manifestações, que estando conectadas ou não, definem, afinal, a especificidade de sua configuração.

1 - Os Movimentos Sociais e Políticos e o Movimento Ecológico

Para circunscrever o Movimento Ecológico no campo político-ideológico dos chamados movimentos sociais, tomarei alguns autores que, ao analisarem esses movimentos, incluem o ME na esfera do que denominam "Movimentos Sociais Libertários" (Ruth Cardoso, 1982; 1983), "Movimentos Sociais Alternativos" (Tilman Evers, 1983; 1984) ou ainda "Novos Movimentos Sociais" (Eduardo Viola, 1984).

Como nos aponta Ruth Cardoso, na década de 70 - marcada pela forte repressão do regime militar - as grandes cidades brasileiras assistem ao surgimento de novos atores sociais na cena política do país. São setores populares que começam a se organizar em movimentos reivindicativos protestando contra a má qualidade de vida. (10) Entretanto,

como nos alerta Cardoso, e também Evers, tais movimentos populares não marcariam sua aparição somente no Brasil pobre e militarizado, mas ocorreriam também em países industrializados com regimes democráticos, onde a união de consumidores em grupos de pressão se constituía numa maneira de ocupar as lacunas entre a sociedade civil e as agências do Estado (Cardoso, 1982:56; Evers, 1983:14). (11)

Além disso, as manifestações estão longe de se restringirem às camadas populares como ressalta Eunice Durham (1984:26):

"O crescimento das cidades não afeta apenas as camadas mais pobres e as modificações concomitantes nos padrões de consumo não se restringem à necessidade de novos serviços públicos mas afetam profundamente todo o modo de vida, provocando a emergência de uma nova cultura, no sentido antropológico. O movimento feminista e o movimento ecológico são os exemplos mais claros dessa transformação cultural" (grifos meus).

De natureza reivindicativa (luta por creches, água, esgoto, etc) ou de natureza libertária ou alternativa (movimentos de negros, mulheres, homossexuais, ecologistas, etc, que visam transformações políticas e culturais da sociedade como um todo) tais grupos em conjunto marcaram uma nova forma de sociabilidade e, influenciados pelas ideologias libertadoras da década de 60, se constituíram em comunidades cujos limites são marcados simbólica e praticamente na construção de identidades (Cardoso, op.cit.). (12)

Segundo Cardoso, essa construção de identidades que define a forma comunitária de todos os movimentos sociais passaria pelo "sentimento" comum, ou experiência comum de discriminação, opressão e injustiça:

"O movimento de mulheres, de negros, de hippies ou de homossexuais tem sua base na cooperação entre aqueles que real ou imaginariamente compartilham os mesmos problemas" (Cardoso, 1983:232).

De acordo com essa perspectiva, o caminho que vai da carência à reivindicação passa pela afirmação de um direito. Processa-se uma construção coletiva de uma nova cidadania em que a legitimidade do Estado se coloca em constante avaliação (Durhan, 1984:29). Entretanto, embora o conceito de nova cidadania seja fundamental para compreender o componente político do ME como um movimento social, especialmente em sua vertente ambientalista urbana - luta reivindicativa por saneamento básico, por exemplo - a concepção de comunidade tal como ela é desenvolvida por Cardoso não parece pertinente para o caso do ME como um todo. No caso deste, a afirmação de um direito que leva à reivindicação não passa necessariamente pelo sentimento de carência ou opressão. Esse "sentimento", cuja discussão será mais aprofundada na próxima seção, possui uma natureza que aglutina as pessoas em torno do ecológico e parece transcender o sentimento de carência e opressão, constituindo-se muito mais como uma afirmação, um tanto genérica, pela vida. Ele se apresenta como um sentimento comum, uma idéia ou um local partilhado, ou mesmo um mito comum do qual um sujeito participa com outros. Pode se expressar através de um símbolo comum, a defesa de um animal em extinção, ou de um lugar, uma mata ou floresta, ou ainda na "percepção" (13), de algo "danoso" à vida, como um movimento de moradores que se forma numa dada conjuntura contra a poluição de uma fábrica em seu bairro. Tentando definir melhor esse sentimento, diria que é a própria expressão da vida, como o modo de vida que se pretende ter, que se afirma.

No entanto, o que importa destacar para a presente discussão é a imbricação do público e do privado que a definição de uma nova ci-

dadania encerra na constituição do sujeito coletivo . Na formação deste, o EU (ou a subjetividade) entra na esfera do público sendo característica então dos movimentos contemporâneos à conjugação do lado expressivo e do lado reivindicativo, a imbricação do público e do privado (Cardoso,1983; Evers,1983; E.Viola,1984).

A caracterização do que Mainwaring e Viola (1984) chamam de novos movimentos sociais em contraposição a velhos movimentos sociais passa também pela questão da inserção da subjetividade na esfera pública. Nas palavras dos autores:

"Novos movimentos sociais estão voltados para preocupações subjetivas, relações expressivas, orientação grupal, e organizações horizontais. Velhos movimentos sociais estão voltados para preocupações materiais, relações instrumentais, orientação voltada para o Estado e organizações verticais...Os movimentos têm incorporado valores que questionam o significado básico da vida. Eles têm enfatizado formas de comunidade, sociabilidade e amizade, e as dimensões afetivas da existência. Dessa forma, eles têm questionado tanto as noções liberais convencionais quanto as noções marxistas acerca das necessidades humanas." (1984, 20 e 40. Tradução minha)(14)

Essa relação específica entre público e privado nos sugere os princípios organizacionais destes movimentos. Tais princípios são sintetizados por Tilman Evers (1983:34) da seguinte forma:

"procurar constituir grupos pequenos baseados em relações interpessoais, enquanto agentes ou pelo menos componentes celulares; esforçar-se para evitar especializações e profissionalizações e tornar as questões em debate acessíveis e claras para cada membro do grupo; experimentar as formas de democracia de base, tais como o mandato imperativo, a representação rotativa e um processo decisório plebiscitário. Igualmente tende-se a repelir qualquer tipo de estrutura grandiosa anônima e burocrática, sobretudo o Estado em sua forma atual" .

Nessa mesma direção, temos que tais movimentos sociais aderem irrestritamente à noção foucaultiana de que o poder não tem um locus privilegiado de produção, encontrando-se difundido por toda a sociedade.(15) Como é consenso entre os analistas, tal concepção de mi-

cropolíticas, isto é, a crítica feita pelos movimentos sociais alternativos ou libertários ao centralismo e à verticalidade dos poderes encontra sua origem histórica no movimento estudantil de 68 e em todos os acontecimentos que se sucederam desde então, sendo impossível pensarmos os movimentos contemporâneos sem nos remetermos a esse marco histórico e simbólico.(16) Esse último representa, inclusive, uma origem genealógica do sentido de "ecológico" difundido e redefinido hoje em nossa sociedade como veremos adiante.

Em maio de 68, na Europa, o apelo e as reivindicações à liberdade de imaginação, de expressão e dos desejos, enfim, explodiam pelas ruas. As atenções não se centravam apenas nos conceitos de produção e luta de classes, mas as críticas dirigiam-se as manifestações da vida cotidiana representadas pela família e pelo consumo. Havia uma desconfiança quanto a qualquer tipo de organização e estrutura e a ênfase maior era no sentimento subjetivo. No Brasil, neste mesmo período, ganhava força o movimento tropicalista. Seus representantes, sobretudo Caetano Veloso e Gilberto Gil, erigiram-se contra as proibições, como expressava a canção que reproduzia os dizeres de um grafite parisiense - "É proibido proibir". Colocaram-se, assim, como alvo da repressão militar a qual inaugurava, então, a temporada de perseguições e mortes aos guerrilheiros e estudantes. Através dos questionamentos das noções de cultura e política buscava-se resgatar os significados que produzem identidades e criar propostas de politização do cotidiano. Surgem os movimentos de mulheres, de negros, homossexuais e ecologistas em todo o mundo, embora estes venham se expressar um pouco mais tarde no Brasil.(17)

Dentro desse contexto de questionamento cultural e político, elabora-se o despertar de uma certa consciência ecológica na década de 70 que tem como seu marco histórico e simbólico o ano de 1972 com a realização, em Estocolmo, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Seguem-se a essa referência genealógica o relatório Meadows sobre os limites do crescimento e o surgimento do paradigma teórico da Ecologia Política.(18) Proliferam-se os movimentos sociais ecologistas no mundo ocidental. Além da crítica aos poderes e ao utilitarismo presente nas relações sociais, o ideário ecologista vai além ao apontar e criticar essas mesmas características nas relações entre as sociedades e a natureza.(19) Vejamos algumas de suas especificidades.

De acordo com os analistas do ME, a humanidade chega ao final do século e do milênio sob grandes ameaças: superpopulação; acidentes nucleares e lixo atômico acumulado; enfraquecimento dos solos; poluição das águas e do ar; efeito estufa e enfraquecimento da camada de ozônio na atmosfera, dentre outros. No Brasil, o acelerado crescimento industrial das últimas décadas trouxe toda sorte de problemas que a exploração irrestrita dos recursos naturais e da força de trabalho pode gerar.(20) Desta forma, como aponta Viola (1987), diante do quadro evidente de degradação ambiental em escala mundial e planetária, o ME trouxe consigo um novo sistema de valores baseados nos princípios de equilíbrio ecológico, justiça social, não-violência ativa, solidariedade diacrônica com as gerações futuras, além dos princípios políticos gerais de descentralização, democracia participativa e incorporação dos valores feministas e das minorias étnicas e sexuais em geral.

Contudo, o ME não se apresenta de maneira homogênea ou indiferenciada . Na tentativa de classificá-lo e mapeá-lo, sobretudo do ponto de vista das correntes ideológicas que o influenciam, Viola (op. cit.) constrói uma tipologia identificando quatro posições ou tendências existentes no interior do ME em nível mundial e na teoria política ecologista. São elas: ecofundamentalistas, ecorealistas, ecocapitalistas e ecosocialistas.

Os **Ecologistas Fundamentalistas** seriam herdeiros dos anarquistas-nihilistas e pregam a construção de uma sociedade alternativa no interior da sociedade materialista, desconsiderando as possibilidades de transformação da sociedade. Preocupados com a pureza do movimento, recusam qualquer forma de aproximação com outras forças sociopolíticas. Seus representantes mais radicais se encontrariam nas comunidades alternativas rurais. Já os **Ecologistas Realistas** seriam herdeiros do socialismo utópico (Proudhon), do socialismo democrático (Kautsky, Gramsci), do liberalismo de desenvolvimento da pessoa (Bertrand Russel) e do Gandhismo. Estão mais preocupados com a extensão do movimento verde, com a formulação de um programa econômico de transição viável capaz de ecologizar paulatinamente a sociedade desenvolvimentista e interessados numa aproximação com setores social-democratas, socialistas e liberais que se mostram sensíveis ao programa ecologista. Os **Ecologistas Socialistas**, herdeiros do socialismo revolucionário-democrático (Marx, Rosa de Luxemburgo, Lefort), consideram "inviável uma ecologização progressiva do capitalismo e do socialismo real tal como é preconizado pelos ecologistas realistas". Os **Ecologistas Capitalistas** herdeiros da socialdemocracia, do liberalismo social e do conservadorismo social, admitem o predomínio da grande empresa

oligopólica e vêem o mercado como alocador de recursos, sendo este disciplinado por um Estado guardião dos princípios ecológicos (Viola, 1987).

No entanto, cabe destacar que embora válida no sentido de identificar as correntes de pensamento que influenciam o ecologismo, essa classificação, como todas as tipologias, tem suas limitações no que se refere à experiência real. Ela se encontra aquém da riqueza das experiências individuais, pois, através da experiência empírica, e tal como se apresenta a sociabilidade neste final de século, pode-se notar que os sujeitos tendem a participar de inúmeras esferas da vida social e cultural. Assim, tal como aparece nas representações ecologistas, e mais estritamente nos discursos dos candidatos analisados nesta pesquisa, constata-se que eles podem incorporar componentes das várias tendências sem que isso implique em contradição ou incoerência. Dessa forma, torna-se difícil classificar os sujeitos estritamente enquanto ecorealistas ou ecofundamentalistas, por exemplo, já que em diversas situações e dependendo dos interlocutores, eles podem enfatizar um ou outro componente das diversas tendências. A título de exemplo, nada impede que um empresário capitalista invista no meio ambiente, seja filiado a uma entidade e ao mesmo tempo tenha concepções místicas em relação à natureza. Ele não pode ser classificado meramente como ecocapitalista ou ecofundamentalista de acordo com a tipologia estabelecida por Viola.

Tomando a existência social nas sociedades contemporâneas, e conseqüentemente os discursos que ela tem, enquanto polissêmica, isto é, em toda sua pluralidade, temos que muito mais do que indivíduos que se engajam em relações contratuais, desempenhando uma função, as pes-

soas tendem a desempenhar papéis engajando-se em grupos e situações as mais variadas. (21) Como essa discussão será retomada na próxima seção, continuarei com o levantamento de algumas das especificidades do ME apontadas por seus analistas.

Para além das diferentes correntes de pensamento que influenciam o ME, Viola e Mainwaring (1984) apontam como suas principais preocupações o questionamento da devastação do meio ambiente natural produzida pelo processo de industrialização, e a introdução da discussão de valores pós-materialistas na sociedade. A partir dessa perspectiva é importante destacar a distinção estabelecida pelos autores entre movimento ambientalista e movimento ecologista, uma vez que ela constitui-se numa base importante dos diferentes sentidos de ecologia que esta pesquisa busca apontar. De acordo com Viola e Mainwaring o movimento ambientalista:

"...tem se centrado em preocupações mais específicas relacionadas à preservação ou proteção do meio ambiente, tais como poluição, proteção de florestas e conservação de solos".

Já o movimento ecologista :

"incorpora aquelas preocupações sobre meio ambiente natural, mas também propõe e pratica formas alternativas de organização social. O movimento ecologista tem geralmente levantado questões sobre formas de interação humanas, relações dos homens em seus trabalhos e outras questões sobre estilos de vida". (op.cit., p.30. Tradução e grifos meus). (22)

Nessa mesma direção, José Augusto Pádua e Antonio Lago (1985) estabelecem uma distinção entre conservacionismo e ecologismo enquanto Maria Helena Antuniazzi (1989), assinala a coexistência dessas mesmas correntes ao analisar o movimento ambientalista em São Paulo. No entanto, diferentemente de Antuniazzi, Viola (1987) apresenta

uma perspectiva historicista quando ao diferenciar o ME do movimento ambientalista coloca este último como uma fase anterior, restrita e despolitizada, da corrente ecopolítica que o autor, numa análise otimista, vislumbra a partir do ano de 86 no ME nacional.(23) Contudo, apesar de parecer rever esta sua posição ao descrever, em trabalho mais recente, os setores que compõem o denominado Ambientalismo Complexo Multissetorial, Viola parece abandonar as referências político-culturais dos textos anteriores não considerando mais as distinções entre o ambientalismo e o ecologismo. O autor adota o sentido de ambientalismo, dominante hoje na sociedade, embora aponte para a complexidade de sua composição (Viola, 1990 e 1991).

Embora eu compartilhe da distinção estabelecida pelos autores acima entre movimento ecológico e movimento ambientalista, cabe destacar que procuro tratar aqui do ecologismo em seu sentido mais amplo, isto é, como um sistema de práticas e valores culturais universalizantes uma vez que esses últimos tratam da questão da própria sobrevivência da espécie. Neste sentido, considero o ambientalismo como um componente dentro desse sistema maior. Assim, embora a diferença entre o ambiental e o ecológico seja fundamental na compreensão do universo ecologista e peça chave na perspectiva desta pesquisa, não os concebo como constitutivos de dois movimentos distintos (Antuniazzi, op.cit.), e historicamente separados enquanto etapas diferenciadas (Viola, op.cit.), mas como dois componentes de um mesmo universo cultural.

O ecologismo, enquanto uma concepção de mundo que possui um discurso, vai além tanto dos grupos organizados ou estruturados em entidades ambientalistas "stritu sensu", bem como da política verde expressa pelos Partidos Verdes emergentes na década de 80, os quais ,

a partir de uma postura gramsciana, entendiam a ecologia como um princípio hegemônico estruturador de uma nova ordem social.(24) Ele tampouco pode ser entendido unicamente a partir da lógica instrumental que tem nos novos grupos ambientalistas profissionalizados sua visibilidade maior. Como entender a preocupação de favelados em não cortar árvores, embora ocupem efetivamente uma área de preservação permanente? Como explicar a "onda" do turismo ecológico, das roupas, dos adesivos, dos "botons", enfim, a razão de todo marketing (especialmente o político) produzido nesta área?

É claro que apesar do caráter universalizante da cultura ecológica, diferentes setores da sociedade produzem leituras diferenciadas dos sentidos da ecologia. Além disso, as especificidades sócio-econômicas e político-geográficas dos vários países implicam diferenças de ênfase quanto às concepções, expressões ou formas de atuação dos movimentos. Quanto à sua universalidade, podemos classificar o ME em termos de características trans... ou meta... na medida mesmo em que ele pode incorporar e aglutinar todos os agentes dos demais movimentos sociais e da sociedade em geral.(25) Embora seus agentes mais organizados se situem de fato, no caso do Brasil, nas camadas médias dos grandes centros urbanos (Antuniazzi, op.cit.) temos que a universalidade de sua proposta mais genérica, isto é, a luta pela vida, pela sobrevivência da espécie e pela qualidade de vida, abrange a humanidade como um todo e de fato não limita o potencial de militância. Esse aspecto constitui-se num dos pontos importantes de diferenciação do ME em relação aos demais movimentos sociais.

Contudo, vejamos algumas das especificidades de ordem sócio-econômica e político-geográfica que dão origem a diferenciações. Além

dos diferentes níveis de degradação ambiental no Primeiro e no Terceiro mundo, temos que no Terceiro mundo, onde a maioria da população vive em condições de miséria, os níveis de degradação social acompanham os níveis de degradação ambiental na composição da problemática enfrentada pelos ecologistas. Mesmo no Primeiro mundo há diferenças entre a experiência européia e a norte-americana, por exemplo. Na experiência européia, a luta anti-nuclear e pacifista ocupa um lugar central, enquanto que o interesse fundamental do ME nos EUA se refere mais à preservação da natureza no sentido da "vida selvagem".

Nos países do Terceiro mundo, especialmente no Brasil, a ênfase temática difere desses dois tipos ao centrar-se na questão do modelo de desenvolvimento. Como demonstra Pádua (op.cit.):

"O contato com a realidade da carência por outro lado, tem contribuído para colocar o problema do desenvolvimento no cerne do debate verde no Brasil. O ponto de partida é a crítica do modelo convencional de desenvolvimento urbano-industrial por ser socialmente perverso e ecologicamente predatório, e a proposta de um outro desenvolvimento que seja socialmente justo e auto-sustentável. A tese básica é a de que as questões da qualidade de vida e equilíbrio ecológico não são "posteriores" mas devem ser concomitantes com o processo do desenvolvimento, pois os problemas sociais e ambientais são os dois lados da mesma moeda...".

Entretanto, no Terceiro mundo, apesar de atualmente começarem a penetrar em setores populares da sociedade, há ainda como aponta Viola (1987), especialmente visível até meados dos anos 80, uma tensão entre ecologia e justiça social. Os movimentos ecologistas de países como o Brasil ainda têm sua base social reduzida a camadas médias da população e os ecologistas não encontram tanta facilidade em explicitar a especificidade de suas propostas em relação às do Primeiro mundo. Isso fica bastante evidente e encontra-se no cerne das questões levantadas nos discursos dos candidatos das "Listas Verdes" analisados nesta pesquisa. Há ainda uma separação entre as esferas cultural e

econômica sugerindo um certo "reducionismo economicista" nas concepções dos candidatos. Isso os faz subestimar o sistema cultural e simbólico das camadas populares e a própria especificidade do ecologismo do Terceiro mundo onde muitos dos problemas ambientais derivam da própria situação de miséria da população. Para eles, a preocupação da ordem da subjetividade, ou os valores pós-materialistas, por exemplo, só teriam lugar nas camadas junto às quais as questões da ordem das necessidades básicas já se encontram resolvidas (ver cap. III).

Contudo, o papel das candidaturas ecologistas de 1986, reelaborando os temas próprios do universo ecologista para a prática político-partidária, foi certamente relevante para o desenvolvimento, no Brasil, da discussão que procura aliar a questão social à problemática ambiental, buscando desfazer as tensões que sempre envolveram ecologia e justiça social. Essa postura, dominante nas diversas esferas da sociedade brasileira atualmente, e que sustenta, inclusive, a posição nacional no debate da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que se realizará no Rio de Janeiro (a Eco-92), promove, no entanto, um apagamento da dimensão cultural (e política nela contida) ao separá-la das esferas social e econômica, como tentarei demonstrar com a análise dos discursos dos candidatos no capítulo III.

Dentro desse quadro, considero importante colocar que não é somente a constatação racionalizada da finitude dos recursos, da crise do final de século ou da relação disso tudo com a problemática social brasileira (processo de industrialização e problemas sócio-ambientais) que pode mobilizar as pessoas para a luta ambiental. Há também que considerar as relações afetivas e simbólicas que as pessoas estabele-

cem com o meio ambiente, assim como os sentimentos que a questão última da modernidade, o crescimento das megalópolis e os riscos que trazem de impessoalização, informatização, ou de "desumanização" das relações trazem neste final de milênio, e contra os quais as pessoas procuram reagir. A preocupação com as questões "naturais" a que assistimos contemporaneamente significa também o resgate da própria condição do ser humano ou da humanidade do ser. O apagamento da dimensão cultural pela ênfase nas discussões sócio-econômicas pode resvalar num determinismo materialista e, em última instância, revela uma subestimação do sistema cultural e simbólico dos grupos sociais em geral, e, sobretudo das camadas populares da população.

Os estudos que analisei acima, ao inserirem o ME na esfera político-ideológica dos movimentos sociais, enfatizam seu aspecto organizacional e suas relações com a política institucional, especialmente as agências do Estado. Embora apontem para a imbricação do público e do privado como uma forma de atuação política dos movimentos, os estudos dão pouca ênfase ao lado expressivo, isto é, ao componente simbólico e cultural do ME que, por suas expressões mais pulverizadas e fluidas, não encontram ressonância unicamente nas formas de organização identificadas pelos autores. Contudo, não é suficiente identificar um sentimento vago e difuso na sociedade, mas cabe investigar a forma como ele se traduz em situações culturais e políticas.

2 - Uma Leitura do ME do ponto de vista do Ecologismo

O ME configura-se como um mosaico, cujas unidades, diferenciadas pelas combinações específicas dos elementos que as compõem, são representadas principalmente pelas entidades ambientalistas e ecológicas. Tais unidades são costuradas, meio que frouxamente, pela linha comum do interesse pelas "coisas da natureza", ou melhor, pela preocupação com a questão ambiental. Conforme já mencionei, há uma diferenciação entre entidades ambientalistas "stritu sensu" e entidades ecológicas, isto é, aquelas que além da defesa ambiental, incorporam em seu ideário os valores anarquistas, libertários como a autogestão e uma "revolução" de mentalidades e de costumes.

Tanto umas como outras correspondem às unidades básicas deste mosaico que apresenta também desde estruturas ambientais especializadas, como as ONGs - Organizações Não-governamentais - até outras expressões de tipo eventuais movimentos de associações profissionais como agrônomos, arquitetos, advogados, bem como manifestações de artistas e intelectuais, movimentos de associações de bairro frente a um problema conjuntural. Além desses, inclui também na sua composição os praticantes de terapias orientais, medicina e alimentação naturais, todos enfim, que numa dada conjuntura alinham-se e reconhecem-se como integrantes de um conjunto maior.

É interessante notar que o desvendamento de tal configuração só se torna possível a partir da observação empírica, "por dentro", já que "por fora", aparentemente, sobretudo via imprensa - a grande aliada do ME - ele é apresentado como um conjunto coeso, unificado, como um bloco indiviso: "os ecologistas acreditam..." ou "o movimento eco-

lógico se manifesta...”, como a imprensa freqüentemente noticia.

Num primeiro momento, a atenção é despertada pelo número de entidades (mais de duzentas, entre formais e informais, só em São Paulo) e me pergunto o porquê de tantas entidades - a maioria com número tão reduzido de membros - com seus interesses específicos e em alguns casos, nem tão diferenciados, já que o interesse pela ecologia é constitutivo de todas elas.

Uma primeira explicação pode ser dada pela própria característica do ME enquanto um movimento social cujas estruturações pequenas, descentralizadas e flexíveis rejeitam a concentração de poder, a hierarquia, o gigantismo institucional, como visto acima. Entretanto, tais características não esgotam a compreensão e é preciso atentarmos para a especificidade das próprias concepções ecologistas as quais encontram seus principais agentes, críticos da moderna sociedade industrial, individualista e de consumo, nas camadas médias dos grandes centros urbanos.

Segundo Louis Dumont, a ideologia global (entendida num sentido genérico como sistema de valores e de idéias) da sociedade moderna é a ideologia individualista, caracterizada pela relação homem/natureza, mais do que pela relação entre homens, ou dos homens entre si:

"o mundo moderno subverteu o primado tradicional das relações entre homens, substituindo-o pelas relações entre "homens e coisas" (Dumont, 1985:50 e 154).

O valor central de nossa sociedade, concentrado sobre o indivíduo, faz com que as relações entre homens se subordinem à relação do homem com a natureza, notadamente marcada pela dominação daquele sobre esta:

"quer a independência do indivíduo o exija ou não o homem está, na verdade, separado da natureza: o agente livre opõe-se à natureza como determinada, sujeito e objeto são absolutamente distintos"

e mais adiante:

"o homem distanciou-se da natureza e do universo de que faz parte e afirmou a sua capacidade para remodelar as coisas segundo a sua vontade"(op.cit.,270).

Podemos pensar que o ecologista queira restabelecer esta relação, reintegrando o homem novamente à natureza, superando essa dicotomia entre sujeito e objeto que fundamenta a ideologia da moderna sociedade ocidental. As noções holistas de equilíbrio, harmonia, sistema e outras caras às concepções naturalistas, compõem o universo conceitual ecologista.

O ecologista, em geral, é um cosmopolita; ele se pensa como um homem "cósmico", "planetário", como nessa definição de ecologia dada por um candidato da Lista Verde à Assembléia Nacional Constituinte de 1986:

"Ecologia vem do grego, OIKOS, que quer dizer casa, quer dizer o lugar onde você vive, e isso é muito importante. Quer dizer, o lugar onde eu vivo, eu habito, me dá o tipo de vida que eu vou ter, a minha qualidade de vida. Isso pra mim é meio ambiente. Quer dizer, o ambiente onde se vive, onde se mora, e, é o planeta... não importa se a poluição tá na Índia, tá na China ou no Paquistão. Tem que tá em defesa também desse ambiente, que é um ambiente único, né, é OIKOS, é a casa...".

Deixando de lado, por ora, as implicações políticas deste discurso, pois serão analisadas no capítulo III, importa destacar para a presente discussão o aspecto cosmopolita expresso nessa passagem, o universo sem fronteiras, transnacional. Entretanto, o ecologista também tem consciência de que faz parte de um sistema social específico, no qual o homem é o centro, como explicitado num dos lemas mais difundidos entre eles: Pensar Globalmente e Agir Localmente. O pensar glo-

balmente remete à dimensão cósmica, enquanto que o agir localmente à dimensão política, o que leva a pensar que a ação encontraria sua justificativa última em termos do sistema de representação global, como se ela estivesse, como diria Dumont, subordinada a este.

O depoimento de Miguel Abellá, um ecologista espanhol radicado em São Paulo, ilustra essa questão. Indagado sobre sua procedência, ele respondeu dispensando nacionalidades:

"Bem, dizem que nasci na Espanha, mas, poderia ter nascido em qualquer outro lugar; sou um cidadão do mundo, sou um homem planetário";

e em seguida, indagado sobre o porquê de sua vinda para o Brasil, ele responde:

"porque acho que podemos fazer muita coisa aqui; aqui é um lugar onde temos todas as condições de lutarmos pela paz, pois, o brasileiro é um homem pacífico e tudo pode começar daqui para servir de exemplo".

Diríamos que ele "pertence" ao mundo, enquanto "participa" desta sociedade. A sua identificação é com o planeta, e sua ação local só faria sentido em referência ao seu pertencimento ao planeta como um todo. Assim, o valor, para o ecologista, não estaria na sociedade, mas, no homem(natureza), a sociedade sendo o locus imediato de sua ação. O universo concebido enquanto um sistema orgânico de relações harmônicas transcende e engloba o plano histórico-cultural (Antuniazzi, op.cit.).

As entidades - algumas são compostas até por dois ou três membros - estabelecem uma relação específica com a natureza, privilegiando determinados aspectos e marcando aí as diferenças de umas em relação às outras. O sujeito "pertence" à determinada entidade e "participa" do movimento ecológico como um todo; a entidade, por sua vez,

é uma unidade do conjunto maior. Assim é que uma entidade luta pela defesa dos Botos, a outra pelas Baleias, e outra ainda em defesa da Mata Atlântica, etc. Cada uma, de acordo com seus interesses, ou melhor, de acordo com suas especificidades, arma suas estratégias contra seus "inimigos" específicos.

O conjunto é evocado circunstancialmente - no caso de alguma catástrofe ou alguma outra situação - mesmo que efetivamente seja uma ou outra entidade (até mesmo indivíduos isolados) que se manifeste. A imprensa é convocada, e, através dela, "os ecologistas" falam enquanto bloco. A comunicação entre as entidades se dá via correspondência, onde se relatam as lutas engajadas, pede-se apoio e manifesta-se apoio umas em relação às outras; uma forma que nos lembra as organizações anarquistas do início do século no Brasil.

Portanto, em termos gerais, é possível detectar dois níveis de envolvimento dos ecologistas: primeiro, o nível do pertencimento, e segundo, o nível da participação, sendo que a linguagem do privado é usada frequentemente para justificar a participação social. (26) No primeiro nível o sujeito é totalmente identificado à entidade e à sua causa específica, como, por exemplo, o "fulano dos botos" ou o "sicrano da OIKOS". Mas isso não restringe seu envolvimento e ele pode manter o mesmo tipo de relação com outras entidades.

Uma manifestação contra a exposição (os botos cor de rosa no exotiquarium do shopping center Morumbi, em São Paulo, realizada uma semana antes das eleições de 1986 (8/11/86) reuniu um pequeno grupo de pessoas. Era uma manhã de sábado chuvoso. Ali estavam alguns representantes de entidades do interior, Salto, Mogi-Guaçu, Itu, e alguns representantes de entidades da capital que, a pretexto dos botos, pro-

testavam contra o lixo atômico de Itu, a caça das baleias, entre outras bandeiras de luta. Os manifestantes portavam faixas e cartazes diversos e produziram cruces com as quais pretendiam sepultar, simbolicamente, os órgãos do Estado, empresas poluidoras, e até senadores que resistiam em votar o projeto de lei que proibia a caça das baleias. Os organizadores se queixavam bastante pelo número reduzido de participantes e atribuíam o fato à "preguiça" do militante frente ao mal tempo e ao dia de descanso.

Miguel Abellá, como um militante histórico do movimento, era um dos manifestantes e fez a seguinte análise:

"O movimento são pequenas explosões, foguinhos, fosforinhos, mas isso não é o determinante. O determinante é a grande conquista da sociedade. Algum dia isso tudo vai se coordenar de uma maneira mais eficiente, mas a gente não pode se sentir frustrado pelas pequenas explosões isoladas. Algumas vezes os colegas se surpreendem ainda porque dedicam grande parte de seu tempo e o resultado fica aquém do esperado. Mas isso não importa. Isso faz parte do processo. E o importante é a conquista da sociedade pelos objetivos e pelas propostas da ecologia, do movimento ecológico.

P- porque tantas entidades e tão poucas pessoas?

A - Porque o assunto tem que se processar de uma maneira profissional, não amadora, não idealista, não lúdica, não romântica. Isso pode formar uma parte, mas isso não pode constituir a determinante do avanço do movimento ecológico. Du a gente aprende e entra na linguagem do adversário com a tese oposta, sabe, porque é uma linguagem do tempo, é uma linguagem concreta, pragmática, sabe, senão não vai adiantar muito, você vai caminhar lentamente. Sem dinheiro não podemos fazer nada, com sonhos não se pode fazer, é um princípio, mas não é um método. O método são os procedimentos, e os procedimentos se garantem com recursos humanos e econômicos. Os econômicos podem determinar os humanos. Lá onde não tem gente, se paga gente. E os humanos podem determinar os econômicos. Se tem muita gente, não pode substituir o dinheiro. Mas é um ciclo vicioso de base. É preciso uma federação nacional e até universal. Mas temos resistência por causa de princípios teóricos, muito românticos, lúdicos. O Brasil tem condições para isso por causa da sensibilidade pacifista." (grifos meus)

Essa discussão revela o conflito entre uma forma mais profissionalizada de atuação e a manutenção dos princípios do ME, que juntamente com o debate sobre a participação política, ou criação de

um Partido Verde, marca toda a atmosfera vivida pelos ecologistas naquele momento - o ano de 1986 - e será retomada nos capítulos seguintes. O que interessa destacar no momento é a conjugação do lado subjetivo e do lado objetivo que encontra-se no bojo dessa discussão.

Durante essa mesma manifestação o representante do grupo de proteção aos botos - o Tucuxi - Marcio Augeli, me deu o seguinte depoimento a respeito da origem de seu interesse pelos botos:

"Isso começou de molequinho. Quando eu era moleque eu tive um problema na perna e não podia andar, então eu não podia brincar na rua com a molecada. Então eu... meus companheiros de infância era coelho, galinha, cotia, galinha, cachorro, então, eu ficava sempre com eles lá. Né, então, eu sei como que uma formiga anda... ninguém presta atenção nisso, mas eu sei, ficava lá olhando. Aí, quando eu tinha uns 13 anos eu fui para Santos... e tinha um show de golfinho ali na praia e eu fui lá ver. Aí eles pulavam no meio do fogo, aquela palhaçada lá. Depois ele ficava dando volta, e eu ali, ele não olhava para ninguém, só ficava dando volta e pulava sempre na mesma direção. Aí eu desci, tem um lugar que tem um vidro e você fica vendo ele nadar embaixo. E eu sei que golfinho, boto, não enxerga direito. Eu não sei porque ele parou ali, deu uma volta, depois ele voltou, deve ter visto alguma coisa no vidro, sei lá, parou e ficou olhando para mim. Eu comecei a me sentir mal com aquilo. Aí eu fui para o apartamento e de lá dava para ver. Aí eu via que ele pulava sempre na mesma direção, na direção do mar. Eu me senti mal e voltei para São Paulo. Aí no dia 14 de Junho esse filho de uma puta me bota no jornal que ia trazer um casal de botos aqui para dentro (shopping Morumbi) aí começou o negócio. Eu jurei para Deus que ninguém ia pegar. Não consegui... eles já pegaram vários, mas não vão pegar mais nenhum... Nunca mais eu vou ver um animal desses preso num lugar pequeno. Se a Justiça deste país não tirar esses animais daí, eles vão sair na marra, certo?"

Essa relação compartimentalizada com a natureza, muitas vezes fundamentada por argumentos de ordem pessoal e afetivo, que acompanham, inclusive, uma desconfiança em relação ao político e à profissionalização, pode sugerir uma atomização, um isolamento dos grupos (estes muitas vezes compostos por uma ou duas pessoas) em direção ao individualismo e até mesmo ao retraimento narcísico (Sennett, 1988; Lasch, 1983;1986) como eu mesma sugeri no texto do projeto inicial de minha pesquisa.(27) Contudo, atentando-se para os dois níveis de en-

volvimento dos ecologistas, o pertencimento de um lado e a participação de outro, essa "ilusão" pode ser dissipada.

Os ecologistas têm consciência de que participam de um conjunto maior e ela é reafirmada a cada situação onde o conjunto é evocado, frente a um problema circunstancial ou uma catástrofe, ou mesmo em encontros e congressos ecologistas. Os sujeitos muitas vezes participam de mais de uma entidade, como por exemplo, ser membro do grupo das baleias e ao mesmo tempo do grupo que defende a represa Billings. Longe da atomização individualista, a forma pulverizada e fluida, a "ausência de organização" do ecologismo expressa uma nova forma de sociabilidade nas sociedades contemporâneas que organizando-se em torno de um eixo, a perdurância da vida, ao mesmo tempo liga as pessoas e as deixa livres para engajarem-se em diversos grupos. A falta de paixão pelo político (Sennett, *op.cit.*) este concebido como única forma de expressão do coletivo, forma que é contratual, racionalizada, dá lugar à paixão pelo que é comum a todos, a existência comum, a vida e o cotidiano que a expressa, enfim, um espaço público que conjuga funcionalidade e substrato simbólico.

As explicações sobre as condições de vida neste final de século, especialmente nas grandes megalópolis e suas diversas manifestações culturais, têm se constituído em preocupação de vários autores, não só de dentro da Antropologia, mas também provenientes de outras áreas das Ciências Humanas. Em que pese suas diferenças, autores como Habermas (1987) e Maffesoli (1987) utilizam, inclusive recursos da Antropologia para explicarem as expressões culturais das sociedades contemporâneas. De acordo com Maffesoli (*op.cit.*), neste final de século, assistimos à saturação do político, das organizações formais, o fra-

casso do mito progressista, à mudança de valores, e, ao mesmo tempo um "reencantamento do mundo". Tal reencantamento se expressa de maneira caótica, desordenada, como um fervilhamento. Ele se expressa no ressurgimento do qualitativo, na perdurância de sentimentos religiosos, na incorporação de modos de vida e pensamentos orientais no mundo ocidental pelos pequenos agregados urbanos. Estes se articulam organicamente com a "alteridade social e natural" (Op.cit., p.42) tendo como principal "laço" de agregação uma emoção ou uma sensibilidade vivida em comum. Essa sensibilidade, no entanto, não se constitui apenas por um componente subjetivo, mas caracteriza-se por um misto de objetividade e subjetividade. (28) Edgar Morim (1986) fala de uma "espiritualidade materialista" que tende a substituir nestes tempos a ênfase na materialidade enquanto apanágio da era moderna. A percepção da crise mundial, da degradação ou finitude dos recursos naturais, ou mais localizadamente do ambiente onde se vive, suscita uma sensibilidade, um "sentimento" de luta pela preservação da própria materialidade da existência.

Contra o argumento de que tal forma de sociabilidade estaria ocorrendo nos países desenvolvidos onde, resolvidas as questões da ordem das necessidades básicas, as pessoas estariam voltando para o lado qualitativo da existência, é interessante observar no Brasil o avanço do espiritualismo, a proliferação de seitas religiosas pentecostais, da igreja protestante com seus pastores eletrônicos e, principalmente, a igreja católica que inicia um processo de recuperação e revalorização de seus cultos e rituais em detrimento de uma postura mais política.

Concomitantemente assistimos a um avanço do ocultismo, da astrologia, da alimentação naturalista, dos remédios doces, das práti-

cas de yoga, do-in e outras provenientes do oriente, e dos grupos ecológicos. Todas essas práticas têm em comum o fato de procurarem resgatar o sentido da globalidade, da organicidade dos diversos elementos do cosmos que o ecologismo engloba e expressa. Não que essas práticas e valores venham representar um papel dominante na sociedade ocidental, mas elas entrariam em uma "composição intercultural", muitas vezes localizadas em pequenas franjas da cultura dominante (Da Matta, 1987 e P. Fry, 1982). Assim, ao lado de restaurantes **fast food**, assistimos à proliferação de restaurantes naturalistas, ao mesmo tempo em que se mantêm os restaurantes especializados em comidas "típicas" ou regionais (baiana, mineira, etc). Da mesma forma, ao lado dos grupos ecológicos, pouco definidos e organizados, assistimos ao desenvolvimento dos grupos profissionalizados, que com um quadro técnico de especialistas na área ambiental, adotando a linguagem da modernidade, constituem-se com maior eficácia no diálogo com as esferas politicamente dominantes. (29)

Uma imagem deste tempo é desenhada num filme de "ficção"- **Blade Runner**, de Riddley Scott. Numa Los Angeles do futuro, sombria e escurecida pela chuva ácida que a envolve durante todo o tempo, vemos desfilar uma população multiétnica, policultural -chineses, japoneses, árabes, egípcios, negros. Sob um gigantesco anúncio da coca-cola um americano saboreia um prato chinês. No teto da delegacia de policiais caçadores de andróides, o detalhe do ventilador da década de 40 sinaliza a convivência dos contrastes. Na tela, assistimos a história de andróides que reivindicam uma memória e lutam pelo sentido e pela perdurância da vida. Na cena final, o andróide "chora" e se rende ao fim de sua existência. No entanto, uma pomba branca sobrevoa na chuva e

anuncia a possibilidade da utopia: o casal, homem e mulher-andróide, numa fuga para a vida, sobrevoa um céu azul sobre montanhas esverdeadas em algum lugar do planeta.

No plano "não-ficcional", assistimos nas grandes megalópoles, longe de um isolamento, agrupamentos culturais diferenciados. Utilizando recursos da Antropologia, autores diferentes como Habermas (op. cit.) e Maffesoli (op. cit.), denominam essas manifestações culturais respectivamente por "subculturas" e "tribos". Entendo que esses conceitos apresentam uma aceção de grupos com contornos e limites muito rígidos. Assim, eles se distanciam da idéia de experiência polissêmica do social com que percebo a característica da sociabilidade hoje. Maffesoli (op. cit.) utiliza ainda a imagem de "aldeias nas cidades", onde os bairros, os guetos, as paróquias, os territórios e as diversas "tribos" que a habitam substituíram as aldeias, lugarejos, comunas e cantões de antigamente. Se pudermos conceber apenas fronteiras pontilhadas ou imaginárias entre essas "aldeias", seria possível identificar o ecologismo como expressão desse tipo de organização em que as "tribos" são constituídas tendo como uma espécie de totem um animal, um lugar, uma idéia, ou mesmo um tipo de alimentação ou cuidados com o corpo.

A imagem de "tribos" e seus "totens" é resgatada das análises de sociedades "sem história" e utilizada aqui com, uma "metáfora". Roberto Da Matta (op. cit., p. 136) já discutiu a importância do "eterno", ou seja, as continuidades em sociedades dominadas pela lógica histórica, fragmentada, submetida a constantes mudanças. A relação entre historicidade e lógica totêmica é, para o autor, a relação do implícito com o explícito. Paradoxalmente, são essas "zonas de eterniza-

ção", as quais contêm o sentido da totalidade implícito nas sociedades históricas, que produzem as transformações que a nossa ideologia dominante valoriza. A busca da felicidade, como um valor eterno, por exemplo, é o que motiva e legitima as modificações produzidas nas diversas esferas da vida social.

Assim, o ecologismo traz à tona uma característica que é própria da relação totêmica, a consubstancialidade entre sujeito e objeto que permite com que grupos e pessoas se relacionem num sentido globalizante como se relacionam baleias, botos, jacarés, onças, micos, árvores, rios, matas, enfim, os ecossistemas. Os encontros e congressos ecologistas são como momentos rituais onde o sentido do conjunto é reforçado.

Contudo, colocadas essas considerações de caráter geral e introdutório, interessa investigar como essas expressões culturais se traduzem, se produzem e se transformam através de uma experiência social concreta - a situação das Listas Verdes nas eleições de 1986.

3 - Uma Breve História das entidades ecológicas no Brasil e em São Paulo

Dada a existência de estudos que analisam a formação histórica de grupos e movimentos ecologistas no Brasil e em São Paulo (Viola, 1987 e Antuniazzi, 1989), limitar-me-ei a uma breve descrição histórica visando apenas uma contextualização da discussão que interessa a essa pesquisa, ou seja, a participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986.

Segundo os estudos, a aparição do 1º grupo ecológico combativo data de 1971 com a criação, em Porto Alegre, da AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural. Entretanto, é importante registrar a existência da FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - criada em 1958 no Rio de Janeiro por uma elite de naturalistas e filantropos numa linha conservacionista, e que tinha pouca atuação na esfera pública (Viola, 1987). Já a AGAPAN, fundada por José Lutzenberger, ganhou destaque por sua postura combativa e enfrentamento ao regime autoritário.

A partir de 1974, com o início da abertura política, começam a se proliferar as associações ecológicas em todo o país. Datam dessa época o surgimento em São Paulo do MAPE - Movimento Arte e Pensamento Ecológico, e em nível oficial, a criação da SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente. Esta nasce marginalizada no aparelho de Estado como uma agência do Ministério do Interior em atenção as críticas sofridas pelo Brasil na Conferência de Estocolmo em 1972.

Em 1978, começa a publicação regular da revista Pensamento Ecológico pelo MAPE, e em 1979 acontece a primeira experiência administrativa de um governo municipal orientado pelos princípios de ecologia, justiça social e democracia de base, em Lages-SC.

Na primeira metade da década de 70, em São Paulo, o movimento é caracterizado por denúncias isoladas de degradação ambiental feitas por especialistas e intelectuais que encontravam canal de expressão nos meios de comunicação. Essas denúncias se intensificam a partir de 72 com o pronunciamento do representante brasileiro na "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente", realizada em Estocolmo, defendendo a opção do governo brasileiro pelo "desenvolvimento a qual-

quer custo".

É no ano de 1973 que Miguel Abellá realiza um "happening" solitário pelas ruas da capital paulista, utilizando máscara contra gases e cartazes em protesto contra a poluição da cidade. Esse episódio ganhou grande repercussão na imprensa e constituiu-se num marco simbólico do movimento no Estado. (30)

Além da prática de denúncias isoladas, um outro forte do movimento nesse período passou a ser a realização de palestras, seminários e conferências sobre a questão ambiental juntamente com as críticas às ações concretas do governo neste setor. Nesse sentido, juntam-se aos militantes, os intelectuais, artistas e políticos opositores.

A partir de 1974 são criadas inúmeras entidades cujas principais são: Comissão de Defesa da Billings, criada por moradores de Diadema; Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém, criada por Ernesto Zuarg Junior, um dos líderes históricos do movimento em São Paulo e um dos candidatos das Listas Verdes de 1986; o MAPE - Movimento Arte e Pensamento Ecológico, tendo o pintor Miguel Abellá como um dos fundadores; a APPN - Associação Paulista de Proteção à Natureza; a CDPC - Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade, criada em 1978 por ocasião da tentativa de construção do aeroporto metropolitano sobre as matas de Morro Grande, em Caucaíia do Alto, município de Cotia. A luta contra a construção do aeroporto representa um marco na consolidação do movimento. A CDPC congregava várias entidades ambientalistas, intelectuais, políticos de oposição, associações profissionais e artistas, e inúmeras outras entidades se constituíram a partir dessa luta vitoriosa.

Na década de 80, o movimento inicia campanha contra o programa nuclear através da prática de passeatas e concentrações, intensificando as palestras, seminários e conferências. No governo Montoro são abertos pequenos espaços para reivindicações ambientalistas através de órgãos como CONCEX - Conselho Consultivo Exterior da Secretaria de Agricultura - e representantes no CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente. Na luta política para influenciar a política ambiental do governo Montoro surge a APEDEMA - Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente - que congrega grande número de entidades ocupando o lugar de "catalizadora" e porta-voz do movimento, papel anteriormente desempenhado pela CDPC.

No final da década de 70 há um "racha" entre as lideranças da APPN originando daí outros grupos como o grupo Seiva, liderado pela atriz Cacilda Lanuza; a União Ecológica, que atraiu os militantes mais identificados com uma postura política de esquerda, e finalmente a OIKOS - União dos Defensores da Terra, liderada pelo único deputado federal eleito pelas Listas Verdes, Fábio Feldman, cujo grupo propunha uma atuação voltada para abertura de espaços legais e institucionais a questões ecológicas.

A APEDEMA surge a partir da idéia de criação de uma federação que congregaria todas as entidades do Estado de São Paulo, para que fortalecida, estabelecesse negociações com as agências do Estado. Tal proposta, defendida especialmente pela União Ecológica, não foi aceita pela maioria dos militantes da CDPC pois, temia-se que com a Federação se perdessem os princípios de democracia, fluidez, e não-hierarquização tão próprios do Movimento. A APEDEMA surge nesse contexto com o papel de aglutinar e mediar as diferenças entre os grupos,

já que muitos militantes passavam a atuar em órgãos públicos ligados à gestão do meio ambiente no governo Montoro criando uma relação de ambigüidade com o Movimento; outros mantiveram uma postura crítica em relação aos princípios de autonomia e não profissionalização do Movimento, enquanto que uma outra parte advogava em favor da profissionalização do ME para eficácia das lutas e negociações junto ao Estado.

Em junho de 1986 é realizado, em São Paulo, o II Congresso de Ecologistas e Pacifistas. Na pauta constavam, dentre outras discussões, a organização do Movimento, sua relação com o Estado, a questão nuclear e a estratégia de participação na Constituinte através das Listas Verdes. Já a partir dessa data e no governo Quéricia, o grupo de militantes que defende a profissionalização do movimento, como a OIKOS, começa a se destacar e a se firmar como interlocutores privilegiados do governo. Em abril de 87 é criada a Fundação SOS Mata Atlântica nesses moldes, reunindo empresários, cientistas, jornalistas e ambientalistas que contam com muito apoio da mídia, atuam como instituições de pesquisa e prestação de serviços. Essa é a tendência que domina o ME no Estado de São Paulo atualmente apagando a atuação dos demais grupos que ainda persistem e minimizando o papel da APEDEMA como interlocutora privilegiada. Enquanto esse grupo vê os grupos que defendem uma maior autonomia do movimento como "românticos", estes vêem aqueles como oportunistas e ecologistas "não puros". Esta é a principal luta travada no interior do Movimento e encontra-se refletida nas discussões preparatórias das Listas Verdes (ver cap.11) e nos discursos dos candidatos (ver cap.111).

CAPÍTULO II

O Movimento Ecológico nas Eleições de 86

1 - As relações do Movimento Ecológico com a esfera da política partidária

Ao analisar a atuação do ME no Brasil sob uma perspectiva político-institucional, Viola (1987) identifica três períodos de sua história a partir do ano de 1974. A primeira fase, denominada de **Ambientalista**, iria de 1974 à 1981 caracterizando-se pela existência de dois movimentos paralelos, mas que no entanto se autodefinem como "apolíticos": os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e as comunidades alternativas rurais. A segunda fase, de **transição**, cobriria o período de 1982 a 1985 sendo marcada pela "confluência parcial e politização explícita progressiva dos dois movimentos" acima mencionados. A terceira fase teria seu início em 1986 quando da **opção ecopolítica**, a partir da qual a maioria do movimento organiza-se para participar em conjunto da arena parlamentar.

É importante destacar que a denominação **ambientalista** dada por Viola para a primeira fase procura caracterizar a não relação do movimento com a questão política, e especialmente, com a política partidária. Ou seja, os movimentos de denúncia nas cidades atuavam no interior da sociedade estabelecendo relações com outras associações civis e agências do Estado, sem contudo apresentar um projeto político, ou mesmo sem apresentar participação em disputas político-eleitorais. Já as comunidades rurais colocavam-se à margem, rejeitando até mesmo

interagir com a sociedade global (Tavares, 1983).

Além de encontrar-se destituído do sentido político, o conceito **ambientalista** expressa também uma ausência cultural, como já foi discutido no capítulo anterior, no sentido de que as entidades de pura denúncia ambiental não questionavam o cotidiano, o modo de vida e as estruturas desta sociedade calcada nos valores materialistas. Ou ainda, não apresentavam uma reflexão sobre a família, a sexualidade, a liberdade, a política, enfim, as relações de poder e de opressão, tal como os grupos ecologistas realizavam como herança das discussões de maio de 68. (31)

Entretanto, embora o **ambientalismo** apontado por Viola, do ponto de vista das relações com a política institucional, seja dominante nesta fase, cabe destacar que um ecologismo no sentido de uma postura cultural mais ampla não somente é encontrado ou se restringe às comunidades alternativas rurais, mas é também responsável, nesse período, por todo um "cenário alternativo" nas cidades. Ele se reflete em diversas experiências como cooperativas, restaurantes naturais, escolas, clínicas de terapias holísticas, etc. Além disso, deve-se notar nessa fase algumas ações ambientalistas coletivas não institucionalizadas, ou não estruturadas em associações como as manifestações em defesa da Amazônia em 1979, importante em termos de difusão, junto à opinião pública, da consciência da situação de depredação naquela região. Esse período também marca a volta dos exilados políticos, como Fernando Gabeira, que trouxeram da Europa toda a perspectiva ecológica, contribuindo para a introdução da discussão dos valores ecologistas na sociedade. Além disso, ao falar de dois movimentos paralelos, Viola distancia-se de uma perspectiva globalizante, isto é, a concep-

ção do ecologismo como um fenômeno que abarca e se expressa em diversas dimensões.

A segunda fase, de transição do Movimento, acompanharia então, o período de transição democrática vivido pelo país.(32) Em 1982 realizam-se eleições para os governos estaduais e alguns ecologistas menos refratários à política partidária participam das eleições apoiando candidatos a deputado estadual que tinham propostas ambienta- listas. Esse fato, de acordo com Viola, já contribui para introduzir uma nova dinâmica no interior do movimento.(33)

Naquelas eleições foram eleitos para a Assembléia Legislati- va o agrônomo Walter Lazzarini pelo PMDB de São Paulo e Caio Lustrosa, um dirigente da AGAPAN, pelo PMDB do Rio Grande do Sul. Gastão Gonçal- ves é eleito suplente de deputado estadual pelo PMDB de São Paulo. No Rio de Janeiro são eleitos o ex-exilado Litz Vieira e a Líder feminis- ta Lúcia Arruda pela Legenda do PT. Como aponta Pádua(1989), diferen- temente dos candidatos de São Paulo e Rio Grande do Sul, os candidatos do Rio representariam a emergência, no Brasil, da "corrente verde" ligada à política verde internacional, vinculando a ecologia a pers- pectiva autogestionária, libertária e questionadora de costumes, colo- cando o Rio de Janeiro como vanguarda desse movimento em direção à criação do Partido Verde.

Ainda nesta fase, o ME tem atuação destacada na campanha das diretas-já de 1984. Esta, verdadeira "festa na política" (Meyers et alii,1985) marcaria o momento de reivindicação e da redescoberta da cidadania política após vinte anos de arbítrio militar no país. Sendo assim, marcado pela forma da festa, da emoção, da fé, da vontade que solda os participantes muito além das idéias e da abstração de concei-

tos, este clima de "efervescência" das diretas-já envolveu a todos os movimentos sociais neste período, perdurando e sobrevivendo, mesmo à sua derrota, sendo reaquecido em momentos como a eleição de Tancredo Neves e sua morte trágica, o início da Nova República e a perspectiva da nova Constituição, para apagar-se novamente após os fracassos dos planos econômicos.

Nesse clima de efervescência política realizaram-se durante os anos de 84, 85 e 86 vários encontros ecologistas na tentativa de organizar o Movimento e sua ação política, especialmente no confronto com as agências estatais. Também estiveram na pauta de discussão as relações do ME com outros movimentos e com os partidos políticos, e, sobretudo, a questão da criação de um Partido Verde e a forma de participação ecologista na constituinte, o que foi apontado por Viola como uma politização do ecologismo. No meu entender, houve uma "abertura para fora" em direção aos espaços institucionais políticos da sociedade. As entidades proliferaram-se, cresceu o número de militantes, e o ecologismo rural aproximou-se do urbano.

Neste sentido, o IX Encontro Anual de Comunidades Alternativas realizado em 1985, em Pindamonhangaba-SP, inova os seus anteriores ao abrir espaço para os ecologistas urbanos. É nesse encontro que se travam discussões também sobre a participação nas eleições para a constituinte no ano seguinte. (3.)

Além do crescimento de entidades e ativistas nesse período, bem como a emergência da "corrente verde" do Rio de Janeiro, cabe destacar a penetração da temática ecológica no interior de associação de moradores, em determinadas áreas do sindicalismo operário, no campo universitário, em organizações profissionais como dos arquitetos,

agrônomos, trabalhadores rurais. Além disso, o Movimento passa da pura denúncia para o levantamento de formas de atuação eficazes, na tentativa de influenciar os processos decisórios em nível de políticas públicas.

Concomitantemente, e de maneira bastante significativa verifica-se um aumento considerável do espaço dedicado ao meio ambiente nos órgãos de comunicação - jornais, revistas, televisão, - aumentando as possibilidades de acesso da opinião pública para a questão. Isso tudo contribuiu para a "saída do gueto" e o desenvolvimento maior da relação entre Movimento e espaços políticos institucionais na sociedade como um todo.

A terceira fase da periodização de Viola, a partir de 1986, quando se inicia minha própria pesquisa, é chamada de **opção ecopolítica**, período em que "a grande maioria do movimento ecológico autoidentifica-se como político e decide participar ativamente na arena parlamentar". Noto que a fase "política" acompanha uma mudança mesmo na denominação definida agora pelo conceito de **Ecologia Política**. Viola parece, então, otimizar o futuro político do ME em direção à "ecopolítica" ao falar de um **consenso** e de uma **opção da grande maioria do movimento** desde 1985 sobre a necessidade de intervir no congresso constituinte.

Creio que longe de uma opção ou consenso houve uma hegemonia dos grupos que já vinham estabelecendo uma forma de atuação envolvendo relações com a política institucional, seja com as agências do Estado, seja com os partidos políticos de esquerda mais sensíveis às questões ecológicas. A idéia de consenso, tal como colocada pelo autor, tende a apagar os conflitos e as resistências de grupos frente a esse novo en-

caminhamento do Movimento como tentarei mostrar através da análise etnográfica de alguns encontros dos quais participei no ano de 1986. No que se refere à Ecologia Política, somente o grupo do Rio de Janeiro esboçava uma nova forma alternativa de fazer política e preocupava-se em apresentar uma proposta global para toda a sociedade. Desse modo, podemos dizer que não houve uma transição de uma forma de atuação menos politizada para outra de definição ecopolítica, uma vez que as outras posições ou correntes do ME, inclusive as mais resistentes à participação política persistiam e coexistiam, embora de forma não dominante no seu interior. (35) De forma gradual, uma corrente do Movimento mais propícia à militância partidária foi-se constituindo e se fortalecendo principalmente na fase de transição democrática vivida pelo país, quando novos partidos políticos de esquerda emergiram abrindo espaço para esses militantes. A efervescência política vivida na época das diretas-já e a perspectiva da Nova República alimentavam os grupos. Politicamente, as Listas Verdes surgem, nesse contexto, muito em função do congresso constituinte e também da possibilidade de emergência do Partido Verde naquelas eleições (principalmente no Rio de Janeiro).

Este, emergindo, poderia ocupar os espaços sobrepondo-se ao ME o qual em sua maioria, era contrário à criação do partido, uma vez que isto contrariava os princípios de não burocratização e não institucionalização que eram defendidos pelo Movimento. Ao mesmo tempo, ao "sair do gueto" o ME criava espaços institucionais sensíveis à questão ambiental interessando a opinião pública e política. A questão ecológica tornava-se pública e possível de ser tratada tanto pelo governo, quanto pelos setores privados, por partidos de esquerda ou di-

reita, embora o "tratamento" variasse nos diferentes setores.

Ao contrário da emergência da corrente ecopolítica apontada por Viola a partir de 1986, assistimos neste período, sobretudo em São Paulo, ao surgimento e fortalecimento de uma "nova corrente ambientalista", pautada por uma postura profissional. Essas "novas" entidades ambientalistas encontram-se agora orientadas por uma atuação mais técnico-científica e funcionam como institutos de pesquisa que abrigam técnicos de diversas áreas ligadas ao meio ambiente. Além de denúncias, elas passam a capacitar-se para solucionar problemas e elaborar projetos de recuperação da degradação ambiental, através de convênios que incluem financiamentos de entidades e órgãos internacionais, governo e "comunidade científica". Essa tendência, embora minoritária em termos numéricos (são poucas as entidades desse porte, como por exemplo a SOS Mata Atlântica) passa a dominar o campo social configurado pelo ecologismo.

A emergência da corrente ambientalista profissional juntamente com as discussões acerca da necessidade do envolvimento político partidário, constituíram-se nos dois pilares centrais dos conflitos deflagrados no interior do ecologismo naquele período. Diante do surgimento do "diferente" (os novos ambientalistas) e da aproximação com o "outro" (os políticos em geral), os grupos históricos como que sentem a possibilidade da perda do lugar específico de sua fala. Eles vêem seus princípios abalados, sua atuação apagada, e lutam pela preservação de sua identidade política diante da eficácia do cientificismo no diálogo com as agências estatais e da apropriação do discurso ambiental pelos partidos políticos.

Se o ME, enquanto forma de pensamento e movimento social e político, nasce de uma ciência, ele parece agora tomar cada vez mais o caminho de volta às suas origens. Como detentoras do "saber ambiental" - este reforçado ainda pela idéia de "neutralidade científica" - as novas entidades ambientalistas (ONGs) colocam-se como interlocutoras privilegiadas das agências estatais. Politicamente diferenciam-se das entidades ecologistas históricas por não apresentarem uma reflexão sobre o modo de vida, isto é, não propõem uma transformação da sociedade baseada nos valores ecologistas, tal como a postura ecopolítica entende, nos moldes de Gramsci, a ecologia como um princípio hegemônico estruturador de uma nova ordem social. A partir de uma perspectiva liberal, as ONGs consideram os valores ecologistas ingênuos e românticos e propõem uma adequação da problemática ambiental à sociedade já constituída. Relacionam-se com a política institucional através, inclusive, de representantes eleitos para o congresso federal desde as eleições de 1986, como o caso do deputado Fábio Feldman (ex-PMDB, atual PSDB) representante da nova postura ambientalista.

Assim, através do discurso técnico-científico, as novas entidades ambientalistas surgidas desde 1986 procuram legitimar-se e diferenciar-se dos grupos ecologistas "amadores".

Em artigo recente, Viola e Boeira(1990) fazem um mapeamento dos vários atores sociais que apresentam uma prática ambientalista a partir da segunda metade dos anos 80, fase denominada de **Ambientalismo Complexo-Multissetorial**. Sem entrar no âmbito das diferenciações entre os conceitos de ambiental e ecológico, a análise parece acompanhar a própria tendência dominante no momento atual, inclusive, e principalmente no meio acadêmico, que é um setor importante na legitimação des-

sa corrente ambientalista.

Os anos de 85 e 86 foram anos de intensos debates e efervescência política no interior do ME, o que fazia vislumbrar o fortalecimento de uma corrente ecopolítica no país. Entretanto, essa efervescência era motivada pela perspectiva da Constituinte e pela possibilidade do surgimento de um Partido Verde naquela época no Rio de Janeiro.

Ali, sob influência dos Verdes alemães, um grupo de ex-exilados políticos, intelectuais e artistas como a atriz Lucélia Santos, os escritores Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e Herbert Daniel, fundaram em Junho de 1985 o **Coletivo Verde**, uma organização política para debater as propostas verdes e a idéia do partido. (36) O debate se expande por todo o país e se concentra mais estreitamente nos estados da região sul e sudeste onde o ME encontrava-se mais estruturado em entidades ambientalistas.

Diante do surgimento do **Coletivo Verde** no Rio e da perspectiva da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para ser eleita em novembro de 1986 é criada em novembro de 1985, no Rio de Janeiro, a CIEC - Coordenadoria Interestadual de Ecologistas para a Constituinte. A CIEC surge, portanto, neste contexto, como uma tentativa de se criar uma **unidade** e organizar, em nível nacional, o debate em torno da criação do partido, bem como com o propósito de formular as diretrizes sobre as estratégias de participação dos ecologistas nas eleições de 1986.

Muitos encontros ecologistas foram organizados desde a criação da CIEC até as eleições de 1986. A polêmica sobre a criação de um Partido Verde fomentava as discussões mais calorosas, resultando, mui-

tas vezes, em agressões verbais e quase até mesmo físicas entre os representantes das diferentes posturas no interior do movimento. Estas, grosso modo, podem ser representadas por três posições: 1-os que eram contra a criação do PV ; 2-os que eram contra a criação do PV "já"; 3-os que eram favoráveis à criação do PV "já".

Posição 1 : contra o PV

Nessa primeira posição, advogando contra a criação do partido, encontravam-se aqueles ecologistas mais refratários ao envolvimento político-institucional e às formas tradicionais de fazer política, por considerá-las contrárias aos valores globalizantes ecologistas, os quais, na verdade, criticam a centralização do poder, as formas institucionalizadas e burocratizadas dessa forma de organização que os partidos representam. Sentem-se traídos em seus ideários e tendem a enxergar aqueles favoráveis à participação política como oportunistas e falsos ecologistas. Compartilham dessa posição os ecologistas das comunidades rurais, alguns ecologistas "avulsos" urbanos e alguns representantes de entidades "históricas".

Nesta posição, contrários à criação do PV, encontram-se também aqueles militantes ecologistas que já estabeleciam uma relação com a política partidária, principalmente os partidos considerados de centro-esquerda (PMDB na época) e esquerda (especialmente PT e PDT). Estes percebem a criação do PV também como um oportunismo e como um partido de elites, na medida em que para eles o partido nascia sem uma base popular e não conjugava os problemas sociais e das bases miseráveis do país com a perspectiva ecológica. Assim, apostavam na ecologi-

zação dos partidos existentes, posição bastante evidente entre os ecologistas petistas gaúchos, por exemplo.

Além desses, localizam-se também, nessa posição, o grupo dos "novos ambientalistas" que, através de um discurso técnico, jurídico e científico, deslocavam o sentido político contido nas propostas ecologistas e apagavam uma postura política mais conservadora.

Posição 2: contra o PV "já"

Os representantes da segunda postura, favoráveis à criação do partido, mas a longo prazo, argumentavam que o momento não era adequado para a criação do PV uma vez que o ME brasileiro ainda não se encontrava fortemente estruturado em suas bases para dar sustentação a um partido político. Além disso, o fato de o Movimento concentrar-se nas regiões do sul e sudeste, dificultava a organização do partido no sentido de atender às exigências da legislação eleitoral que obrigava a formação de um partido nacional, ponto que era bastante criticado por eles. O fantasma do oportunismo eleitoreiro, das formas clientelistas e personalistas que caracterizam as práticas dos partidos tradicionais, presentes na posição anterior, também acompanham essa posição defendida pela maioria dos ecologistas do país, e representada especialmente pelos ecologistas do grupo MEL-Movimento Ecológico Livre de Florianópolis:

"Há muita gente contra o PV, mas com argumentos frágeis. Já não se trata de discutir com um fantasma: há inúmeras pessoas que se conhecem, participam há anos de entidades e são dignos de confiança... somos oprimidos por uma legislação partidária que proíbe partidos pequenos, municipais, e que obriga a todos os partidos que se tornem verticais, centralizados na figura do presidente nacional... Os PVs não nascem

nacionais. A ruptura com a ideologia do Estado-Nação é um dos pontos básicos do movimento. É necessário partir de baixo, do município, do cara-a-cara, e só depois formar alianças entre partidos e entidades... acho que para formar um PV nacional está cedo, muito cedo. Mas para formar pequenos e belos PVs municipais... está tarde. As siglas podem servir de referência para aglutinar dezenas de grupos isolados. Podemos, inclusive, formar PVs regionais, mais de acordo com as circunstâncias sociais e ecológicas do que de acordo com as fronteiras dos municípios. Está faltando criatividade... com as siglas seremos mais ouvidos. E a existência delas já será uma contestação implícita da profunda arbitrariedade da legislação, feita por burocratas nunca eleitos pelo povo" (passagem extraída de uma carta escrita em 1986 por Sérgio Luiz Boeira, representante do grupo MEL, a respeito da criação do PV. Grifos meus).

A fala acima evidencia a importância da noção de descentralização, da atuação de base das entidades localizadas, e ao mesmo tempo, a tentativa de incorporar os princípios do Movimento ao partido, especialmente pela crítica ao gigantismo burocrático e institucionalizado, e pela idéia de totalidade exemplificada pela noção de ruptura com a "ideologia do Estado-Nação".

Posição 3: favoráveis ao PV "já"

Aqueles ecologistas favoráveis à imediata criação do Partido Verde estavam concentrados, sobretudo, no **Coletivo Verde** do Rio de Janeiro. Estes, também contrários a forma política tradicional, argumentavam, no entanto, sobre a necessidade de se participar das instâncias decisórias de poder além do espaço de luta dos movimentos sociais. Concebiam o PV como um "partido-movimento" que abrigaria todos os movimentos da sociedade civil, representando-os na arena parlamentar através de formas autônomas. Alguns grupos ecológicos "históricos" olhavam com desconfiança a iniciativa dos **Verdes** do Rio, uma vez que seus integrantes não possuíam uma história de militância no ME através das entidades de base. Os **Verdes** reconheciam uma "cultura ecologista"

em potencial, especialmente nas camadas jovens da sociedade brasileira, para além das formas de expressão das entidades que compõem o ME. Jovens, cansados da corrupção do universo político-partidário brasileiro e ainda dispostos a uma reflexão sobre o modo de vida. Para eles, uma estrutura mais visível, como o Partido Verde, poderia se constituir como um novo espaço de expressão, fortalecendo o desenvolvimento do ME e de outros movimentos sociais, como o movimento das minorias. Destaco aqui alguns trechos do manifesto fundacional do PV que aborda alguns desses temas:

"Sempre existe uma contradição entre nós em termos de fazer o movimento e tentar tomar o poder. Há pessoas que se dedicam pura e simplesmente ao movimento, não se importam com o poder do Estado. E há pessoas que se dedicam apenas à tomada do poder do Estado, sem se importar com o movimento. O que nós estamos tentando, no momento, é uma síntese: uma presença no movimento social, no movimento alternativo, buscando simultaneamente as condições de expressar isto no aparato do poder. Porque nós achamos que esta articulação é necessária... Um dos grandes desafios da proposta verde é indicar os caminhos do crescimento econômico e a preservação da natureza ao mesmo tempo, propondo formas mais suaves de vida sobre o planeta e isso envolve a participação nos centros de decisão e de poder, disputar eleições—e ganhá-las— formar organizações populares mobilizadas permanentemente, que atuem em todos os níveis de poder, pois permanecer à margem, como pregam alguns conservacionistas, é entregar o ouro para os bandidos... o Partido Verde (PV) se forma para lutar pela liberdade, paz e ecologia, pelos direitos civis, pela autonomia, autogestão e formas alternativas de vida. Surge de uma reflexão sobre questões que dizem respeito à vida de todos... O Partido Verde se define como um movimento de cidadãos e não de políticos profissionais ou homens de aparelho. Considera que o povo brasileiro está descontente com a chamada classe política e almeja um tipo de representação e ação mais eficiente, desinteressada e moderna... O Partido Verde pretende ser a expressão das novas idéias que surgiram nos últimos anos na sociedade brasileira... O Partido Verde no Brasil tem ainda outras responsabilidades. Também é parte integrante de um bloco social e político que trava a luta mais ampla contra a opressão, a desigualdade, a fome, a miséria, a prepotência das elites, a corrupção, o atraso cultural e os resquícios do autoritarismo. Está engajado, junto com todas as outras forças políticas e sociais do bloco popular, na luta pela reforma agrária, pela mudança da legislação sindical, por melhores condições de vida e trabalho e da consolidação e exercício pleno das liberdades democráticas e dos direitos humanos no Brasil... ... estará ao lado de todas as entidades, organizações populares e movimentos que almejam transformar a vida das pessoas fazendo-a mais livre e

digna. Estaremos ao lado das mulheres, dos negros, das chamadas mino-
rias, de todos os grupos vítimas da opressão generalizada ou específi-
ca".(37)(Grifos meus)

Essa postura ecopolítica esboçada nos trechos acima, que procura uma síntese entre o movimento social ecologista e as questões políticas que envolvem a sociedade brasileira, especialmente o comprometimento com as camadas populares, era assumida pelo grupo do Rio de Janeiro e encontrava-se ainda muito difusa no restante do país. Como assinala acima, em São Paulo, houve inclusive um fortalecimento da corrente ambientalista a qual não propunha a transformação da sociedade tendo como base os princípios ecológicos, mas assumia um diálogo com a política parlamentar, desenvolvendo um discurso técnico-científico neste seu processo de politização. Para além do argumento da "pouca tradição de militância", as reservas por parte das entidades históricas quanto ao grupo do Rio de Janeiro decorriam do fato desse último ser constituído por pessoas populares e com grande acesso à mídia, o que lhes possibilitava atingir e obter mais sucesso junto à opinião pública que os ecologistas mais antigos, ou mesmo os representantes da "nova corrente ambientalista". Isso gerava conflitos na medida em que, como uma "corrente nova" no ecologismo brasileiro, e ainda defendendo uma postura de participação política partidária, eles não eram legitimados pelos demais para aparecerem em público como a única face do ecologismo.

Enfim, esboçadas as três posições existentes no interior do ME quanto a participação política-partidária e, mais ainda, a criação de um Partido Verde, cabe destacar que sendo a segunda postura dominante no Movimento em geral, a CIEC, ou melhor, as Listas Verdes, aparecem como uma saída estratégica. A participação dos ecologistas, so-

bretudo os paulistas, nas eleições de 1986 através de Listas Verdes suprapartidárias representam uma tentativa de síntese e de uma "passagem", entre uma prática própria de movimento social e outra de natureza político-partidária. Nesse sentido, as Listas Verdes constituem-se como um ponto de intersecção dos vários discursos ecologistas, apresentado sob a forma de múltiplas tensões, as quais expressam, em última instância, o confronto entre os diversos grupos. As polêmicas entre uma forma de atuação mais "amadora" e outra "profissionalizada" denotam posturas políticas diferenciadas, as quais constituem a trama discursiva que produz os sentidos de ecológico e ambiental construídos pelos ecologistas e seus candidatos.

2 - O Debate nos Encontros

Os três encontros etnografados são bastante representativos de algumas expressões próprias do universo ecologista, ao mesmo tempo que retratam as tensões vividas pelo ME por ocasião da participação político-partidária. O primeiro encontro - "O Cometa Cria Estrelas" - centrado numa comunidade rural, em contato direto com a natureza, foi marcado por atividades terapêuticas, festivas e afetuais. O segundo encontro - "A III Reunião da CIEC" - realizado em um sítio, também em contato com a natureza, reuniu militantes urbanos voltados para uma prática política, sem perder, contudo, a dimensão afetual própria do universo cultural ecologista. Já o terceiro - "I Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas Autônomas" - mais amplo, concentrado num espaço físico urbano e acadêmico, reuniu representantes de várias ten-

dências, mas com dominância de militantes urbanos voltados para a questão político-partidária e ainda preocupados com o embasamento técnico-científico das questões colocadas pelo ambientalismo. Destaco, neste último caso, a participação dos professores universitários, pesquisadores e advogados presentes no encontro.

Perpassava os três eventos, aquilo que caracterizava o momento histórico inédito vivido pelo ME: o dilema sobre a participação política nas eleições de 1986 e sua melhor forma. Dilema colocado no clima de efervescência política desencadeado desde o movimento pelas diretas-já, até a perspectiva da elaboração da nova Constituição e pela própria emergência da "corrente verde" no Rio de Janeiro. Frente à perspectiva de atuação na arena institucional, processa-se a produção dos sentidos de ecológico desencadeada na trama discursiva que a passagem de uma prática própria de um movimento social para uma prática político-partidária implicava.

Se no primeiro encontro a tônica da polêmica era convencer os mais refratários - fundamentalistas em geral - sobre a pertinência e a necessidade do envolvimento e da participação política do ME na sociedade, o segundo e o terceiro debatiam a forma de participação mais adequada aos princípios do Movimento demonstrando uma "hipersensibilidade", para usar uma expressão dos próprios sujeitos-atores, quando o tema era a criação do Partido Verde. Se alguns ainda precisavam ser convencidos sobre a necessidade da participação política, a formação de um partido parecia uma passagem e uma mudança rápida de mais dos princípios que orientavam o ecologismo até aquele momento.

Não é por acaso que o questionamento quanto ao "purismo", a "autenticidade" ou a "história de militância" dos ecologistas mais en-

volvidos com a perspectiva político-institucional vinha à baila nas discussões ou suscitava fofocas durante o período, ao mesmo tempo que se fortaleciam como critérios básicos para constituição de uma candidatura ecologista. Buscava-se explicitar a identidade ecologista (reconhecer o "mesmo"), na medida em que novas tendências surgiam ("os diferentes") e no momento em que ela expandia-se correndo o risco de perder-se ou diluir-se num terreno até então considerado "inimigo" ("o outro") - a arena político-institucional. Assim, Gabeira não possuía história de militância no Movimento, enquanto Fábio Feldman, em São Paulo, era acusado de ser patrocinado por empresas consideradas poluidoras, como a Klabin. O discurso dos "Verdes", e mais do que esses, o discurso dos "novos ambientalistas" ("os diferentes"), estes voltados para o aspecto da legislação e do conhecimento técnico, não era decodificado como sendo próprio do ME e era colocado no lugar identificado como do "outro", ou a serviço deste, os políticos profissionais e os poluidores e depredadores históricos.

"O COMETA CRIA ESTRELAS"

Este foi o nome dado ao acampamento realizado nos dias 11, 12, 13 de abril de 1986 na comunidade Rajneesh -ARA, localizada no município mineiro de Itamonte.

Talvez inspirados pela passagem do cometa Halley e pelo sucesso do IX ENCA - Encontro Nacional de Comunidades Alternativas - realizado em 1985 na comunidade Hare Krishna de Nova Gokula, em Pindamonhangaba-SP, o qual reuniu uma média de duas mil pessoas, os Rajne-

esh do ARA-Abrigo Rio Acima (uma referência ao rio que ladeia o percurso até a chegada à comunidade, num ponto alto da montanha) - organizaram um acampamento para o período de maior visibilidade do cometa. Assim, as "estrelas" do título apresentam uma dupla referência, às estrelas celestes e às "estrelas" e "astros" da mídia que participaram do encontro.

Grande era, naquela ocasião, a expectativa em torno da passagem do Cometa Halley - fenômeno que só acontece a cada 76 anos. Tal passagem protagonizava inúmeras histórias sobre acontecimentos e mudanças planetárias e astrológicas. O sul de Minas encabeçava a lista dos pontos ideais onde o Halley poderia ser melhor avistado.(38) Diante disso, os Rajneesh, com grande senso empreendedor, cientes da privilegiada localização de sua comunidade, organizaram um evento turístico que contou com o apoio da secretaria de turismo do Estado de Minas Gerais e a prefeitura municipal de Itamonte, sendo amplamente divulgado pelos meios de comunicação, e ainda através de cartazes espalhados pelas cidades e folhetos enviados pelo correio.

O centro da comunidade era constituído por um restaurante, escritório, alojamento e salão para meditação, uma área pública onde os Rajneeshes costumavam hospedar as pessoas que participavam dos cursos ou sessões terapêuticas por eles promovidas; enquanto que as casas e os chalés dos moradores situavam-se na periferia deste centro. Como os organizadores do evento esperavam um grande número de participantes (em torno de mil) foi montada uma infra-estrutura adicional especialmente para a ocasião. Ela se constituía de uma considerável área de camping nas proximidades da margem do rio para atender ao público pagante, uma vez que Rajneeshes e convidados se instalariam no alojamen-

to cuja entrada era proibida ao público pagante. Nas proximidades do restaurante foram instalados aproximadamente uns 40 banheiros além de um circo cuja lona era decorada com estrelinhas, bem no "clima" do encontro. Equipado com aparelhagem de som e microfones, o circo abrigaria as principais atividades programadas para o encontro - meditações, terapias, debates - e reuniões para esclarecimentos e outras.

Como um evento "comercial-turístico" que procurava atender à "clientela" oferecendo os produtos de seu interesse, este encontro deslocava de maneira geral os elementos diversificados do universo ecologista transformando-os em símbolos e produtos a serem consumidos. Assim, é possível encontrar de maneira condensada os interesses e valores que pertencem ao universo ecologista, bem como identificar seus participantes, como pode ser atestado através do folheto de propaganda do evento que me foi enviado pelo correio.(39)

De acordo com o folheto, o acampamento oferecia, além do lugar privilegiado para avistar o Halley, uma programação que incluía trabalhos de bioenergética, psicodrama, vivências teatrais e corporais, além de debates e palestras. Estas últimas abrangiam temas como ecologia, astrologia, alimentação natural, agricultura orgânica e construções alternativas, todas elas administradas por pessoas consideradas "conceituadas" nessas diversas áreas. O folheto garantia ainda a presença dos jornalistas Fernando Gabeira e Luiz Carlos Maciel, do cantor Jorge Mautner, dos astrólogos Antônio Carlos(Bola), Leiloca, Claudia Lisboa, do agrônomo Valdo França, da atriz Maria Lúcia Dahl, do psiquiatra Ivan Campos, do diretor de teatro Amir Hadad, do grupo **Tá na Rua**, da escritora Rose Marie Muraro, dentre outros nomes. A alimentação seria "natural" e o porte de drogas proibido no acampamento.

Entretanto, o número de participantes (público pagante) era muito aquém do esperado - podia-se contar umas 20 barracas de pequeno porte, e pode-se dizer que o número de convidados e Rajneeshes praticamente excedia o número dos participantes pagantes. Circulava entre estes últimos o comentário de que o alto preço do acampamento seria o principal reponsável pelo reduzido número de "campistas".

O ponto principal de aglutinação das pessoas era o restaurante onde elas se encontravam, principalmente entre as refeições, para conversar, tomar cerveja, dançar ou simplesmente ouvir música. Um profissional da cidade vizinha de Passa Quatro fora contratado especialmente para promover o "som" do encontro que incluía ritmos musicais diversos, mas, sempre dançantes como Rock e Reggae, indo de Caetano Veloso, Gilberto Gil à Sting, Rolling Stones, entre outros. Como era esperada a vinda de muitas pessoas, a alimentação também ficou sob os encargos de um profissional da cidade. Entretanto, o tipo de alimentação não atendia às expectativas dos participantes (não era naturalista), e o "menu" foi duramente criticado por todos que passaram a ter como alternativa duas barraquinhas de alimentos naturais instaladas nas proximidades do restaurante. Nessas últimas, eram oferecidas refeições completas a base de sopas, arroz integral, legumes, verduras e mel, bem como se podia encontrar livros e revistas espiritualistas e esotéricas.

As regras de convivência durante o encontro foram fixadas pelos organizadores logo no primeiro dia, em reunião realizada no circo após o jantar. Duas lideranças se destacavam - Giovani, o líder da comunidade local e organizador do encontro, e Prashanto, um terapeuta bioenergético, Rajneesh, não residente na comunidade. Buscando inspi-

ração em Levi-Strauss (1975) pode-se traçar um paralelo entre esses líderes e os chefes tribais. O primeiro poderia ser comparado a um "chefe político" ou "civil" e a ele cabiam as questões mais burocráticas diretamente relacionadas à comunidade, à infra-estrutura e organização do acampamento, enquanto que o segundo lembrava a figura de um "xamã" que comandava as atividades terapêuticas e de meditação, responsável também pelas diretrizes do encontro e a programação das atividades.

Nesta reunião do circo, Prashanto (40) fez um histórico da comunidade e estabeleceu algumas regras prescritivas do encontro. Essas resumiam-se às seguintes proibições: não fumar maconha, não nadar no rio e não entrar nas residências e alojamento de convidados e demais Rajneeshes. Esta última era destinada especificamente aos campistas e era justificada pela necessidade de preservar a privacidade dos moradores, enquanto as duas primeiras tinham um sentido mais político no que se refere ao relacionamento da comunidade com a cidade de Itamonte. Procurava-se evitar atritos com os moradores nativos que eram vistos como pessoas "tradicionais" e que poderiam se chocar com comportamentos "pouco convencionais". Dizia Prashanto:

"Temos um ótimo relacionamento com eles(nativos).O pessoal está 100% conosco. O gerente do único banco da cidade é nosso amigo e o prefeito também. Estamos instalando uma agência de turismo e no futuro instalaremos uma lanchonete e uma escolinha na cidade. São pessoas que nunca saíram para o Rio e São Paulo, extremamente tradicionais. Além disso, esta cidade é estratégica. é nossa única saída para o Rio e São Paulo, fica localizada exatamente a meio caminho dessas cidades. Por isso não queremos problemas com o pessoal daqui. Há nossa área particular que tem que ser respeitada nossa privacidade. E há a área do alojamento onde é reservada pro pessoal da equipe e para os convidados. No mais tudo é permitido, mas com roupa, não queremos criar problemas com o pessoal da cidade".

Noto que "o pessoal da cidade", motivo das preocupações às quais Prashanto se refere, envolve principalmente as pessoas que ocupam lugar estratégico e de poder na cidade (prefeito e gerente do banco), sendo fundamentais para o desenvolvimento dos projetos econômicos dos Rajneeshes. Quanto às regras prescritivas, elas pareciam dirigir-se especialmente ao público pagante, uma vez que havia uma separação evidente entre estes e os Rajneeshes e seus convidados. Observei que na área considerada "privada", Rajneeshes e convidados nadavam nus na parte do rio que corria por detrás do acampamento, onde também fumavam maconha. Além disso, sessões especiais de meditação e terapias eram realizadas no salão de meditação, parte dessa área "privativa", para convidados e Rajneeshes que não participavam daquelas atividades que eram desenvolvidas no circo para os demais participantes.

O clima era de festa e os mais animados eram os Rajneeshes com suas roupas coloridas que iam do laranja ao vermelho com variações em torno do rosa e rosa choque. Podiam ser identificados também pelo "mala" - colar de contas pretas com uma foto do guru "Bagwan". Segundo um ex-Rajneesh, as cores adotadas pelos Rajneeshes eram cores "quentes" que tinham a finalidade de "energizar sexualmente" as pessoas, uma vez que a liberação da sexualidade era um dos pontos principais da "doutrina" Rajneesh. Entretanto, a obrigatoriedade do uso das roupas e do colar já havia sido abolida pelo guru. Assim, mesmo desobrigadas, as roupas e o colar eram necessárias e funcionavam, naquela situação, como sinais distintivos da identidade (Cohen, 1978; Carneiro da Cunha, 1979) do grupo anfitrião e de seus pares vindos de outras comunidades. Os Rajneeshes tendiam a agrupar-se entre si e praticavam uma forma de interação baseada no uso de expressões corporais e troca de

atenção e afetividade pública, o que os distinguia dos não Rajneesh.

Os "convidados" compunham-se de ex-Rajneeshes e amigos, praticantes de terapias holísticas e frequentadores da comunidade, jornalistas, artistas, ativistas do chamado "movimento ecológico e alternativo", candidatos do ME às eleições de 86 e seus assessores, bem como assessores do governo Montoro e do governo de Mato Grosso.

Já o "público pagante" era constituído principalmente por profissionais liberais, estudantes e professores, com idade variável entre 20 e 50 anos oriundas dos grandes centros urbanos. Alguns chegavam sozinhos, outros em pequenos grupos, e outros ainda em grupos constituídos durante a viagem até a comunidade. A maioria praticava algum tipo de terapia ou meditação oriental, ou então eram interessados em astrologia, numerologia e já haviam participado de eventos do tipo , como , por exemplo, o IX ENCA, realizado em Pindamonhangaba.

Muitos estavam ali para se divertir, conhecer pessoas, paquerar, enfim, num ambiente que produzia laços e afinidades. Temas como vida comunitária, astrologia, natureza, autoconhecimento, plantas medicinais, vida na cidade, sexualidade, dentre outros, animavam as conversas no espaço externo do restaurante. A maioria das pessoas procurava usar roupas despojadas (bermudas, camisetas), sendo que muitas delas usavam chinelos ou até mesmo andavam, um tanto desajeitadamente, descalças. Muitos permaneciam com trajes de banho durante a maior parte do tempo, uma vez que a qualquer momento podiam dar um mergulho no rio que ladeava a comunidade.

No entanto, além das reclamações quanto ao tipo de alimentação servida, outras eram frequentes, revelando uma expectativa em relação ao retorno do que havia sido pago, ou "comprado", e que corres-

pondia a uma imagem do que seria uma "comunidade alternativa". Algumas delas referiam-se ao "barulho" constante das músicas consideradas exageradamente altas e agitadas por aqueles que esperavam um ambiente mais calmo, e a não realização da maioria das atividades programadas para o evento, como, por exemplo, as palestras com terapeutas e astrólogos.

De fato, as atividades mais desenvolvidas eram as terapias corporais comandadas por Prashanto no circo, pela manhã e nos finais de tarde. Essas eram realizadas sempre no sentido de ora libertar a "energia ruim interior", como um "exorcismo", ora com a finalidade de "liberar a energia sexual". Algumas dessas "sessões terapêuticas" eram filmadas pela imprensa, presente no encontro, sempre com o apoio entusiástico de Prashanto. Este, um homem entre seus 50 e 60 anos, era uma figura muito segura e carismática, dono de uma vasta cabeleira branca e encaracolada, adornada por um boné laranja feito de tricô que ele nunca tirava da cabeça. Vestia sempre uma calça branca de algodão e uma camiseta rosa sob a qual trazia o colar de contas pretas com a foto do guru rajneesh. Nas conversas informais contava sempre de suas viagens, suas experiências de moradia em comunidades na Índia e no Oregon, nos EUA. Sua fala era sempre marcada por um linguajar incisivo, ao mesmo tempo que falava da necessidade de "romper com as convenções" e fazia longas citações de Wilhelm Reich.

Se as "meditações" e "terapias" tinham algum fundamento científico é questão que não interessa na perspectiva antropológica. O que importa destacar é que do ponto de vista de sua eficácia simbólica elas apresentavam resultados surpreendentes. Havia todo um "consensus" (Levi-Strauss, 1975:195) em torno dos "poderes terapêuticos" de

Prashanto o que lhe conferia credibilidade e permitia obter as respostas ou os resultados por ele pretendidos. Isso, mesmo num ambiente que alguém poderia considerar pouco propício a atividades de relaxamento, como por exemplo, o barulho do "som" que tocava numa altura bastante elevada no restaurante que ficava ao lado do circo, ou mesmo a equipe de televisão que filmava ostensivamente as atividades, muitas vezes incidindo a iluminação diretamente nas faces das pessoas que meditavam. Nada disso devolvia as pessoas daquilo que parecia ser um estado de "transe".

É claro que nem todos participavam das sessões terapêuticas. Como disse acima, muitos estavam ali para se divertir, namorar, e os interesses variavam muito. Aqueles que contavam com a realização de todas as atividades que o acampamento pretendia oferecer, ficaram bastante frustrados com o evento.

O cometa Halley, pretexto para a realização do acampamento, não foi a grande estrela do encontro. Como não havia nenhuma atividade relacionada diretamente ao cometa, um astrônomo, que era também astrólogo e acompanhava o candidato paulista Gastão Gonçalves, prontificou-se a levar os interessados, entre os quais me encontrava, até um local afastado das luzes da comunidade onde o cometa poderia ser melhor avistado. Improvisada a excursão, munidos com apenas um binóculo e atentos às explicações do "astrônomo-guia", o pequeno grupo olhava insistentemente para o céu estrelado à procura do cometa. Se a olho nu era difícil identificá-lo no meio de tantas estrelas, com o disputado binóculo podia-se ver uma pequena mancha esfumada no céu, para frustração geral dos ansiosos observadores.

Contudo, no segundo dia do acampamento (sábado, dia 12), teve lugar o debate - **Política Alternativa ou Alternativa Apolítica** - sobre o envolvimento político e a participação nas eleições de 1986, que foi a atividade mais importante do evento, pois envolveu a todos, e a qual interessa mais de perto a esta pesquisa.

No centro do circo, sentado no chão e de frente para a "audiência", Prashanto chamava os debatedores - Fernando Gabeira, jornalista e candidato pela coligação PT-PV ao governo do Rio de Janeiro; Luiz Carlos Maciel, jornalista, escritor e um dos primeiros ativistas brasileiros do movimento contracultural; Valter Vetillo, jornalista e ativista do chamado movimento alternativo; Luiz Carlos de Barros do MAPE-Movimento Arte e Pensamento Ecológico; Gastão Gonçalves, candidato a deputado estadual pelo PMDB de São Paulo e apoiado pelo MAPE; Valdo França, engenheiro agrônomo praticante de agricultura orgânica e candidato a deputado estadual pelo PT-SP; e Carlos Figueiredo, assessor do governo Montoro.

Como o próprio título dado ao debate indicava, a questão central debatida ali era se os ecologistas chamados "alternativos" - comunitários rurais e urbanos - deveriam ou não ter uma participação política na sociedade, ou manteriam a atitude "contracultural" de colocar-se "à margem do sistema". Vale ressaltar que o sentido dominante de **política** passava necessariamente pela questão partidária. Ou seja, a política era entendida a partir de sua forma institucional e burocrática tradicional.

Colocado literalmente no centro da discussão, diante da audiência - sentado no chão - estava Gabeira, que havia levado consigo uma equipe de filmagem da TV Bandeirantes - emissora em que apresenta-

va um programa semanal. Logo de início, comunicou sua candidatura ao governo do Rio de Janeiro pelo PT (coligado com o PH e PSB) já que seu partido, o PV (Partido Verde) não havia conseguido registro legal. Em seguida, passou a argumentar em favor da participação política dirigindo-se principalmente aos chamados "alternativos". Após uma breve retrospectiva do "movimento alternativo", ligando-o às origens do movimento contracultural, pacifista e ecologista no mundo todo, Gabeira falou da especificidade daquele momento, das transformações ocorridas na década de 80 em nível mundial e no panorama brasileiro em particular, bem como as transformações vividas pelo próprio movimento numa tentativa de mostrar a pertinência do envolvimento político-partidário. Nas palavras de Gabeira:

"Dado o momento em que o país vive, momento de crise, é hora de sair do gueto e partir para a luta. É necessário buscar os setores da população que precisam de ajuda. Vamos aprender com o povo do Brasil. Ele também é alternativo pelas circunstâncias" (fala extraída das anotações de campo durante o debate).

Em seguida, Gabeira arrolou uma série de iniciativas no Rio de Janeiro como a Assembléia Permanente do Meio Ambiente, campanha de desobediência civil pacífica por ocasião da proibição da exibição do filme *Je vous salue Marie*, demonstração contra a política racial na África do Sul, campanha SOS Baía da Guanabara e a campanha para a construção de um pronto socorro psiquiátrico alternativo. Essas iniciativas pretendiam, segundo Gabeira:

"lançar as bases para um mundo alternativo, apresentando ao Brasil uma alternativa política, como a política do corpo, a democratização da prática do esporte, esta pautada para o próprio conhecimento, a questão do aborto, da descriminalização da maconha, a construção de um sistema alternativo de comunicações. O objetivo fundamental é a autogestão, a autoregulação do trabalho. A existência do Partido tem uma perspectiva

temporária voltada para o princípio do prazer; vamos conquistar o poder para desestruturá-lo. A ecologia já encontra adesão dos vários grupos da população, principalmente a pobre. Já encontramos uma medicina popular no Rio de Janeiro onde as mulheres estão vendendo raízes nas ruas. O mundo alternativo já está virando uma realidade. Não adianta só uma perspectiva romântica, tem que se preparar tecnologicamente" (Passagem extraída das anotações de campo durante o debate).

Nessa passagem, Gabeira explicita a proposta dos "Verdes" do Rio de Janeiro a qual, numa perspectiva libertária e autogestionária, ia além da preocupação com a preservação do meio ambiente físico, mas abrangia todos os aspectos da vida social e de mudança do modo de vida. Ela deixa entrever também a preocupação em desvincular a idéia da participação político-partidária com a conquista e o exercício do poder, este último motivo de contestação por parte de "alternativos" e ecologistas em geral. A conquista do poder, nesta perspectiva, seria legitimada pelo propósito de sua desestabilização. Os trechos finais dessa passagem evidenciam a imagem romântica que Gabeira têm dos "alternativos" e contra a qual contrapõe a necessidade da participação política e conhecimento tecnológico para "sair do gueto" e agir na sociedade. Como veremos mais adiante, esse discurso que contrapõe de um lado os "românticos" e de outro os adeptos da participação política e do conhecimento tecnológico é utilizado por grupos diferenciados e assume sentidos diversos. Dessa forma, o próprio PV de Gabeira pode ser colocado no grupo dos "românticos" pelos novos ambientalistas ou candidatos de outros partidos quando necessário, e como recurso de diferenciação.

Voltando ao debate, a partir desse ponto de seu discurso, Gabeira é interrompido por Prashanto que advogava contra a participação política. Buscando legitimar sua fala a partir da experiência vivida, Prashanto afirmava já ter militado politicamente e que o grande

problema da política era a questão do poder. Nas palavras de Prashanto:

"O Partido, almeja o poder e deve-se procurar o não-poder. Militar com operários é perigoso porque a mesma sociedade que criou os operários criou os partidos. Política é a prática da mentira e se você mente, não pode lutar pela vida".

Com esta fala de Prashanto o debate se desenvolveu entre as duas posturas envolvendo demais debatedores e a "audiência". A maioria, contrária à posição de Prashanto, manteve-se a favor da participação política. Valdo França observou a necessidade de resgatar o significado do termo política, uma vez que para ele política era, sobretudo, o exercício da cidadania. "Não há como dissociar auto-libertação da libertação da sociedade" afirmava França. Quanto à política partidária comparava-a à figura do "chiqueiro de porco": "É preciso entrar no chiqueiro para limpar a merda dos porcos", dizia França numa referência à política institucional enquanto sujeira e novamente à idéia da conquista do poder para desestruturá-lo. Luiz Carlos Maciel que apoiava a candidatura de Gabeira argumentou que a própria forma de organização comunitária daquela comunidade era uma forma política, o que provocou manifestações de concordância por grande parte do público presente. Maciel acrescentou ainda, em direção à Prashanto e demais Rajneeshes, que seu "guru" havia resgatado o verdadeiro sentido da religião, e que agora caberia recuperar a verdadeira política. Dizia ele: "Queremos uma sociedade governada dentro do sistema taoista"; ao que Prashanto retrucava: "eu não tenho religião, nem sou filósofo, eu sou um vagabundo. Nossa onda é da zona total". Uma fala que tentava ainda resgatar o "radicalismo" de sua postura.

No meio das discussões, Gastão Gonçalves chamava atenção para a busca da qualidade de vida, e que o objetivo principal era ser feliz. Dizia Gastão: "tem que fazer o jogo mas a sua cabeça não está nele". Nisso, Giovani, líder da comunidade, manifestou-se com um argumento que fecharia o debate :

"O problema dos políticos é que eles trabalham 100% com a mente e não mexem o emocional. Eles precisam ligar o emocional à mente porque tem que se estar bem sexualmente, fisicamente, emocionalmente; quero aprender com vocês políticos, e quero que vocês aprendam conosco" (fala extraída das anotações de campo durante o debate).

Fica evidente aqui, o embate sobre a participação política e, sobretudo, o sentido de política relacionado com a política partidária e, nesse sentido, como algo "sujo", "impuro", ao mesmo tempo que racionalizado e seccionado no que se refere à dimensão globalizante da existência.

Esse debate "acalorado" provocou um salto qualitativo na pesquisa uma vez que ela tomou outra direção a partir daí. Se ao chegar à comunidade minha intenção era pesquisar os modos alternativos de vida, especialmente a vida comunitária, com esse debate sobre a participação político-institucional observei que algo de novo e conflitivo estava acontecendo naquele universo cultural. Algo que significava ruptura de alguns princípios e a emergência de outros que estavam diretamente ligados a esfera da política. Foi rastreando essa discussão, o debate sobre a participação político-partidária, que participei de outros encontros e pude conhecer a complexidade e diversidade de manifestações do ecologismo.

No terceiro e último dia do acampamento, após a realização desse debate, podia-se identificar mais claramente o grupo dos "polí-

ticos" e dos "não-políticos". Numa entrevista com Gastão Gonçalves, que já havia sido candidato em 1982, tomei conhecimento da existência da CIEC e fui convidada para sua terceira reunião que se realizaria na semana seguinte, em seu sítio, no município de Itapeçerica da Serra -SP.

A III REUNIÃO DA CIEC

Nos dias 19 e 20 de abril, na semana seguinte ao encontro da comunidade Rajneesh, realizou-se a terceira reunião da CIEC no sítio de propriedade do candidato a deputado estadual pelo PMDB, Gastão Gonçalves, no município de Itapeçerica da Serra-SP.(41) Diferente do encontro anterior, sobretudo pela ausência dos representantes das comunidades rurais, este reunia representantes de entidades ecológicas e ambientalistas de vários estados (RJ, SP, MG, SC, RGS, PA, DF, GO) bem como alguns candidatos à Assembléia paulista e Assembléia Constituinte e seus assessores. Gastão Gonçalves patrocinava o encontro oferecendo alimentação (base naturalista) e alojamento para os participantes que apenas levavam sacos de dormir adicionais. O sítio era um lugar bastante tranquilo e arborizado com uma casa no estilo rústico e antigo onde residia Gastão, e um galpão bastante amplo que funcionou como cozinha e alojamento por onde transitavam os participantes durante o encontro.

A maioria das pessoas chegou, aos poucos, no sábado (dia 19) pela manhã, e após o almoço posicionaram suas cadeiras em forma de círculo ao ar livre, do lado de fora do galpão para o início da reu-

nião. Logo no início, podia-se contar entre 20 e 30 participantes, número que praticamente dobrou já ao cair da noite. Algumas pessoas, vindas da cidade de São Paulo, retornavam no mesmo dia, não pernoitando no sítio.

Formado o círculo, procedeu-se ao ritual de apresentação no qual cada pessoa dizia o nome e a entidade que representava, ou ainda se era candidato, qual o partido e sua procedência. Enquanto isso, uma lista de presença foi passada e Gastão Gonçalves solicitou que as pessoas colocassem - além dos dados habituais como nome, endereço e entidade - data, local e horário de nascimento, pois pretendia fazer o "mapa astral" de cada participante. Alguns dos participantes comentavam entre si sobre a finalidade daquelas informações e manifestavam receio quanto a possíveis manipulações de seus dados astrológicos. Se eram adversários políticos de Gastão Gonçalves ou não, ou se este de fato tinha "poderes para manipular" as pessoas com aquelas informações, não interessa discutir aqui. O interessante é que aquele era um ingrediente subjetivo inusitado num encontro político - a crença em "poderes astrológicos" - e um ponto de relação em comum, até aquele momento, entre os participantes do evento realizado na comunidade Rajneesh e estes.

Aliás, cabe destacar que Gastão havia participado do encontro na comunidade dos Rajneesh e não seria exagero dizer que se aquela situação social, enquanto um acontecimento turístico-comercial, reproduzia interesses e valores ecologistas para atender sua diversificada clientela, nessa terceira reunião da CIEC, Gastão, enquanto político, reproduzia as "condições sociais e culturais" que imaginava próprias do universo ecologista como um "autêntico candidato ecologista". As-

sim, em contato com a natureza, esse encontro teve a forma de um descontraído acampamento onde não faltaram a alimentação naturalista (aspecto negativo do outro encontro) e as referências astrológicas.

Terminadas as apresentações, um dos organizadores do CIEC, Paulo Moura, que trabalhava na campanha de Valdo França, procedeu a um relato histórico da CIEC e das resoluções das duas primeiras reuniões, às quais eu não estava presente.

De acordo com as informações de Moura, que foram posteriormente divulgadas em documentos informativos da CIEC, a primeira reunião, que marca a própria criação da coordenadoria, realizou-se em 24/11/85 no Rio de Janeiro. Nessa reunião com o "Coletivo Verde" do Rio de Janeiro, conforme já mencionado na seção anterior, optou-se pela intervenção nas eleições para a constituinte através de Listas Verdes suprapartidárias, atentando-se, no entanto, para as especificidades locais e regionais quanto à organização do ME. Ou seja, nos estados onde o Movimento encontrava-se menos estruturado politicamente, os ecologistas apoiariam candidatos que se comprometessem "orgânica e publicamente com a plataforma ecopolítica". Nos estados onde o ME estava melhor estruturado politicamente, este lançaria seus próprios candidatos nos partidos existentes ou em formação através de "Listas Verdes" elaboradas por seus militantes. Apesar de não haver um consenso a respeito da criação do Partido Verde, considerou-se legítimo o envolvimento de ecologistas favoráveis e empenhados em sua organização. Procurava-se, dessa forma, atender e abarcar as múltiplas expressões ecologistas em relação à questão da participação política institucionalizada, tentando-se com isso criar uma unidade do Movimento que correspondesse à sua expressão legítima, ao mesmo tempo que pretendia-se,

assim, evitar que oportunistas se apropriassem das questões ecológicas.

A segunda reunião da CIEC realizada em fevereiro de 1986, em Curitiba, estabeleceu os parâmetros gerais e provisórios da plataforma ecologista nacional para a Constituinte:

"ecodesenvolvimento, pacifismo, descentralização das fontes energéticas (contra usinas nucleares e as grandes hidrelétricas), qualidade de vida, função social e ecológica da propriedade, justiça social, democracia participativa, reforma agrária ecológica, descentralização e democratização do sistema de comunicação de massas, educação ambiental generalizada".

Além desses parâmetros gerais da plataforma ecologista, ficaram estabelecidos também os critérios para a formação de Listas Verdes estaduais. Essas seriam transpartidárias e compostas por candidatos "natos", isto é, membros do ME, e candidatos "aliados", isto é, aqueles que embora não atuassem no Movimento, apoiavam suas bandeiras e se articulavam local e regionalmente com as entidades contribuindo concretamente com suas lutas. Ambos seriam indicados por entidades a partir dos critérios estabelecidos pela CIEC e se comprometeriam, se eleitos, a defender a plataforma ecologista na Constituinte ou na Assembleia Legislativa do Estado e a doar uma parcela de seus rendimentos para o desenvolvimento das associações de base?

Após o relato sobre as reuniões anteriores passou-se às discussões deliberativas daquela terceira reunião. As discussões se encaminharam até a noite e manhã do dia seguinte versando principalmente sobre as estratégias da Lista Verde, mobilizações nacionais, símbolos para campanha, dentre outras. Luiz Carlos de Barros, do MAPE sugeriu um slogan geral para a Lista Verde - **O Brasil está Maduro. Vote Verde** - o qual foi questionado sobre possíveis interpretações sugeridas e

recusado por consenso.

O candidato Ataíde Ribeiro do PDT de São Paulo, que atendia pelo apelido de "Tietê", fez um relato de suas lutas pela despoluição do rio Tietê. No entanto, o fato deste candidato estar vestindo uma camiseta com a propaganda da cerveja Skol na frente e outra para salvar o rio Tietê atrás, foi visto como incoerência, por associar ecologia com uma fábrica multinacional de bebidas que demanda recursos hídricos e é poluente. Este fato desencadeou uma polêmica sobre as posturas dos candidatos, especialmente em relação às propostas ecologistas e suas estratégias de campanha eleitoral. Havia uma preocupação em estabelecer práticas que diferenciassem os candidatos das Listas Verdes dos chamados políticos tradicionais. Neste sentido, Gastão Gonçalves chamou atenção, por exemplo, para a não pichação por parte dos candidatos ecologistas. Disse Gastão: "Não pega bem um candidato ecológico fazer pichações como os outros. Que faça no mínimo uma coisa artística, então, e que não polua visualmente."

Uma outra polêmica levantada nessa reunião foi a denúncia de que um militante da AMDA - Associação Mineira de Defesa Ambiental - de Belo Horizonte, teria pedido ajuda financeira ao PV alemão para campanha no Brasil. Essa denúncia suscitou manifestações de repúdio por parte de todos que julgavam necessário manter o caráter suprapartidário das Listas Verdes, desvinculando-a da associação com o Partido Verde. Os representantes de Belo Horizonte tentaram desmentir o fato e reafirmando seus propósitos de concordância com as deliberações da CIEC, aproveitaram para comunicar e convidar a todos para o I Encontro Nacional de Entidades Ecologistas Autônomas que seria realizado nos dias 1º, 2, 3, 4 de junho em Belo Horizonte.

No último dia do encontro, antes do fechamento e da sistematização das deliberações da reunião, Carlos Minc, do Coletivo Verde do Rio de Janeiro, fez uma explanação sobre o Partido Verde e a importância dos ecologistas se unirem em torno de sua criação. Este tema, que sempre envolvia discussões acaloradas entre as três posturas existentes no interior do Movimento, incluía também uma polêmica sobre a legitimidade de Gabeira enquanto candidato pela coligação PT-PV no Rio de Janeiro, defendendo as teses ecologistas, uma vez que ecologistas contrários à criação do PV consideravam que lhe faltava "tradição" na luta ecológica, especialmente sua militância em associações de base. Havia um certo receio e ciúmes da popularidade de Gabeira e sua penetração nos meios de comunicação. Através dele, o PV poderia se colocar para a opinião pública como representante e porta voz do ecologismo no Brasil, o que era temido pela maioria.

Assim, reafirmadas as deliberações das reuniões anteriores da CIEC, esta tratou de precisar os critérios das Listas Verdes. Os candidatos deveriam apresentar histórico de participação no ME referendado pelos movimentos regionais. As indicações deveriam ainda ser encaminhadas à coordenação da CIEC pelos representantes estaduais em documento assinado por organismos ou instâncias do Movimento em cada Estado, como por exemplo: APEDEMA/RJ e SP ou encontros e congressos estaduais de entidades, ressaltando o caráter transpartidário e movimentista das indicações. O mesmo procedimento deveria ser adotado para a escolha dos representantes estaduais junto à CIEC.

Os candidatos deveriam manifestar seu compromisso com a plataforma ecologista através de debates públicos, divulgados pelos meios de comunicação e ainda gravados em vídeo e/ou áudio. Essa reunião de-

ciduiu também que os candidatos majoritários poderiam constar das Listas Verdes dentro dos mesmos critérios já mencionados para os candidatos constituintes. Além disso, reafirmou-se o calendário e a importância das manifestações e mobilizações nacionais propostas desde a primeira reunião como um trabalho complementar à sustentação política da eleição e, posteriormente do trabalho dos parlamentares eleitos.

Calendário

05/06/86 - Dia Mundial do Meio Ambiente e Dia Nacional de Luta contra a Poluição Industrial.

06/08/86 - Aniversário da bomba de Hiroshima

09 e 10/08/86 - Aniversário da bomba de Nagasaki e 1ª manifestação internacional dos movimentos ecopacifistas Latino Americanos (Argentina/Brasil).

21/09/86 - Dia nacional de luta em defesa da Amazônia, das florestas e ecossistemas especiais das regiões do Brasil. Dia da árvore.

16/10/86 - Dia mundial da alimentação. Dia Nacional de luta por uma reforma agrária ecológica que respeite reservas indígenas e naturais.

O então candidato à Constituinte pelo PMDB de São Paulo, Fábio Feldman, apesar de algumas críticas e desconfianças em relação à sua atuação (ver cap. III), foi uma presença bastante importante no encontro e apresentou-se como uma figura destacada no ME, uma vez que a ele coube, através da Comissão de Meio Ambiente da DAB-SP, sistematizar as teses a serem defendidas pelos ecologistas eleitos para a nova Constituição.

Nesta reunião foi constituída uma coordenação executiva da CIEC composta por Paulo Moura - coordenador da campanha do candidato Valdo França de São Paulo -, Celso Petrillo, do grupo Ação Ecológica e membro da APEDEMA-SP e Fernando Fernandes da Coovida-RJ. Uma reunião extraordinária foi proposta para o dia 02/05, durante o encontro de Belo Horizonte, para discutir ainda as estratégias da campanha política, a formação da Lista Verde e a Plataforma Ecologista a qual teve como base os **Valores Ecologistas** apresentados pelo grupo MEL de Florianópolis (ver apêndice).

Terminadas as discussões formais, o ambiente era sempre de descontração e proximidade, o que lembrava, embora em menor escala, o "clima" de comgraçamento ou compartilhamento do encontro da comunidade ARA. À noite fazia frio e uma fogueira e um violão aglutinavam as pessoas que comiam pipocas e assavam batata doce na brasa. Alguns namoros se iniciavam, enquanto ecologistas de diferentes estados se conheciam e trocavam experiências. Nessas conversas informais alguns grupos falavam de astrologia, numerologia, seitas e formas de terapias orientais, enquanto outros expressavam um lado mais humorístico do grupo ao troçarem com seus próprios valores. Comentava-se, por exemplo, o excesso de fumantes num grupo de ecologistas e alguns brincavam a respeito da alimentação naturalista servida durante o encontro - uns reclamavam da ausência de carne e em tom jocoso sugeriam a realização de um churrasco de um cão que passava por ali. Outros ainda, levantavam a suspeita de que após a reunião, o churrasco aconteceria entre Gastão e os amigos mais íntimos. Brincava-se, dessa forma, com os valores dos ecologistas "mais radicais", como por exemplo, os "macrobióticos" que haviam reclamado no encontro da comunidade Rajneesh da

alimentação pouco naturalista servida ali. Ao mesmo tempo não deixavam de colocar sob suspeita a "autenticidade ecologista" de políticos, representados, no caso, por Gastão.

Contudo, o que importa destacar dessa III reunião da CIEC é a tentativa de precisar os critérios e a forma de inclusão de candidatos em sua lista. Embora colocassem a possibilidade de inclusão de candidatos "aliados", isto é, não membros ou militantes do Movimento, mas que se comprometessem com a plataforma ecologista, a apresentação de um "currículo" ou histórico de militância no ME, ainda "referenciado" por movimentos locais e representantes regionais, mostra a preocupação com a "autenticidade" dos representantes da Lista Verde. Como discutirei adiante, no caso de São Paulo, houve divergências entre os coordenadores da CIEC ocasionando um "racha" que resultou na elaboração de outra Lista Verde por parte dos militantes ligados à APEDEMA, os quais indentificavam na CIEC uma tendência em escolher candidatos ligados ou favoráveis à criação do Partido Verde.

I ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS AUTÔNOMAS

Este encontro, realizou-se nos dias 1^o, 2, 3, 4 de maio de 1986, em Belo Horizonte, poucos dias após o acidente acontecido com a usina nuclear de Chernobyl na ex-União Soviética. Organizado pelo grupo AMDA - Associação Mineira de Defesa Ambiental - ele reuniu centenas de representantes de entidades ecológicas e ambientalistas de todo o país, inclusive representantes das regiões centro-oeste, norte e nordeste, fato inédito até então.

Diferentemente dos encontros anteriores que tinham como cenário a própria natureza, e uma organização do tipo acampamento, este, não por acaso, centrou-se no espaço físico urbano, mais especificamente nas dependências de uma faculdade, a FUMEC - Fundação Mineira de Educação e Cultura - situada num bairro de classe média, zona sul de Belo Horizonte. Sob o slogan **Agindo Localmente, Pensando Globalmente**, o encontro tinha como temas gerais a Organização do Movimento Ecológico em nível nacional, o Meio Ambiente e a Constituinte e Assuntos Técnicos, Científicos, Jurídicos e Políticos.

Organizado e estruturado com o patrocínio da Sociedade Brasileira de Geólogos e Sociedade Brasileira de Meteorologia e tendo ainda como palco uma faculdade, este encontro lembrava mais os encontros acadêmicos e científicos, como por exemplo, os encontros da SBPC. Já as duas circulares convocatórias enviadas pelo correio definiam o funcionamento do encontro. Este, denominado muitas vezes por "congresso", estaria subdividido em "comissões temáticas": comissões técnico-científicas, comissões jurídicas e comissões políticas. Os participantes eram convidados a enviarem propostas de trabalho "segundo as normas de trabalho científico", que seriam apresentados em painéis e áudio-visuais durante o encontro.

Para serem incluídos nas comissões técnicas e jurídicas, os trabalhos deveriam preencher temas como:

- educação ambiental
- ecodesenvolvimento
- setor mineral
- meio ambiente e soberania nacional
- preservação, utilização e manejos de ecossistemas

- agricultura e reforma agrária
- divisão internacional do trabalho.

A comissão política trataria dos seguintes assuntos:

- organização nacional das entidades
- ação política nacional de entidades
- rede de comunicação
- questão partidária
- campanha política, candidatos aliados e egressos do movimento
- compromissos políticos
- constituição
- federações estaduais e confederação nacional
- CIEC
- o poder da União, do Estado e do Cidadão
- organização do 2º encontro.

De acordo ainda com essa organização, as comissões deveriam reunir-se durante os três dias do encontro pela manhã, sendo que à tarde, em forma de plenária, apresentariam suas conclusões e propostas para apreciação e deliberação de todos. Pretendiam com isso sistematizar as posições do Movimento como um todo para subsidiarem os candidatos na Constituinte. Paralelamente a essas atividades formais, havia uma série de eventos culturais programados, como exposições de artes plásticas, mostra de filmes ecológicos e programação infantil no parque Mangabeiras.

Assim planejado e organizado de maneira formal, verticalizada, centralizada e pretendendo seguir os moldes dos encontros científicos, essa forma de organização do encontro não foi bem aceita pelos ecologistas participantes, exatamente porque contrariava os princípios

básicos de seu universo cultural. Aos poucos, ainda que em alguns momentos de maneira um tanto tumultuada e agressiva, essa forma de encaminhamento do encontro imposta pelos organizadores foi sendo alterada. Valendo-se dos princípios de autonomia e autogestão tão próprios do ME e dos demais movimentos alternativos, os sujeitos-atores passaram a construir a nova dinâmica da reunião. As reuniões das comissões, bem como as plenárias, aconteceram em apenas dois dias, sendo que a rigidez quanto ao cumprimento dos horários, anteriormente fixados, também cedeu lugar, ou procurou moldar-se às demandas de cada grupo. Prevaleceu, no entanto, o conteúdo técnico-científico das discussões que caracterizaram o evento.

O encontro foi aberto na noite de quinta-feira (dia 19/05) no auditório do colégio Padre Machado, zona sul de Belo Horizonte, tendo como tônica central o acidente nuclear de Chernobyl e as questões armamentistas, como o acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha. Muitos panfletos e cartazes de entidades ecológicas decoravam a entrada do auditório, onde também havia uma banca de livros sobre os temas ambientalistas e ecológicos e outros cartazes com endereços de restaurantes naturalistas na cidade.

A organização do encontro, estava centralizada na figura de Paulo Martins, professor de geologia da Universidade Federal de Ouro Preto, que fez a abertura e expôs os objetivos daquela reunião. Segundo Martins, o "congresso" pretendia contribuir para a organização do ME em nível nacional, "uma organização pautada na eficiência e que se faz necessária frente à convocação de um congresso constituinte".

Organização e eficiência, dois conceitos-chave da razão instrumental - tecnológica e científica - justificados pelo fim último

político-institucional. Uma fala que representa o momento histórico vivido pelo ME, como já apontado anteriormente, e que apresenta um dos pontos de intersecção dos discursos ecologistas, bem como o início de uma nova concepção ecologista que viria a dominar o "cenário" ambientalista do país. Um discurso que deflagaria os conflitos explicitados no encontro e a rejeição às práticas desenvolvidas pelo Movimento .

Em seguida à fala introdutória de Martins, o espaço ficou aberto para que os representantes das entidades pudessem se apresentar. Representantes da Bahia, Chapada dos Guimarães, Florianópolis, Brasília, apresentavam-se, falavam de suas entidades e suas principais lutas. Todos, sem exceção, mencionavam a catástrofe de Chernobyl e reforçavam, assim, a despeito de suas lutas específicas, as convicções pacifistas, ecológicas e humanitárias como fator de unicidade e conjunto.

Como parte da programação cultural e de abertura do encontro, os participantes foram convidados para um "vernissage" sob o título "A Natureza na/da Arte" realizada no Palácio das Artes. Esse "vernissage" reuniu trabalhos em argila, barro, troncos e folhas de árvores de diversos artistas mineiros. Como a noite era livre, alguns grupos formavam-se informalmente e reuniam-se em bares e restaurantes da cidade. As conversas variavam de grupo para grupo e iam desde numerologia, astrologia, bruxaria, até técnicas agrícolas alternativas, legislação ambiental, educação e questão partidária. Não faltavam as fofocas a respeito de ecologistas e candidatos e seus possíveis envolvimento com grupos econômicos, a partir do que a autenticidade dos propósitos ecologistas daqueles envolvidos politicamente era sempre colocada sob suspeita. As paqueras e namoros também eram uma constan-

te nesses momentos mais espontâneos ou informais.

No dia seguinte, nas salas de aula da faculdade, iniciavam-se os trabalhos das comissões temáticas. Cada grupo possuía um coordenador e um secretário encarregado de anotar as propostas e conclusões para serem apresentadas em plenária. A preocupação com o conteúdo técnico-científico das discussões dominava o ambiente dos grupos. Após o intervalo para o almoço os grupos retomaram as discussões, e, no final da tarde teve lugar a plenária geral no auditório da faculdade. O "clima" de descontentamento com a dinâmica e excesso de organização do encontro expressou-se fortemente nesse momento. Algumas pessoas questionavam desde o espaço físico onde o encontro se realizava - "um prédio de concreto, distante da natureza" - até mesmo o excesso de regras e burocracia, como inscrições, rigidez quanto aos horários, forma de encaminhamento dos grupos, e, até mesmo o direcionamento técnico-científico do conteúdo das discussões dos grupos.

No momento de realização e encaminhamento da plenária, esses descontentamentos vieram à tona e foram dirigidos à "mesa" presidida por Paulo Martins. É interessante que o conflito tenha se manifestado nesse contexto, uma vez que a plenária significava exatamente o momento ritual onde a identidade do grupo, como um todo, seria reafirmada ou traçada (lembrar que ela visava tirar as posições do Movimento como um todo para subsidiar a atuação dos candidatos ecologistas).

Como uma primeira explicação podemos dizer que Paulo Martins, além de centralizar a organização do evento, postura que contrariava os princípios e o comum da prática ecologista, era uma "figura nova" no cenário ecologista, isto é, a maioria dos militantes "históricos" não o legitimava na condução dos trabalhos. Além disso, com sua

fala sobre organização e eficiência e seu zelo pelo cumprimento das regras pré-estabelecidas para o evento, Martins materializava, além de uma opressão à liberdade e autonomia dos participantes, uma linguagem tradicionalmente identificada como sendo a do "outro", isto é os "inimigos" dos ecologistas como políticos, burocratas, empresários, dentre outros.

Um grande tumulto tomou conta da plenária. Discussões e agressões verbais e quase mesmo físicas pareciam inviabilizar o prosseguimento do encontro. Ecologistas de todos os matizes pareciam não mais se entender. Enquanto isso, duas militantes, uma da Bahia e outra de Minas, tentando pôr um fim às discussões, fizeram um cartaz que foi afixado na parede do palco de frente para a audiência tumultuada. Com o desenho de uma flor e uma borboleta o cartaz continha os dizeres: Vamos resgatar a ternura, o amor, o respeito e o carinho no movimento ambientalista brasileiro.

Mais do que um simples pedido de "ordem", ou mesmo de entendimento político, o cartaz reivindicava a retomada de valores importantes na composição da identidade ecologista. Ele expressava exatamente o conflito vivido pelo grupo, como por exemplo, o conflito entre a afetividade e sensibilidade que tradicionalmente compunham o universo das práticas ecologistas, o "clima" de conagraçamento ou compartilhamento, e a aridez das discussões técnicas e rigidez organizativa que imperavam no encontro.

A "mesa" foi destituída e uma nova comissão foi formada para o encaminhamento da plenária que teve uma nova dinâmica estabelecida pelo grupo. Encabeçavam a nova "mesa" os candidatos Gastão Gonçalves e Fábio Feldman, ambos de São Paulo, e um dos coordenadores da CIEC,

Paulo Moura, que era gaúcho mas assessorava o candidato paulista Valdo França. Dirigida pelo grupo paulista, ambientalistas que embora favoráveis a profissionalização do ME, não eram tão "novos" como Martins no ecologismo nacional, e conseguiram naquele momento fazer uma "ponte" e melhor mediar politicamente as diversas tendências (Fábio Feldman, apesar das desconfianças de alguns candidatos-militantes históricos, constituía-se como advogado e presidente da Oikos, numa presença forte no Movimento), a plenária prolongou-se até a noite quando os trabalhos foram suspensos para continuarem no dia seguinte.

Nesse terceiro dia do encontro, a plenária continuou com as discussões técnico-científicas pela manhã, sendo que à tarde dominaram os temas relacionados à organização e política do Movimento. Quanto a esses últimos temas, um dos pontos mais debatidos girava em torno da definição do "conceito de entidade", isto é, que tipo de entidade seria considerada enquanto unidade de base do ME uma vez que as diferenças entre as entidades eram muitas vezes discrepantes. Algumas dessas últimas eram formais, ou seja, legalizadas, com registro em cartório, e outras eram informais, sem registro; além disso, diferiam também no tipo de atuação, umas com lutas mais específicas, outras mais gerais, além das próprias diferenças regionais. Apesar de alguns representantes de entidades defenderem apenas as entidades formais enquanto instâncias básicas do Movimento, a maioria decidiu pela importância do princípio de heterogeneidade, da convivência de novas e diferentes tendências, bem como defenderam o princípio de democracia "vital e autônoma" que, segundo eles, caracterizava o Movimento. Discutiu-se ainda a necessidade de "solidificação teórica e ideológica" do ME, bem como a criação de uma "rede de comunicação e informação" entre as en-

tidades.

A rigor, essas discussões remetem a um conflito interno entre de um lado, a profissionalização de alguns grupos, e de outro lado, a informalidade, ou "amadorismo" de outros. Mais ainda, um conflito que opunha a questão da autonomia de cada grupo e a possibilidade da criação de uma instância representativa de todo o Movimento em nível nacional, como uma federação ou confederação de entidades. Por fim, prevaleceu o cuidado com a autonomia, pois, após longa discussão, decidiu-se que a instância máxima e que responderia pelo ME em conjunto seriam os encontros nacionais.

Quanto à participação político-partidária reforçou-se a necessidade de intervir no congresso constituinte e no caráter transpartidário do Movimento. As discussões tornaram-se novamente tumultuadas e agressivas quando da discussão sobre a criação do Partido Verde. A maioria das entidades representadas no encontro achava apressada a fundação do partido, pois temia-se a diluição da luta cotidiana das entidades de base e a invasão de políticos oportunistas.

No quarto e último dia do encontro, domingo pela manhã, muitos dos participantes já haviam retornado para suas cidades ou estados. Os que ainda ficaram, reuniram-se para uma avaliação geral do mesmo. Os organizadores enfatizaram, do seu ponto de vista, o trabalho e os custos que envolveram a realização do encontro e reclamaram da falta de cooperação e daquilo que chamaram de "excesso de anarquismo" demonstrado pelos participantes. Esses últimos, por seu lado, criticaram o excesso de preocupação com a organização por parte dos primeiros. Alguns ainda ressaltaram o "caráter pretencioso" da proposta do encontro, e colocaram a necessidade de "resgatar o caráter polí-

tico" do mesmo em face do privilégio dado ao aspecto científico que o marcara.

Como conclusão geral, e quanto à organização do ME, a solução apontada foi a realização de encontros estaduais e regionais como preliminares a encontros nacionais que serviriam mais como um "congracamento" dos grupos, nas palavras de um participante. Para isso, a troca permanente de informações entre os estados foi destacada como fundamental.

A necessidade de "resgatar o caráter político" e a proposta dos encontros nacionais como espaço de "congracamento" entre os militantes revela o conflito e a rejeição à forma "profissionalizada" ou à direção "técnico-científica" que o encontro havia assumido. Já discuti no capítulo anterior como as "catástrofes" ou encontros regionais e nacionais configuravam-se como rituais onde a identidade do grupo como um todo, ou seja, o sentido da participação em um conjunto, era reafirmada, apesar das diferenças de cada grupo. Como os rituais caracterizam-se pela repetição, houve neste encontro um corte e uma ruptura dos mecanismos através dos quais os ecologistas se viam e se reconheciam como parte integrante de um todo, na medida em que a linguagem e a forma de organização deste apresentaram-se de maneira diferente dos encontros anteriores. Faltaram, principalmente, a dimensão afetual e espontânea que funciona como um fator de união para além das diferenças individuais. As diferenças não encontraram um ponto de ligação através da linguagem racionalizada que foi imposta ao encontro. Ao mesmo tempo, pode-se identificar também as disputas pelos espaços políticos no interior do ME uma vez que as novas práticas, pautadas por um conhecimento técnico-científico sobre o meio ambiente apagariam a

atuação daqueles que não possuíam essa forma de saber dominante na sociedade moderna.

Assim, não é por acaso que o encontro tenha sido encerrado, após a reunião de avaliação, com uma "animada" passeata até o palácio da Liberdade - sede do governo do Estado de Minas Gerais e símbolo do poder. Os manifestantes vestidos de preto ou usando uma tarja preta como símbolo de luto pelo acidente de Chernobyl, na ex-União Soviética, protestavam cantando, batendo palmas, proferindo palavras de ordem, contra a energia nuclear em geral, e as Usinas de Angra dos Reis em particular. Cartazes com dizeres do tipo "Usinas atômicas não", "Vamos fechar Angra dos Reis", "Solar sim, Nuclear não", "Reforma Agrária para valer", "Chernobyl Nunca Mais", dentre outros, foram afixados nos portões do palácio da Liberdade. Dessa forma, através de Chernobyl, resgata-se, no último instante, a unidade, ou ponto de referência do conjunto que havia sido perdido durante o encontro.

3 - As Listas Verdes - CIEC X APEDEMA

Outras duas reuniões da CIEC aconteceram antes do lançamento da Lista Verde, no dia 27/10/86, das quais não me foi possível participar. Como o encontro de Belo Horizonte fora bastante tumultuado, com trocas de acusações entre todos, a quarta reunião da CIEC que ali aconteceria, ficou transferida para Brasília no mês de agosto. De acordo com os documentos da quarta reunião (ver apêndice), as resoluções das reuniões anteriores foram reforçadas. Buscou-se ainda manter a articulação em nível nacional das entidades que, por essa ocasião,

já encontrava-se bastante enfraquecida. Havia uma certa resistência por parte de ecologistas paulistas quanto à coordenação de Paulo Moura, que era gaúcho e transferira-se para São Paulo com o objetivo de coordenar a candidatura do agrônomo Valdo França. Neste sentido, ele também era "novo" na história do ecologismo paulista e ainda ligado à "corrente verde" do Rio de Janeiro, sendo pouco legitimado na coordenação da CIEC. Um episódio envolvendo a candidatura de Valdo França, também contribuiu para o afastamento de Moura que mudou-se para o Rio de Janeiro e integrou-se ao grupo carioca. A candidatura de Valdo França não conseguiu registro no Tribunal Eleitoral, pois sua documentação "perdeu-se" no processo. Houve uma denúncia generalizada de que a candidatura de França havia sido "minada" por integrantes ou candidatos do PT - partido pelo qual pretendia se candidatar - que teriam extraviado seus documentos. Tal episódio causou indignação geral entre todos, candidatos e militantes ecologistas, inclusive candidatos do próprio PT, como Bergamo Pedrosa, que passou a incorporar as propostas de França e foi apoiado por este.

Com a retirada de Valdo França do processo eleitoral e com os desentendimentos na coordenação da CIEC, Paulo Moura transferiu-se para o Rio de Janeiro a fim de trabalhar nas mobilizações nacionais e militar na campanha de Gabeira. Esta, já naquele período, ganhava bastante espaço na mídia e crescia nas pesquisas de opinião.

Em São Paulo, Luiz Carlos de Barros, do MAPE, passou a responder pela CIEC, publicando, inclusive, dois boletins informativos e mais a relação dos candidatos da Lista Verde, com apoio da Revista **Pensamento Ecológico**, publicação do próprio MAPE. A Lista da CIEC é publicada, portanto, após a última reunião da CIEC realizada em setem-

bro de 86 no Rio de Janeiro, já com a coordenadoria desmembrada.

Diante disso, Celso Petrillo, ex-coordenador da CIEC, e militante do grupo Ação Ecológica de São Paulo, articulou-se junto à APEDEMA-SP, à qual lançou uma outra listagem de candidatos independente e simultaneamente à CIEC. Assim, com o "racha" da coordenadoria da CIEC, São Paulo apresentou, então, nas eleições de 1986 duas Listas Verdes. A Lista da CIEC era composta por 15 candidatos sendo 6 federais - 2 do PSB, 2 do PT, 1 do PMDB e 1 do PTB - e 9 estaduais - 4 do PMDB, 2 do PSB, 2 do PT e 1 do PDT. A listagem apresentada pela APEDEMA contou com 23 indicações sendo que dentre os nomes, 13 participavam também da lista da CIEC (exceção de dois candidatos federais, Padinha e João Baptista Breda). Dos 10 candidatos a mais indicados pela APEDEMA, 6 eram estaduais - 4 do PMDB, 1 do PT e 1 do PDT - e 4 federais - 2 do PMDB, 1 do PT e 1 do PDT. (Ver Listas em apêndice).

Alguns candidatos pertencentes a entidades ecológicas ativas, e que faziam suas campanhas exclusivamente sob uma plataforma ecologista, acreditando-se mais "puros", mais "ecologistas", criticaram duramente as Listas Verdes e sua equiparação aos demais candidatos que segundo eles, não tinham "uma história de militância no movimento ecologista" e uma plataforma exclusivamente ecológica. Essas discussões refletiram também os desacordos sobre os critérios de escolha dos componentes das Listas Verdes e contribuíram para a cisão da coordenadoria da CIEC, um vez que a inclusão de candidatos "aliados", inicialmente deliberada pela CIEC, não foi totalmente aceita pelos candidatos membros do ME. Além disso, os candidatos representantes da corrente ambientalista, pautada por um profissionalismo técnico-científico, que dominaria o cenário ambiental de São Paulo e do país e que nesse mo-

mento começava a se esboçar, rejeitavam sua identificação e equiparação aos candidatos considerados "amadores" ou "românticos" do Movimento. Este era o caso, por exemplo, de Fábio Feldman e Mário Inocentini. Aquele, presidente da Oikos e membro da comissão de meio ambiente da OAB recusava a inclusão desse último na Lista Verde. Inocentini possuía uma coluna na revista **Vida e Cultura Alternativa**, em que escrevia artigos sobre ufologia, era de aquarius, ou sobre "política ecológica", diferentemente dos temas abordados por Feldman.

É interessante notar que dos poucos candidatos eleitos das Listas Verdes, (42) a maioria era dos que não tinham uma plataforma exclusiva ecologista, ou já eram parlamentares candidatos à reeleição, ou seja, eram candidatos "aliados", como no caso dos estaduais indicados pela APEDEMA. Assim, a CIEC eliminou os candidatos considerados "aliados" e tentou compor uma lista reduzida de candidatos com plataforma exclusiva ou com prioridade ecologista, ou mesmo que se aproximavam de "um perfil ideológico verde", na definição de Luiz Carlos de Barros, correspondente à "corrente verde" do Rio de Janeiro. Nesse sentido, os candidatos Padinha e Breda, não incluídos na Lista da APEDEMA por não serem considerados ambientalistas, foram incluídos na Lista da CIEC. O primeiro por ser pacifista e o segundo por ter um projeto de rede de comunicações alternativas, como rádios e TVs livres e propor a descriminalização da maconha, por exemplo. Na verdade, Padinha participava das reuniões da APEDEMA e só não fora incluído na Lista por ter se antecipado e lançado um manifesto em nome desta sem que a mesma houvesse deliberado a respeito.

Esses aspectos, sobre a composição e critérios das Listas Verdes, aparecem numa discussão entre Luiz Carlos de Barros e Celso

Petrillo, que foi documentada por mim, num encontro que promovi, involuntariamente, entre os dois ecologistas. Eu estava no comitê de Gastão Gonçalves para entrevistá-lo (dia 10/10/86) e aproveitei para marcar um encontro com Celso Petrillo, ali mesmo no comitê de Gastão, para que ele me fornecesse a listagem oficial dos candidatos da APEDEMA. Notei que Celso havia se mostrado um pouco resistente em relação à idéia de me encontrar naquele local e perguntei-lhe se havia alguma objeção, a que ele me respondeu negativamente. Cabe destacar que o interesse dos sujeitos pela pesquisa era muito grande e havia grande disposição para colaboração por parte deles. Celso sabia que eu tinha que retornar para Campinas naquela noite e as condições de locomoção em São Paulo eram especialmente desfavoráveis naquele dia. Era uma sexta-feira e o metrô estava em greve. Além disso, havia o fato de eu não conhecer muito bem a cidade e as alternativas de transporte. Assim é que Celso prontificou-se a me encontrar para entregar-me a Lista da APEDEMA no final da tarde, quando eu já teria terminado minha entrevista com Gastão. Acontece que Gastão Gonçalves e o MAPE - Movimento Arte e Pensamento Ecológico - entidade à qual pertencia Luiz Carlos de Barros, dividiam o mesmo andar de um antigo prédio na Praça da República. Somente após a discussão travada com o encontro de Celso e Luiz Carlos é que compreendi toda a situação e o motivo pelo qual Celso demonstrara certa resistência em ir até o comitê de Gastão. Ele queria evitar um possível encontro com Luiz Carlos, representante da CIEC naquele momento.

Terminada a entrevista com Gastão, este me levou até Luiz Carlos, pois eu estava interessada em alguns exemplares da revista **Pensamento Ecológico** publicada pelo MAPE. Enquanto conversávamos Celso

chegou e, tão logo os dois se encontraram teve início a discussão sobre os critérios das Listas da APEDEMA e CIEC. Neste instante, e para ilustrar o que disse acima, sobre o envolvimento e até mesmo a incorporação de minha pesquisa pelos ecologistas, Gastão Gonçalves me sugeriu que gravasse aquela discussão, pois a considerava importante para eu compreender "a quantas anda o movimento ecológico no Brasil". Entretanto, essa frase não foi proferida sem que Gastão desmonstrasse toda sua desaprovação àquilo que considerava a "desorganização do movimento ecológico". Diante disso, e num clima tenso, Luiz Carlos também sugeriu que eu gravasse, e, a partir de então teve início uma "representação" daquilo que em outro momento seria uma discussão espontânea entre os dois sujeitos.

Celso, da APEDEMA, acusava Luiz Carlos de ter elaborado sozinho a lista da CIEC, e que esta servia como uma estratégia para o lançamento do Partido Verde. Luiz Carlos contra-atacava acusando a "falta de critérios" da APEDEMA ao elaborar uma Lista extensa, com candidatos não identificados com o Movimento. Em relação a isso, Celso argumentava que a Lista da APEDEMA, mais ampliada, incorporou candidatos que, independentes de sua postura pessoal ou ideológica, apresentassem em seu curriculum algum trabalho ou projeto (no caso de candidatos a reeleição) na área de meio ambiente. Este era o caso, por exemplo, de candidatos como Wanderlei Macris, Waldir Trigo, Aluísio Nunes do PMDB. No entanto, estavam atentos também à coerência dos mesmos uma vez que um candidato como, por exemplo, Gastoni Righi, do PTB tinha um projeto de lei que proibia a caça das baleias, mas tinha outro que beneficiava uma indústria poluidora, como a Rhodia, não sendo incluído em nenhuma das Listas. Aliás, é interessante notar que apesar

de se constituírem enquanto Listas Suprapartidárias, nenhuma das duas incluía candidatos do PDS. Seja pela "coerência", ou seja pela postura "pessoal" e "ideológica", o fato é que as duas Listas Verdes resultaram numa composição de candidatos de partidos considerados na época como de esquerda e centro-esquerda (PT, PSB, PDT, PMDB e PTB).

Ao representarem para mim aquilo que consideravam as suas divergências ou diferenças, os dois sujeitos expressavam a imagem que tinham dos candidatos e dos critérios que ambos consideravam importantes na elaboração das Listas Verdes. Em seguida, reproduzo algumas passagens do embate que considero importantes para a compreensão da situação de elaboração das Listas Verdes e do "racha" da CIEC, bem como enquanto condições de produção dos discursos dos candidatos que serão analisados no próximo capítulo, uma vez que explicitam o que era esperado de um candidato ecológico:

"Luiz Carlos - ...eu fiquei chapado quando fui fazer uma pesquisa para a câmara e descobri que o deputado estadual que mais tem apresentado projetos de lei na área ambiental não é o Lazarini, não é o Lara. É o senhor Arquimedes Lamoia, que é um cara do PDS, 74 anos de idade, que é um gagá. Não, é Malufista, cê imagina? Então, nós vamos ter que promover o Arquimedes Lamoia... porque ele é uma figura, te juro, te mostro.

Celso - aí se trata de critérios...

L.C. - Não, critério de apresentação, de atuação na Assembléia...

C. - Eu vejo assim. Se a gente resolver criar um embrião para o Partido Verde...

L.C. - Ninguém tá falando em Partido Verde.

C. - Não, eu sei, mas... pode ser uma estratégia. É possível você aglutinar pessoas e... a meu ver a CIEC tá mais pra esse lado. É uma tática... agora eu tô vendo o seguinte, que o momento que a gente vive é ampliar o máximo.

L.C. - Então põe o Arquimedes Lamoia na Lista Verde...

C. - é o caso de...

L.C. - Não põe. Se você botar o Arquimedes eu vou pensar de maneira... aí eu quero ver como o pessoal da APEDEMA vai agir com o Arquimedes Lamoia que é um malufista, um pilantra, cê tá entendendo?

C. - Sim, mas tem cara aí que...

L.C. - ...um aproveitador, porque ele não tá preocupado com o meio ambiente. Ele pegou algum assessor lá. O cara tombou quase que o Estado de São Paulo inteirinho, a área de proteção ambiental, assim, "Serra não sei do que"... ele tem mais de 30, cara.

C. - Mas não foi aprovado.

L.C. - Não, mas é projeto de lei, cê percebe? Assim como tem deputado que fica dando aniversário de cidade do interior, sabe, projeto de lei de área turística, estância balneária, turística e tal, o Arquimedes se amarrou numa de área de proteção ambiental.

C. - É, se ele não tiver nenhum problema contra o meio ambiente, acho que entra... porque o Gastoni Righi, por exemplo, não entrou. Porquê? Ele não é um verde...

L.C. - Mas tem um projeto da Baleia... aí é que tá. cê percebe como é perigoso?

C. - Ele não entrou porque ele foi advogado da Rhodia.

L.C. - E outra, nós vamos prejudicar um Lara que é verde, vamos prejudicar o Lazarini que é verde, o Feldman nem queria entrar na Lista... claro, bicho, cês vão agora promover um monte de gente e os caras que tão de cabeça desde o começo ficam misturados num pacote?

C. - Não, é uma sugestão do movimento. Eu acho que... o ideal é esse, agora vai dar um destaque, vai ter um curriculum...

L.C. - Pois é, mas os critérios que foram tirados é que as entidades continuam tendo a liberdade...

C. - Claro, foi feito um congresso.

L.C. - Nós vamos segunda-feira promover um puta de uma oba, o **Pensamento Ecológico**, em cima do Antônio Ermírio, declaradamente. Porque ele declarou na imprensa hoje que ele é contra a usina nuclear. O único candidato a governador que se pronunciou assim...

C. - Mas aí é complicado... tem problema de intoxicação na fábrica dele.

L.C. - Mas qual a liberdade da minha entidade, heim? A APEDEMA é um conjunto de entidades, tudo bem. A CIEC, bicho, é uma coordenação de ecologistas envolvidos com a proposta verde, e não partidária, por enquanto, poderá vir a ser.

C. - ham, ham... que no estado de São Paulo o encaminhamento da Lista Verde...

L.C. - quem representa sou eu.

C. - Não concordo.

L.C. - Eu represento o "coletivo verde" do Rio aqui.

C. - "Coletivo Verde" do Rio.

L.C. - Então, foi tirado que eu represento a CIEC aqui.

C. - Agora, se a pauta do Rio não aboliu os critérios de Curitiba...

L.C. - Mas são dinâmicos. Houve do Rio, de Curitiba... foram tirados outros critérios, bicho. O primeiro critério é que temos que enxugar porque tem muita gente... então vamo ver quem é verde... Nós tamo numa até de enxugar essa lista de São Paulo pra deixar 5 ou 6 caras. Houve até uma briga pra poder deixar o Mário Inocentini... politicamente eu não me amarro no Mário Inocentini. Mas acontece que a publicidade dele, ele só fala de ecologia na publicidade dele. O Aluísio Nunes não fala só de ecologia na publicidade dele... todos os caras que entraram, nós estamos com o material de propaganda dele... o Lazarini, o Geraldo Siqueira tem até o impresso dele em verde...

C. - e aquela mulher de Itu?

L.C. - A mulher de Itu (Maria do Carmo Piunte) entrou, também, inclusive a propaganda de televisão dela, tá lá, ecologia...

C. - Então eu acho que a única diferença que tem...

L.C. - A diferença são os resultados da Assembléia... a diferença é que vocês incluíram os deputados que... o Lazarini vai ficar pufo com isso, o Lara também... mas, se é para arrochar mesmo, sabe quem são os ecologis-

tas de São Paulo? Fábio Feldman federal e Ernesto Zuarg de estadual. O resto é 3 anos de militância, é 2 anos, 5 anos de militância já começa a ficar difícil...

C. - Tem o Saffioti...

L.C. - Saffioti não tem uma militância como o Zuarg. O Zuarg tem 14 anos de militância, o Fábio, sei lá, tem seus 10 aninhos de militância... famoso, que só mexe com isso...verde mesmo em São Paulo só tem esses dois. Aquele grupo Cousteau, de Sorocaba, mandou o material de um candidato, que você não acredita, um tal de Codamo, mandou pra você? Cê acha que o cara é verde?

C. - Sorocaba?

L.C. - É...um tal de Codamo...

C. - PTB?

L.C. - É. Cê viu o terno dele, a camisa dele...não é preconceito não, mas o terno da figura e o cara **não pode** ...o cara não sabe o que é isso, sabe? Sabe a questão da obviedade, do óbvio...o próprio terno do cara, a camisa do cara, a gravata do cara...ou o cara tá curtindo uma...aí seria pós qualquer coisa, né, pós...tá curtindo uma...de repente sai uma azaleia aqui na lapela, tudo bem. Mas o cara não tá curtindo uma, cê sabe que é a roupa dele que ele comprou numa loja...o cara não sabe o que é isso, tá entrando de gaiato. Como não existe mais ferroviário, ele podia até tá defendendo os ferroviários, mas como não existe mais ferroviário, então ele mexe com o problema da ecologia. Então a gente não pode fazer esse tipo de jogo.

C. - O negócio do Breda é que ficou no ar naquela lista.

L.C. - É, o Breda pela postura pessoal dele, pela plataforma política dele, pelo pique dele...porque nós vimos também muito a postura da figura, política mesmo do cara, e não o partido.

C. - Mas se é suprapartidário, o cara vem com a ideologia do partido dele. (Discussão gravada no dia 10/10/86, no MAPE, em São Paulo).

Fica claro na discussão acima a tentativa da CIEC de elaborar uma Lista Verde com um "perfil ideológico" que se contrapunha a um perfil do tipo conservador, este último representado, sobretudo, pelo PDS e pela imagem do "senhor de terno e gravata". Um perfil "Verde" como algo que se aproximasse do "perfil" representado pelo "coletivo verde" do Rio de Janeiro. Neste sentido, é possível dizer que a CIEC representava sim, como apontou Celso Petrillo, uma "estratégia para criação do Partido Verde". Ao contrário desta, a Lista da APEDEMA, indo mais além do transpartidarismo poderia ser considerada mais "transideológica" na medida em que incluiu candidatos que não tinham uma propoposta "Verde" ou uma militância no Movimento, mas que poderiam

ser considerados "aliados", e mais ainda, candidatos que já tinham apresentado algum projeto na área de meio ambiente, o que não necessariamente pode ser relacionado à proposta política e cultural ecologista ou mesmo "verde".

Essa discussão, provocada por mim e para mim produzida, não é suficiente para entender a posição antagônica dos protagonistas uma vez que ela trata apenas dos aspectos políticos formais, isto é, os critérios de inclusão nas Listas Verdes, que os divergia. Como já mencionei acima, público e privado estão imbricados na prática dos movimentos sociais sendo necessário atentarmos para os aspectos informais de sua prática para que possamos compreendê-la. No universo ecologista, a esfera do pessoal e do político estão de tal forma imbricados que frequentemente os sentimentos, ou as referências ao âmbito do privado interferem, estão misturadas e são usadas como explicações para as situações políticas. Isso pode ser notado na situação informal que se seguiu a esse episódio.

Com o término da discussão, saímos eu e Celso para um café, onde este expressou seu aborrecimento com toda aquela situação. Reproduzo algumas de suas impressões para análise, ressaltando o fato de que embora elas revelem aspectos informais e pessoais dos sujeitos, em nenhum momento minha posição de pesquisadora foi esquecida, uma vez que, como disse acima, esse meu papel era bastante claro para os sujeitos que até já estavam bastante familiarizados com a pesquisa, inclusive selecionando aspectos que eles julgavam importantes para mim. Entretanto, o fato de nos encontrarmos num ambiente informal, um café, longe do terreno "adversário", e sem a presença do gravador, facilitava uma troca de informações de conteúdo menos formal, difícil de acon-

tecer em uma situação mais formal de pesquisa.

Assim, num primeiro momento dessa conversa informal, o representante da APEDEMA esboçou suas desconfianças em relação à legitimidade da Lista da CIEC e de seu representante enquanto ecologista, utilizando como principal argumento seu não comparecimento às reuniões da APEDEMA e a elaboração de uma Lista Verde à revelia dessa última. Com isso, Celso deixava claro seu reconhecimento da APEDEMA enquanto única instância legítima de representação do ME em São Paulo. Entretanto, essas considerações de ordem estritamente política, sedem lugar, num segundo momento, à colocações e explicações de conteúdo pessoal. Para Celso, Luiz Carlos "não gostava" dele enquanto pessoa. A partir daí começa a relatar um episódio em que os dois estavam à caminho do I Encontro de Entidades, em Belo Horizonte, quando o carro que os conduzia, juntamente com outros "amigos", quebrou logo na saída de São Paulo. Ansioso por chegar a Belo Horizonte, Celso decidiu tomar um avião enquanto os "amigos" decidiam como prosseguir viagem. A partir desse episódio, considerava que o comportamento dos "amigos" havia mudado em relação à sua pessoa, pois era considerado um "desertor" por parte do grupo.

Fica evidente nessa passagem a imbricação do lado pessoal e afetivo com o lado político. As explicações de Celso são sempre de ordem subjetiva e não política. Assim, ele acha que é considerado desertor porque "abandonou os amigos na estrada", e não porque tenha se desvinculado da coordenação da CIEC, enquanto coordenação pouco representativa do ME em São Paulo, por exemplo. Esse fato exemplifica a importância do lado subjetivo no universo ecologista bem como a insuficiência das análises de cunho exclusivamente político ou formal como

explicações de sua dinâmica.

A animosidade entre os representantes da CIEC e APEDEMA, envolvendo a disputa pela legitimidade de suas Listas, teve desdobramentos e manifestou-se, inclusive, no ato de lançamento das Listas Verdes. Os dois lançamentos foram marcados para o mesmo dia (27 de outubro), horário, e em cidades diferentes. A CIEC promoveu um debate entre os candidatos na cidade de Campinas, enquanto a APEDEMA marcou o lançamento para um bar em São Paulo.

Em conversa também informal, momentos antes do debate de lançamento da Lista Verde da CIEC, no Centro de Ciência Letras e Artes, em Campinas, Luiz Carlos também utilizou de considerações pessoais para expressar seu descontentamento com a situação de simultaneidade de lançamento das Listas Verdes. Suas impressões revelam muito bem o "clima" de disputa e ainda animosidade entre este e o representante da APEDEMA. Referindo-se a esse último e aos integrantes da APEDEMA, acusou-os de terem agido de "má fé" e "infantilmente" ao marcarem o lançamento da Lista da APEDEMA, em São Paulo, para o mesmo dia do debate de Campinas. Autorizada por Luiz Carlos, reproduzo suas palavras: "eu acho isso uma sacanagem, uma infantilidade. Coloca isso na sua tese também : a infantilidade do movimento, porque nosso debate já tinha sido marcado muito antes".

A situação revela, em São Paulo, a disputa pela legitimidade das duas Listas Verdes as quais representam duas posições políticas diferentes: uma pró-PV e outra contra, por parte de seus elaboradores, embora nem todos os candidatos reproduzissem, a rigor, essas posições. Como afirmei acima, a maioria dos candidatos da Lista da CIEC também constavam da Lista da APEDEMA. Ao lançar uma Lista independente da

CIEC, a APEDEMA tentava se reafirmar, em São Paulo, enquanto instância catalizadora das entidades ecologistas e porta-voz do Movimento junto à opinião pública e as agências do Estado, papel que vinha desenvolvendo desde sua criação e que encontrava-se ameaçado pela possibilidade da criação do PV e pelo fortalecimento da nova corrente ambientalista emergente em São Paulo.

Assim, com os dois lançamentos marcados para o mesmo dia e em cidades diferentes, o debate de Campinas contou com a presença de alguns candidatos da Lista da CIEC que, antes da meia noite já terminava com todos se dirigindo para o outro lançamento de São Paulo, junto com os demais candidatos da APEDEMA. O debate de Campinas, gravado em vídeo, teve início por volta das 20 horas e contou com uma audiência de não mais do que trinta pessoas. Estavam presentes os seguintes candidatos: Bérnago Pedrosa, Ataíde Ribeiro, Walter Lazzarini, Geraldo Siqueira, Gastão Gonçalves, Fábio Feldman, Ernesto Zuarg, Mário Inocentini e João Baptista Breda. Assessores e ajudantes de campanha distribuíam panfletos, "botons" e materiais de propaganda diversos enquanto os candidatos faziam suas exposições.

Após o debate de Campinas, já no local de lançamento da Lista da APEDEMA em um bar, na Praça Benedito Calixto, em Vila Madalena, São Paulo, o clima era de maior descontração. Os candidatos da CIEC e APEDEMA circulavam pelas mesas enquanto cartazes e todo tipo de material de campanha eram distribuídos. O candidato Breda, embora não constasse da Lista da APEDEMA, desfilou ao lado de um boneco seu, em tamanho gigante, ao mesmo tempo que distribuía saquinhos de plástico com um punhado de terra e pedaços de transistores. Essa era uma referência ao conteúdo principal de sua plataforma política, a implantação

de rádios e TVs Livres sob o slogan: Reforma Agrária na Terra e no Ar. Não houve discursos ou exposições pois, a maioria dos presentes era composta de amigos e assessores dos próprios candidatos. Os representantes da APEDEMA, Celso Petrillo, Ana Maria Pinheiro, Miguel Abellá, dentre outros, assentados numa mesa próxima à entrada, guardavam e distribuíaam o material de campanha de alguns dos candidatos. A maioria dos candidatos presentes compunha-se daqueles considerados "natos" ou membros do ME. Os candidatos "aliados", especialmente os já políticos com mandatos representativos, como por exemplo, Aluísio Nunes, Waldir Trigo, Rubens Lara, Wanderlei Macris, Tonico Ramos, que não tinham uma plataforma especialmente ecologista, não compareceram a nenhum dos dois lançamentos.

Como visto acima, a elaboração das Listas Verdes em São Paulo, em que pese as disputas entre as lideranças da CIEC e APEDEMA, explicitou os critérios de inclusão dos candidatos, ou seja, a imagem do que era esperado de um "candidato ecologista". Sejam esses membros ou aliados, eles deveriam apresentar um perfil ideológico genericamente definido como "progressista", ou como "não-conservador". A CIEC tentou definir esses critérios restringindo a composição da Lista para incluir apenas os candidatos membros, isto é, aqueles com uma história comprovada de militância no ME. Já a APEDEMA incluiu, além desses últimos, aqueles candidatos que apresentassem em sua história política, alguma atuação, ou mesmo projetos desenvolvidos na área de meio ambiente, atentando-se, no entanto, para o aspecto da coerência, ou seja, nenhum outro projeto considerado anti-ecológico. A APEDEMA, de forma mais pragmática, buscava assim, formalizar um "comprometimento" por parte de candidatos políticos aliados, com a defesa do meio am-

biente. Nesse sentido, a situação de elaboração das Listas Verdes revela, enfim, as condições a partir das quais os discursos dos candidatos são produzidos.

CAPÍTULO III

A Articulação dos Universos Ecologista e Político-Partidário nos Discursos dos Candidatos das Listas Verdes

Como visto no capítulo anterior, a elaboração das Listas Verdes suprapartidárias como estratégia de participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986 revela uma situação de síntese do universo ecologista onde as tensões e os conflitos derivados de sua pluralidade cultural e social aparecem de maneira condensada. Isso porque encontravam-se os ecologistas diante de uma situação inédita em sua história, ou seja, a participação de forma organizada na arena político-institucional. Se de um lado isso os obrigava a uma tentativa de consenso, através de uma maior definição de seus princípios, valores e práticas, de outro lado, a emergência de novos atores ecologistas, especialmente a "corrente verde" do Rio de Janeiro e os "novos ambientalistas" de São Paulo, que apesar de suas diferenças eram favoráveis à participação político-partidária, os levava a uma diferenciação interna e uma disputa pelos "verdadeiros" valores e práticas ecologistas.

Nesse sentido, os candidatos das Listas Verdes, sejam "membros" ou "aliados", enquanto candidatos escolhidos pelos ecologistas para representá-los nas eleições, reproduziam a pluralidade cultural ecologista na medida em que apresentavam uma intersecção dos diversos discursos que o momento histórico produziu. Dito de outra forma, se o

momento político vivido pelo ME era um momento de "passagem" entre uma prática característica de movimento social para uma prática de natureza político-partidária, um momento como esse, e suas implicações, encontrava-se refletido nas representações dos candidatos, através da incorporação de elementos do universo conceitual ecologista e do universo partidário-ideológico que povoavam o seu imaginário.(43)

O que se pode observar, a partir da análise dos discursos dos candidatos, é que estes, enquanto candidatos políticos em campanha eleitoral, e ainda escolhidos pelos ecologistas para comporem as Listas Verdes, estabelecem uma articulação com rearranjos culturais e simbólicos entre os dois universos, adaptando e traduzindo os temas próprios do universo do ME para o universo político-ideológico-partidário. Assim, os candidatos buscam uma aceitação e uma legitimação de suas candidaturas estabelecendo um diálogo em quatro níveis: junto ao partido, ao ME, e aos possíveis eleitores (verdes e não-verdes), e à pesquisadora. Nesse processo, há um apagamento do sentido "ecológico" pelo sentido "ambiental", restringindo o potencial politicamente transformador do primeiro para adaptá-lo a uma prática política convencional.

Ou seja, através das práticas discursivas, os candidatos articulam as formações discursivas ecologistas na busca de uma aceitação por parte do ME, ou para se legitimarem enquanto candidatos "verdes", sinalizando seu pertencimento a este grupo, competindo no interior da Lista Verde pelo discurso mais verdadeiramente ecológico. Ao mesmo tempo, a especificidade de sua prática social, política e partidária, obriga a uma reelaboração das representações ecologistas, buscando também sua legitimação junto ao partido. Dessa forma, inseridos num

contexto de disputa eleitoral, os candidatos podem conquistar os votos dos eleitores verdes, sem perder, contudo, os votos dos eleitores tradicionais de seu partido.

Entretanto, além do aspecto mais pragmático que envolve a situação de disputa eleitoral, cabe assinalar que, através do processo discursivo apontado acima, efeitos diferenciados dos sentidos de ecologia, movimento ecologista, candidaturas ecologistas, dentre outros, são produzidos pelos candidatos e serão incorporados ao universo cultural ecologista, contribuindo, inclusive, para as transformações ocorridas em sua configuração a partir desse período. Como já mencionei nos capítulos anteriores, é a partir desse momento que a corrente ambientalista emerge e se estabelece como tendência dominante no cenário ecológico do país, constituindo-se como os interlocutores privilegiados das agências estatais na resolução das questões e políticas públicas ligadas ao meio ambiente. Ela traz para o universo ecologista um discurso fundamentado por considerações de ordem técnico-científico e jurídico o que implica numa profissionalização maior de suas práticas sociais.

Assim, para além dos aspectos já mencionados e de todo pragmatismo que envolve as motivações e as ações, há que se considerar, sobretudo, os aspectos referentes às imagens ou aos ideais de busca daquilo que parece ser ou mesmo conduzir à "melhores condições de vida" e dos relacionamentos humanos, ou seja, os projetos de uma vida melhor a conduzir as ações humanas. Nesse sentido, a passagem seguinte da entrevista de Bergamo Pedrosa - candidato da Lista Verde a deputado estadual pelo PT - traz a relação entre os temas da ecologia e os da política e elucida as colocações acima. Diz o candidato:

"Eu acho que aquele karma, aquela aura que existe domina cada um de nós, que me leva, eu, assim, que sou um vereador, a propor a colocar no meu programa a defesa da natureza? Seria mais fácil eu colocar no meu discurso, só falar da luta dos trabalhadores...as 40 horas semanais... falar do problema da falta de moradia...eu também vou por esse caminho, mas quando chega na falta de moradia, eu, ao invés de sugerir a construção de conjuntos habitacionais do tipo BNH, as minhas propostas são para a construção de casa de adobe, tá, eventualmente, né, pra construções alternativas que utilizam os recursos que tem a própria comunidade."

Leach (op.cit) chama atenção para o modelo ideal dos próprios atores sociais a orientar suas ações. Para ele, os rituais representam simbolicamente o "sistema de relações "corretas" socialmente aprovado entre os indivíduos e grupos "tornando momentaneamente explícito o que em outras circunstâncias é uma ficção" (op.cit.,15). Leach ressalta o fato de que a expressão ritual e os símbolos culturais não correspondem a regras normativas de comportamento, e são na verdade ambíguos. Tal ambigüidade, os níveis de incerteza inerentes à comunicação ritual, cultural, é necessária, na medida em que permite aos protagonistas uma certa gama de escolhas legítimas. É assim que os encontros ecologistas, vistos como momentos rituais, explicitavam os valores e práticas ecologistas, tornando possível aos candidatos efetuarem suas leituras sobre esse universo cultural. Ao se engajarem no processo discursivo enquanto candidatos das Listas Verdes, os candidatos constituem-se como sujeitos e produzem novos sentidos e significados relacionados ao tema da ecologia.

Como os valores são valores culturais, eles assumem diferentes significados de acordo com cada sistema político obrigando, ou permitindo que os indivíduos efetuem leituras diferenciadas. Assim, contra a idéia de um indivíduo manipulador, tem-se que considerar o fato da própria realidade empírica, as próprias regras que regem o

sistema social, oferecerem a possibilidade de interpretações diferenciadas e, neste sentido, passíveis de manipulação por parte dos indivíduos, enquanto pessoas sociais.

Assim, através da situação das Listas Verdes, podemos definir duas ordens ideais polares, caracterizadas como opostas ou antagônicas, orientando os discursos dos candidatos. De um lado, o universo ecologista, ideologicamente composto por um homem que é universal e biológico - o homem enquanto espécie animal - uma espécie como outra qualquer da natureza, reintegrado a esta, cujas práticas sociais priorizam a relação do homem com a natureza.

De outro lado, o universo político-partidário, marcado pelas relações dos homens entre si, um homem que é histórico, político e cultural.

De um lado, um movimento social de característica libertária, constituído em torno de relações de solidariedade entre as pessoas; um movimento que implementa uma crítica à questão do poder político recusando as organizações centralizadas, hierarquizadas, burocratizadas. De outro lado, uma estrutura representativa que se fundamenta exatamente por esses princípios de organização e por relações contratuais e instrumentais entre indivíduos.

Os candidatos, tendo como referencial essas duas ordens polares, implementam uma prática discursiva que procura dar conta da junção desses dois universos, ou melhor, realizam uma leitura do universo conceitual e simbólico ecologista, incorporando-o ao universo partidário-ideológico. Isto torna-se possível pela própria questão da ambigüidade e flexibilidade das formas simbólicas, tal como discutida também em Cohen (1978:52):

"A mesma forma simbólica pode apresentar significados de diferentes tonalidades para indivíduos distintos, ou para um mesmo indivíduo em diferentes momentos. Ela pode ser diferentemente interpretada por pessoas diversas em diferentes circunstâncias".

É essa característica polissêmica dos símbolos que permite com que indivíduos ou grupos de indivíduos possam se apropriar e reelaborar determinados símbolos, atribuindo-lhes sentidos diferenciados de acordo com cada circunstância. A cultura é, então, algo dinâmico, o sistema de símbolos está sujeito à interpretações e reinterpretações, podendo, assim, acomodar-se às circunstâncias políticas, econômicas e sociais em transformação (Cohen, op.cit., Durham, 1984). A esse respeito, vale colocar aqui uma passagem da entrevista de Aluísio Nunes - candidato "aliado" da Lista Verde a deputado estadual pelo PMDB - onde o candidato interrelaciona ecologia (meio ambiente) e política (economia). Diz o candidato:

"A defesa do meio ambiente não é apenas a defesa do verde como uma das cadeias do mundo biológico,, né, mas a partir daí, a defesa de toda a vida...porque essa é uma questão que é muito...que é...a vida humana, ela tá integrada num...num sistema de relações biológicas, num conjunto da vida que existe na face da terra. Ela pode ser destruída ou lesada se através da ação das forças econômicas houver...a ruptura de alguns desses elos, a destruição desses elos. E dessa preocupação eu acho que o meio ambiente é uma maneira de se compreender também a relação entre a política e a economia porque num país capitalista o motor da atividade econômica é o lucro. Quer dizer, é o lucro máximo, quer dizer, a natureza que se lixe, as condições de trabalho das pessoas que se lixe. Então, se houver uma mobilização de forças políticas, portanto, uma instância extra-econômica pra deter esta potência destruidora do capitalismo numa fase em que ele utiliza as forças da natureza, integra as forças da natureza entre as forças produtivas, nós vamos ter prejuízos muito graves para a própria vida da humanidade. Eu acho que é uma luta muito ampla. Ela perpassa várias classes sociais. Eu aprendi isso e vi a potencialidade política e temática...como é que se liga a saneamento básico, como condições de trabalho, não é, e políticas públicas, planejamento urbano. É um tema que dá interconexões com uma série de outras preocupações." (grifos meus).

Como discutirei adiante, é também a separação em instâncias econômica, cultural e política, no imaginário dos candidatos, tal como explicitado pelo candidato acima, que faz com que o tema da ecologia seja "adaptado" às questões políticas tradicionais e produza efeitos diferenciados de sentidos.

É a partir daí que se pode também aliar a perspectiva antropológica à perspectiva da Análise de Discurso. Ou seja, a polissemia social e discursiva permite que interlocutores, situados em seus diferentes lugares sociais, produzam efeitos de sentidos na sua interrelação, motivando assim as transformações sociais e políticas.

Ao longo das entrevistas dos candidatos analisados para esta pesquisa, as condições de produção dos discursos foram se revelando. Assim, como as formações discursivas remetem às formações ideológicas (Orlandi, 1987; Pêcheux, 1988), os funcionamentos discursivos são marcados: 1- pela história pessoal de cada candidato; 2- pelo momento de transição política vivido pelo país que, em termos eleitorais, se traduz na perspectiva de uma Assembléia Constituinte; 3- pelo momento inédito de participação do Movimento Ecológico na arena político-institucional, através das Listas Verdes; 4- pela qualidade de discursos em campanha eleitoral; 5- pelas agremiações partidárias de cada candidato; 6- pela condição de candidatos integrantes das Listas Verdes no contexto daquelas eleições; 7- pelo contexto imediato de interlocução com a pesquisadora."

A articulação dos dois universos distintos pelos candidatos constitui-se no ponto de intersecção dos discursos, isto é, mecanismo implícito e recorrente, comum a todos eles, subsumido até mesmo ao processo de diferenciação interna que os candidatos implementam. Nos

jogos de imagens pressupostas (Pêcheux, 1969) os candidatos elaboram a imagem que têm do movimento ecológico, de suas candidaturas, do que seja ecologia, do momento político, da sociedade, dentre outras.

1 - As Categorias definidoras do "Candidato Ecológico"

Na busca de uma diferenciação interna à Lista Verde, os candidatos constroem uma imagem de si marcando suas especificidades, que podem ser desde uma identificação como "candidato do Movimento Ecológico" até uma autodefinição como "político profissional tradicional". Essas imagens estão respectivamente presentes nas representações de dois candidatos:

"Eu sou, acho que da Lista Verde, o mais expressivo candidato do movimento. Eu sou a pessoa mais ligada ao movimento. Dos outros candidatos, nenhum tem o passado ambientalista do que eu. Eu saí do Movimento Ecológico, de uma estratégia do Movimento Ecológico." (Fábio Feldman, cand. dep. federal pelo PMDB)

"Eu me aproximei do Movimento Ecológico por razões práticas. Eu, na verdade, não me qualifico como ecologista. Eu sou um político, eu sou um vereador e comprometido. Então, hoje eu tô na Lista Verde, vamos dizer, eu sempre falo isso, que eu não sou... eu não tenho a pureza dos ecologistas, porque eu acho que os ecologistas é tempo integral, né, tem que ter tempo integral, né?" (Ataíde Ribeiro, cand. dep. estadual pelo PDT)

A despeito das posições - "candidato ecologista" e "candidato político" - representadas como extremas e antagônicas aparecerem, de uma forma geral, nos discursos de todos os candidatos, uns se identificando mais com a primeira e outros mais com a segunda, o que interessa destacar aqui é a imagem do que seja "candidato ecológico" ou ligado ao ME, contida no imaginário dos entrevistados. Essa imagem constitui-se, com bastante semelhança, nos vários discursos. Ou seja,

as categorias utilizadas por um candidato, que se reconhece como ecologista, são as mesmas utilizadas por outro que não se reconhece como tal. São elas: "passado", "tempo de militância", "exclusividade", "pureza" e até "conhecimento técnico", havendo predominância das três primeiras, como explicitadas nas falas acima. A importância do conhecimento técnico aparece somente nos discursos dos candidatos representantes da nova corrente ambientalista emergente.

O interessante é que, assumindo essas categorias enquanto próprias ou criticando-as, os candidatos reconhecem-nas como definidoras do "candidato ecológico". Alguns candidatos chegam mesmo a remeter a origem de tais categorias às discussões internas do ME durante a elaboração das Listas Verdes. Elas serviriam como critério básico para inclusão dos candidatos, encontrando seu contraponto nas idéias de "oportunismo" e "desonestidade" tomadas como categorias definidoras da imagem do político profissional pelos ecologistas em geral, como visto no cap.II. Pode-se dizer então, que os candidatos reproduzem as categorias utilizadas pelos ecologistas quando da elaboração das Listas Verdes, identificando-se com uma ou outra posição

Isso pode ser observado a partir de uma outra imagem contrastiva de candidato ecológico X político tradicional construída a partir dos tipos de vestuário. Ela sugere uma imagem do candidato ecologista enquanto "novo", "jovem", "moderno" em contraposição à imagem do político tradicional como "arcaico", "antigo", "conservador". Assim, no nível das vestimentas o candidato ecologista é identificado com o jeans e o tênis, enquanto o político tradicional com o terno e a gravata - a imagem do "executivo" ou do "pai de família". Nas palavras de João Baptista Breda - candidato a deputado estadual pelo PT:

"...então, é por isso que eu acho que vai ser uma constituinte muito conservadora; pelas pessoas que vão ser eleitas. Se você teve a oportunidade de ver algum programa de televisão, no horário eleitoral, aquelas pessoas são absolutamente reacionárias, até no layout é reacionário, é conservador.

P - (E qual é o layout?)

B - De quem? Do conservador? É terno, gravata, terno escuro. Nunca é assim (referindo-se as suas roupas), nunca é de tênis, não é?

P - (Qual é a imagem do político, então?)

B - É de um executivo... durante a campanha mal sucedido, e após a campanha bem sucedido. Nunca é a imagem do Gabeira, não é?

P - (Por que? Qual é a imagem do Gabeira? O que ele representa?)

B - O novo, o aberto... os outros não, os outros representam o velho, o retrocesso, o fechado e o careta." (comparar com a discussão entre os representantes da Ciec e Apedema apresentada no cap. II)

Entretanto, a categoria mais fortemente presente em todos os discursos é a "pureza" reservada ao universo ecologista em contraposição a "impureza" do universo político-partidário. Subjacente à visão generalizada do político como "corrupto" e "representante de interesses econômicos" que permeia toda a sociedade e o grupo dos ecologistas em particular, há ainda, no caso desses últimos, uma outra questão relacionada ao próprio momento inédito de participação do ME na arena político-institucional.

Se pensarmos com Mary Douglas (1976:196), a idéia de pureza como ordenação, esta "inimiga da mudança, da ambigüidade e comprometimento" diríamos que a introdução da dimensão político-partidária ao universo ecologista representava uma mudança, ou seja, a introdução de uma prática que até aquele momento lhe era estranha e que exigia uma reordenação das práticas anteriores. A prática político-partidária demandava uma maior precisão de critérios, posturas e uma maior definição de propostas e práticas para alcançar os objetivos, ao mesmo tempo que um alargamento de seus horizontes no sentido de pensar e apresentar suas propostas para a sociedade como um todo. Além disso, a práti-

ca político-partidária implicava em relações contratuais, isto é, disputas e, sobretudo alianças, estas realizadas, em muitos casos, com os "diferentes" e os "outros", algo novo no universo das práticas ecologistas até aquele momento. A preocupação com a "pureza" revela, enfim, a necessidade do reconhecimento do "mesmo", uma vez que a "saída do gueto" poderia resultar em sua diluição e perda de sua especificidade diante das relações com os "diferentes" e os "outros".

Nesse momento de articulação entre esferas tidas como opostas e incompatíveis, "o universo conceitual ecologista" assume características ambivalentes no interior de um mesmo discurso, revelando ora o referencial do Movimento Ecológico, ora o referencial dos partidos políticos no imaginário dos candidatos.

2 - A Imagem que os Candidatos têm do ME

A imagem do que seja o ME é construída nos discursos dos candidatos de forma a caracterizar a "não-organização" do Movimento até aquele período. Entretanto, o sentido dessa "não-organização" varia nos discursos e é determinado pela imagem que o candidato tem de si enquanto membro ou militante do Movimento (um referencial "de dentro" do ME) ou enquanto político que não participa do Movimento - os chamados candidatos "aliados". As disputas internas à Lista Verde na composição da candidatura mais verdadeiramente ecológica, aparecem aí, contrapondo especialmente os ecologistas "históricos" e os "novos ambientalistas".

Na tentativa de uma definição do que seja ME, este assume dois sentidos - um mais estrito e outro mais amplo. O sentido estrito tem como referência a atuação dos grupos ou entidades ecológicas e é o dominante nos discursos da maioria dos candidatos, sejam "membros" ou "aliados". O sentido mais amplo refere-se a uma "atitude" ou "postura" para além da atuação dos grupos, e é encontrado somente num grupo minoritário de candidatos "membros do movimento".

CANDIDATOS MEMBROS

A partir da visão dos candidatos "membros do movimento", identifica-se, então, duas posições:

1 - Os que privilegiam um sentido estrito de ME, tendo como referência principal as entidades ou grupos de base. No interior dessa posição, é possível ainda destacar duas imagens distintas de ME e do papel das entidades, a partir das quais configura-se uma disputa pelo discurso mais verdadeiramente ecológico entre os candidatos representantes da "nova corrente ambientalista" e das "entidades históricas". Para exemplificar essas posições escolhi quatro candidatos, agrupando-os dois a dois no confronto de suas posições. Como representantes dos "novos ambientalistas", destaco algumas passagens das entrevistas de Fábio Feldman e Gastão Gonçalves referentes ao ME. De acordo com Feldman:

"O movimento ecológico não tem contornos limitados; não existe uma definição clara do que seja movimento ecológico. Movimento ecológico seria um conjunto de iniciativas bem organizadas ou embrionariamente organizadas que visam atuar na defesa dos direitos ligados ao meio ambiente e coisas correlatas. Então, eu considero o movimento ecológico todas as iniciativas que vão desde entidades ecológicas bem organizadas, até iniciativas localizadas em certos bairros da cidade na defesa de uma árvore, de uma área verde, até uma movimentação bem mais organizada como

dentro da Ordem dos Advogados do Brasil, onde nós temos uma comissão de defesa do meio ambiente.

P- (você falou em entidades bem organizadas. O que quer dizer isso?)

F- Entidades até juridicamente organizadas, que tenha um mínimo de organização, um mínimo de infra-estrutura para poder atuar. Em São Paulo nós temos a OIKOS... acabamos de criar uma associação, entidade chamada SOS Mata Atlântica, que é uma entidade que eu acredito que junto com uma entidade de Brasília, chamada Coonatura, serão as duas entidades mais importantes no país em termos de meio ambiente. A SOS Mata Atlântica reúne o que há de mais expressivo em termos de comunidade ambientalista aqui em São Paulo, portanto, do Brasil. Comunidade ambientalista incluindo governo, e que pretende arrecadar recursos a nível nacional e internacional para atuar numa região localizada chamada Mata Atlântica, principalmente no litoral sul de São Paulo. Este é um exemplo de uma entidade muito estruturada; essa casa que hoje é meu comitê político, a partir de novembro será a sede da SOS Mata Atlântica e da OIKOS... nós temos um micro-computador com listagens e tal, tudo que tá nessa casa vai se integrar à SOS Mata Atlântica e à OIKOS.

Então, a partir daí você vai ter uma entidade com a possibilidade de atingir milhares de pessoas ou centenas de pessoas... O movimento ecológico não tem contornos limitados. A minha campanha tem uma estratégia dentro da estratégia do movimento ecológico. Tá crescendo o movimento ecológico. Nós temos a melhor proposta em termos ambientais, a mais completa; porque foi feita por advogados. São propostas de conteúdo muito concreto e a nível de texto constitucional que vão ter algum significado. Não é só problema do movimento ecológico, mas de todos os outros movimentos populares, como o movimento sindical, tem sido uma enorme dificuldade de ter proposta concreta. Nós estamos às vésperas da constituinte e você vê muito poucas propostas concretas, o que vai gerar um grande esvaziamento da importância da constituinte." (grifos meus).

Como se pode notar no fragmento acima, a "não-organização" do ME assume no discurso do candidato até mesmo um sentido de não existência, tal como se observa pelas expressões "não existe uma definição clara" seguida de "o movimento ecológico seria" com o verbo no futuro condicional. A amplitude do movimento que vai desde entidades bem organizadas até iniciativas localizadas em bairros, marca o ponto de partida de sua concepção de ME que privilegia as entidades "bem organizadas". O candidato apresenta uma visão jurídica do problema do meio ambiente e seu discurso é pontuado por colocações de ordem técnico-jurídicas.

Portanto, podemos dizer que a falta de organização do ME , nesta concepção, é atribuída à falta de estrutura financeira e conhecimento técnico-jurídico, enfim , pela ausência de uma "profissionalização". Desta forma, com a criação de duas entidades nos moldes do candidato, o ME passaria a existir, e a partir daí atribuiria à sua candidatura o papel de criar os contornos do movimento. Ele é o "verdadeiro" candidato do Movimento, o melhor candidato, o mais preparado, porque tem as melhores propostas, elaboradas por advogados, isto é , técnicos. O ME passa a existir a partir dele, desconsiderando, assim, as iniciativas anteriores. Nesse sentido, esse discurso procura apagar a atuação das entidades históricas que atuavam até 1986. Ele marca o surgimento das ONGs e da corrente dos novos ambientalistas que propunham uma atuação mais técnica e profissionalizada das entidades, capitando recursos interna e externamente para a execução de projetos, incluindo governo e empresariado. Os novos ambientalistas se contrapõem às entidades históricas que não possuíam conhecimento técnico, mas atuavam politicamente realizando denúncias e protestos, num processo que também visava mobilizar a opinião pública.

A crítica à forma de atuação dos grupos históricos encontra-se mais explicitamente colocada por Gastão Gonçalves, outro representante dessa mesma posição. Num primeiro momento, o candidato enfatiza a "espontaneidade" dos agrupamentos ecologistas pautados mais por uma "sensibilidade", do que propriamente conhecimento científico sobre a questão do meio ambiente. Isso nos remete ao cap. I, em que procurei definir a forma de sociabilidade que envolvia o ecologismo, agrupando as pessoas em torno de um sentimento comum. Aqui o candidato apresenta uma visão da "não-organização" do ME como uma "informalidade" no sen-

tido negativo de uma não-profissionalização:

"O movimento ecológico é...eu vejo até de uma maneira muito simples, é um ajuntamento espontâneo de pessoas que têm mais sensibilidade hoje, né, isso é uma coisa que vai evoluindo com o passar do tempo também, né, .que têm mais sensibilidade pelas questões ambientais, certo, pela problemática, certo, da conservação do meio ambiente, dos processos de reciclagem e do não desperdício, entende? Tem que tá tudo junto ao mesmo tempo, né, a conservação do meio ambiente e a reciclagem e não desperdício, certo? Ou seja, é não continuar degradando...para mim a degradação só tem...só existe em função de desperdiçar e não reciclar.

P- (e aqui em São Paulo, como é que o movimento está articulado? Existe um movimento ecológico?)

G- Bom, tem, hoje tem, certo? Não tinha em 75,76, há uns 10 anos atrás...tava começando os pequenos movimentos, os agrupamentos de 1/2 dúzia de pessoas, 5 pessoas. São sempre os mesmos, né, a gente vai nos movimentos de ecologia são sempre as mesmas pessoas, até hoje são as mesmas pessoas, só que vai aumentando, vai aumentando, né, tem 300 entidades, como falam, aqui no estado de São Paulo, se equiparam a esse número, 250, 300. Mas tem entidade que é formada de uma pessoa só. Na realidade você tem 4 ou 5 entidades que se mantêm. Então, o movimento ecológico o pessoal fala que são 250 a 200 entidades, só que a gente conhece um montão de entidades que são formadas de uma pessoa só, que tem um nome qualquer, que tem sede na casa dele, quando tem mais um amigo, né, poucas entidades tem CGC. (grifos meus)

Em outro fragmento, o candidato aponta, inclusive, para a não-existência do ME uma vez que ele não legitima sua forma espontânea de organização. O ME passa a existir de maneira legítima a partir de sua candidatura e, especialmente a de Feldman como exemplo de militância profissionalizada. Diz o Gonçalves:

"... é somente através de uma organização da sociedade para defender os princípios ambientalistas, os princípios ecológicos, é que a gente vai poder sobreviver, eu não vejo outro caminho. São as grandes coisas do futuro, são as questões ecológicas. Então, cada dia que passa você vê mais pessoas ligadas nisso. O próprio processo político nas candidaturas minha e do Fábio Feldman, por exemplo, são candidaturas que estão movimentando as pessoas para se organizarem. O Fábio mais do que eu porque ele tem militância exclusiva nisso. Eu tenho que cuidar de um montão de outras coisas também e ele como advogado é mais fácil para ele, nesse aspecto porque são problemas geralmente de agressões, né, de fábricas, ou agressões de...agressões ambientais, enfim, geralmente ligadas ao processo industrial. Então, ele como advogado, pode lutar pelas vítimas disso, pelas vítimas daquilo, não é, então fica mais fácil dentro da profissão dele." (grifos meus).

Outras críticas são dirigidas ao que o candidato define como o "caráter anarquista" do ME:

"Então, a gente tem notado que as pessoas cada vez se ligam mais nisso, não é, e que tão se ligando politicamente também, o que é mais interessante, mas são poucas na realidade as entidades. E o processo ele é organizado nisso, por essa motivação, queria citar as duas coisas: ele caminha, não é, dessa maneira como caminha porque há uma motivação real, isso que eu te disse, e caminha dessa maneira, que é a parte negativa, né, por um fator anarquista, por um certo... que eu considero inerente ao processo da política ecológica, entende? O ecologista, de um certo modo, ele é um anarquista nato... ele é intimamente um anarquista.

P- (que é ser um anarquista?)

G- Ele é um rebelde pelas leis, ele é uma pessoa que despreza o processo... isso em termos médios, é lógico, ou 8 ou 80, quer dizer, todas as reações possíveis e imagináveis, tá bem claro isso. Então, que despreza, que de um modo geral despreza as leis, que acha que as formalidades, as regras, é tudo muito careta... que... que isso é bobagem, certo, que não é por aí, que todo mundo tem que se ligar no negócio... sabe... porque tem que ser muito espontâneo, tem que se ligar, não é (irônico) e também a ciumeira, não é... porque todo mundo acha que a solução é aquela que ele tá dando, entende? A ciumeira é o fator mais... é incrivelmente presente no movimento ecológico que eu conheço, né, aqui, em MG, no Rio, entende, no Paraná...

P- (porque se dá essa ciumeira?)

G- porque as pessoas acham que elas têm as respostas. Isso explicaria, é essa a única explicação que eu dou porque tem tanta entidade com tão poucos membros em vez de poucas entidades com muitos membros. É um problema que ainda me vem o aspecto cultural, que nós não somos ainda uma civilização. Nós somos um paiseco de 400 anos, colonizado, muito confuso, né, quer dizer... nós não temos uma cultura própria, não temos ainda essa civilização... Então, nós temos muitas entidades com poucas pessoas e não há condição de conversa. A pessoa vai lá, pega o microfone, faz aquele tremendo discurso, "em nome de não sei que mais entidade tal, porque ba, ba, ba, ba..." e aí vem outro e fala, vem outro e fala, entende, e quando... quando todas as pessoas podiam estar numa entidade só." (grifos meus)

Novamente o "espontaneísmo" é apontado e relacionado ao "caráter anarquista" do ME. Além disso, a subjetividade ligada à prática política do ME é criticada através do fator "ciumeira". No final dessa passagem o discurso se apresenta como um documento das práticas ecologistas. Um outro trecho que documenta essa prática é relacionado à "união" em torno da elaboração das Listas Verdes. Aqui aparece com

bastante clareza a crítica que Gonçalves faz à recusa do envolvimento político-partidário por parte do ME.

"P- como é que elas (as entidades) conseguiram se reunir para fazer uma Lista Verde?

G- Bom, isso foi um processo incrível. Para mim um processo maravilhoso porque foi a primeira vez que ocorreu uma união, né, dos grupos em função de uma coisa que não fosse uma catástrofe, porque a gente se une muito bem até, quando toda vez que ocorre uma catástrofe. Aí tudo bem. Aí todo mundo vem... uma bomba, um derramamento no mar, as Baleias, e aí todo mundo se une e tal, faz passeata e não sei mais... e dessa vez o pessoal conseguiu se unir um pouco, pelo menos, em função de uma coisa que o próprio movimento não gosta que é a militância política. Tá começando agora a acordar pra isso. Mas sempre teve ojeriza. Tanto que alguns estatutos de sociedades ecológicas antigas dizem: "vetada qualquer forma de militância política", certo, quando na realidade eles queriam dizer: "vetada qualquer forma de militância partidária", certo? Porque política é exatamente aquilo que nós estamos fazendo, exatamente. Mas, a palavra política é um negócio nojento, os ecologistas tem uma repugnância pela política. O político é muito mal visto. A princípio o político é desonesto, é ladrão, é mal caráter, então, a princípio não pode ser ecologista, não pode pertencer a nós que somos puros e tal, entende? Essa é uma mácula que... no caso do F.F, por exemplo, eu acho maravilhoso porque ele é uma pessoa intocável nesse aspecto. Então, de repente, muita gente tá engolindo com muita dificuldade o fato de ter que apoiar o F. porque não consegue descobrir nada que possa atacá-lo."

Novamente Gonçalves identifica em Feldman o ideal de militância e candidatura ecologista não só pelo conhecimento profissional da questão ambiental, mas também pelo fator "honestidade". É importante destacar que Gonçalves era candidato à deputado estadual pelo PMDB e Feldman à deputado federal pelo mesmo partido. Este último, apesar de representar a nova corrente ambientalista, visto com desconfiança pelos ecologistas históricos, especialmente aqueles que estavam se candidatando, gozava de um certo prestígio e emergência como a grande candidatura das Listas Verdes (ele foi o único candidato a deputado federal das Listas Verdes a se eleger). Sua reputação como advogado ambientalista era inegável e apostava-se nele como a figura que melhor aglutinaria as propostas ambientalistas em nível técnico e jurídico.

Para Gonçalves, associar-se à imagem de Feldman poderia de certa forma legitimar sua própria candidatura. Embora estivesse disputando sua segunda eleição com propostas relacionadas à ecologia, Gonçalves não tinha o mesmo prestígio do outro candidato, e nem mesmo uma atuação enquanto militante que o destacasse para o Movimento.

Em síntese, como no discurso de Fábio Feldman, em Gastão Gonçalves o ME é visto em sua atualidade, isto é, iniciando-se a partir de suas candidaturas. O "passado" do movimento é desconsiderado no sentido de sua "pouca estruturação" (é constituído por grupos de uma pessoa só, sem registro, etc). a imagem de militância ideal que ele tem é uma imagem da "exclusividade" e que além disso pressupõe uma "profissionalização", como no exemplo que cita do próprio candidato Feldman enquanto advogado.

A "não-organização" do Movimento é explicada e vista de maneira negativa, não somente pelo aspecto da "pouca estruturação" das entidades, mas também pelas próprias características anarquistas do movimento - o ecologista visto como um rebelde em relação às leis e a "ciumeira" como fator constitutivo do Movimento. Gonçalves tem em mente uma visão da política em seu sentido clássico, "o uso das máscaras na esfera pública", a civilidade de que fala Sennett (1988). Por isso os aspectos mais subjetivos próprios das práticas do ME como um movimento social que incorpora a dimensão pessoal à prática política, mencionados por ele como o "anarquismo" e a "ciumeira", são vistos de maneira negativa.(44) Assim, enquanto candidato, Gonçalves critica a imagem negativa do político que o ME tem, bem como sua contrapartida - o purismo ecologista - ao mesmo tempo em procura se situar entre os puros ("nós ecologistas que somos puros"), reafirmando sua identidade

ecologista.

Os candidatos Fábio Feldman e Gastão Gonçalves representam a corrente dos "novos ambientalistas" emergente em São Paulo a partir desse período. Além da participação político-partidária, pregavam uma profissionalização do Movimento baseada em um conhecimento técnico-científico. Com isso, buscavam uma diferenciação dos candidatos ligados às entidades históricas, apagando a atuação dessas últimas e identificando seus representantes como "rebeldes", "anarquistas" e "ingênuos"

Vejamos agora como a "não-organização" do ME aparece nos discursos dos candidatos "membros do movimento", mas representantes dos ecologistas "históricos". Segundo Rossine Camargo Guarniere - candidato a deputado estadual pelo PDT,

"O problema fundamental da ecologia no Brasil é a desunião... é a fragmentação de forças. Eu sempre lutei pela unidade das forças ecológicas. Eu acho que São Paulo, por exemplo, tem mais ou menos 300 organizações ecológicas... todas dispersas. Porque aí há grandes interesses, inclusive, há falsos ecologistas. Pessoas que usam o título de ecologista e trabalham a favor de... das empresas, das multinacionais que... envenenam a nossa lavoura, e envenenam nossos rios, matam nossos animais. Tem muita gente assalariada nisso daí, que se diz ecologista. Por isso é que precisa ver a serviço de quem elas estão... e muita gente... eu não quero citar nomes, mas tem muita gente aí metido em política, fazendo política como ecologista e que não é ecologista e que são falsos ecologistas; a máscara vai cair quando eles tiverem legislando na câmara federal, na câmara estadual.

O movimento ecológico é um movimento de opinião que se tenta amalgamar para poder fazer alguma coisa. Mas se você não fizer uma união, você não tem um movimento ecológico. Não existe o movimento ecológico como movimento não existe... organizado não existe... que tem um corpo, uma unidade de pensamento, não existe. Não existe uma carta, uma carta de princípios que seja aceita por todas as entidades ecológicas, e o meu sonho é este." (grifos meus)

Diferentemente do bloco de discursos anterior, a "não-organização" do movimento é entendida aqui como "desunião" do grupo e não como falta de estruturação como no sentido anterior. Essa desunião é

explicada por duas ordens de fatores. A primeira refere-se à questão dos falsos ecologistas. Estes seriam pessoas ligadas aos grandes interesses econômicos, especialmente as multinacionais e seriam ao mesmo tempo políticos. Assim, Guarniere identifica os dois "inimigos" do ME, políticos e grupos econômicos, os primeiros como representantes do segundo. A segunda explicação da desunião do Movimento resulta da carência de um corpo de idéias, isto é, princípios ideológicos que criariam a identidade e a unidade do movimento.

A primeira explicação - existência de falsos ecologistas infiltrados no movimento - é muito freqüente nos discursos dos candidatos "membros", especialmente os representantes de entidades históricas. Ela reflete uma preocupação comum no meio ecologista e se manifesta no princípio básico do Movimento que é a pureza, constituindo-se no principal argumento das acusações mútuas entre os dois grupos de ecologistas "membros" descritos aqui. Este candidato ressalta o fato de os falsos ecologistas fazerem política e serem "assalariados", isto é, profissionais. Identifico, a partir dessa colocação, uma disputa presente nas suspeitas dos ecologistas "históricos" em relação aos "novos ambientalistas". A nova postura ambientalista do último grupo não era identificada como "verdadeiramente" ecológica por apresentar uma prática até então inédita e, à princípio contrária as práticas ecologistas anteriores. Ou seja, a proposta de profissionalização das entidades, visando, inclusive a captação de recursos em nível nacional e internacional envolvendo o empresariado e o governo, aliada à participação em disputas eleitorais, era identificada com o discurso dos "inimigos", isto é, governo, políticos tradicionais e empresários. Como já mencionei acima, a candidatura de Feldman, por exemplo, era

acusada de ser patrocinada pela Klabin, uma empresa poluidora. Feldman, portanto, apresentava uma relação ambígua de prestígio e desconfiança junto ao ME como um todo.

A mesma postura de Guarniere pode ser identificada no discurso de Cláudio Duarte - candidato a deputado estadual pelo PSB. Diz o candidato:

"...o que a gente percebe é que deteriorou um pouco o movimento ecológico aqui em São Paulo que é onde eu mais conheço e interior...e mais na capital. Não por culpa dos ecologistas, mas por culpa de quê? De determinada estrutura de empresas nacionais e multinacionais principalmente que trataram de desfazer o movimento, de deteriorar o movimento propositalmente...infiltrando no movimento elementos não-ecológicos, entendeu? Que fazem de tudo para desorganizar o trabalho que nós temos, para tumultuar para criar atritos, para criar inimizades, para criar divisões...percebeu? É por aí.

P- (o que é movimento ecológico para você?)

C - Movimento ecológico é uma coisa não-organizada em que, por exemplo, eu faço parte de dois movimentos...então, cê acabou de ver eu conversar com o Marco Augelli no telefone. Você me vê conversar com a Ana Gutemberg, o Miguel Abellá, o Vivaldo Neves, o Antônio de Pádua, com o Siqueira...com o Vivaldo, sei lá...com uma série de pessoas...vai haver um evento, um liga pro outro; por isso que não é organizado, é informal. Todo mundo passa a ligar pro outro: olha, vai haver um evento, tal dia, tal hora, tal local, você vai, leva teu megafone, leva isso, leva aquilo...e aquilo cria um corpo ecológico. Mas, na verdade, a idéia básica, fundamental era reunir esse pessoal autônomo todo em torno da APEDEMA. Não aconteceu; por problemas que assim, foi criado entre a área ecológica muitas situações pra que nós nos desentendêssemos. Foi realmente...Por quem? Por aqueles que não são ecológicos, dizem-se ecológicos e têm apenas uma ambição muito grande de se projetar a nível estadual ou nacional e se valem do nome ecologia. Porque? porque hoje ecologia dá Ibope. Porque em 70 a gente não via nenhum desses canalhas participarem nisso; quando já naquela época o sr. Carlos de Barros já era ecologista; quando eu...era garoto ainda, eu tenho 34 anos...cê tira 70 de 86...eu panfletava em todos os lugares que estava o sr. Luiz Carlos de Barros. Ele dava autorização...é isso que cria a divisão entre nós...isso com que intuito? Com o intuito de nos enfraquecer. Porquê? Porque por incrível que pareça, num dado momento a...a grande imprensa descobriu a palavra ecologia, e é uma palavra que vende...

P- (então existe um movimento ecológico?)

C - existe realmente, felizmente. existe de verdade, e existem aqueles elementos que não são sequer candidatos e que batalham duramente. que lutam, que põem dinheiro até do bolso constantemente pra ver alguma coisa de verdade, de real, de concreto acontecer. Existe um movimento ecológico, e o movimento ecológico em si, como eu te disse anteriormente, é puro e cristalino. É uma coisa limpa, percebeu? é puro e cristalino, é

uma coisa limpa.

P - (Mas é um movimento, você tava falando, desorganizado?)

C - Eu diria que se for por... por... cada grupo, o grupo em si é organizado, o que é desorganizado é a frente do movimento, o grande front do movimento é desorganizado. Agora, os grupos em si são organizados. (grifos meus).

Já desde o início o candidato caracteriza sua fala como a de alguém situado dentro do Movimento, que participou do seu passado e pode fazer uma análise do presente. Diferentemente do grupo de candidatos representantes dos "novos ambientalistas", que vêem uma mudança no ME, ou melhor, que consideram o início do Movimento a partir de suas candidaturas, Duarte percebe o presente como um momento de "deteriorização" do ME. Esta é explicada, como em Guarniere, pela "infiltração do inimigo", isto é, empresas multinacionais.

Em seguida, ao definir o ME como "uma coisa não-organizada", o discurso é apresentado como um documento de uma prática do ME - a convocação de pessoas, a aglutinação de pessoas na realização de um evento é feita de maneira informal; o contato é feito com pessoas e não com entidades. Essa informalidade é apresentada como característica do ME e não como fator negativo de desorganização - novamente o discurso documenta a prática: "e aquilo cria um corpo ecológico". Entretanto, uma necessidade de formalização é sentida na formulação do projeto de aglutinação em torno de um núcleo, o que não acaba acontecendo. A característica de "informalidade" não é vista como fator de desunião, desestruturação e desorganização. A causa da desunião seria um fator externo ao Movimento - a penetração de falsos ecologistas, oportunistas. A "pureza" e a "organização" do ME parecem se localizar numa instância de atuação reduzida, diria que quase mesmo privada, como fazem pensar as expressões "movimento ecológico em si...é puro e cristalino" e "o grupo em si é organizado". O ME torna-se desorganiza-

do e impuro na medida em que se relaciona com outros grupos ou agentes da sociedade, como na prática política institucionalizada.

Além dos "falsos" ecologistas serem "espiões" das multinacionais, eles são caracterizados como oportunistas, o que é um dado novo. A ecologia aparece como algo inédito para aqueles que não são do ME, algo "que dá Ibope", isto é, enquanto uma questão que politicamente passa a oferecer oportunidade de projeção política. Encontram-se, então, implícitos aí, os dois critérios básicos de caracterização do ecologista - a pureza e o passado de militância.

Assim, do que foi apresentado até aqui, identificam-se duas imagens de ME construídas a partir dos discursos dos candidatos "membros do movimento", que no entanto, se colocam como dois grupos distintos em confronto. A base comum, aspecto recorrente nos discursos, é a "não-organização" do ME. Entretanto, os sentidos dessa "não-organização" são diferentes. Para um grupo, o ME apenas se inicia, enquanto que, para outro, ele se deteriora exatamente pela entrada em cena do primeiro grupo. Pode-se dizer que a "deteriorização" significa o sentimento da perda de espaço dos grupos históricos frente aos novos ambientalistas. Portanto, as explicações para a "não organização" do movimento revelam duas posturas em confronto:

A- os candidatos que pretendem uma "profissionalização" do ME através da criação de entidades estruturadas tecnicamente com projeção nacional e internacional, e que, favoráveis a participação político-partidária, concebem o papel de suas candidaturas como organizadoras e divulgadoras do Movimento, minimizando a atuação das outras entidades e a história do movimento até aquele momento. Por terem uma concepção clássica do fazer político e estarem participando do jogo político

institucional, são críticos à heterogeneidade, ou pluralidade constitutiva do ME e às características "anarquistas" do Movimento;

B- candidatos que reforçam seu passado de militância e a história de atuação das entidades existentes. Consideram-se mais genuinamente ecologistas e procuram falar mais "de dentro" do movimento, usando as concepções próprias do ME, como, por exemplo, quando abordam a questão do purismo e do passado de militância. Vêem o momento atual como um momento de desestabilização do Movimento pela infiltração de grupos econômicos e políticos oportunistas. Embora admitam a "informalidade" como característica própria do ME, ressentem-se de uma organização aglutinadora para maior eficácia da ação política. Eles se confrontam com os candidatos da postura A, identificando-os como representantes de multinacionais e oportunistas. Na verdade, o "profissionalismo" proposto por aqueles candidatos tende a apagar e a diluir a atuação e a identidade dos ecologistas "mais antigos", que atuavam individualmente, e numa postura mesmo romântica, colocando "dinheiro do próprio bolso", nas palavras de Cláudio Duarte.

Por fim, o fato de a questão da "não-organização" encontrar-se presente em todos os discursos, como o fator mais característico do ME, relacionava-se também com o próprio fato de os candidatos terem como referencial uma outra prática política, própria das organizações partidárias, das quais participavam no momento, enquanto candidatos políticos, e em relação as quais precisam avaliar e adequar-se.

Tendo visto a percepção de movimento daqueles candidatos membros do ME que privilegiam a atuação das entidades, resta ver o grupo minoritário daqueles que, apesar de "membros", esboçam uma visão "mais ampla" do conjunto do Movimento, o que revela na maioria dos ca-

soos uma ausência das concepções das práticas políticas.

2 - Os que privilegiam um sentido amplo de ME para além das entidades ou grupos de base. Esses, minoria nas Listas Verdes, têm uma concepção bastante abrangente de ME, apontando para "iniciativas", "posturas" e "atitudes" para além da atuação dos grupos ambientalistas - o que eles próprios denominam como uma "visão de mundo alternativa". Uma visão que privilegia uma concepção mais globalizante ou holística do universo e na maioria dos casos pode ser relacionada à corrente ecofundamentalista (ver cap.I). É a partir dessa característica que se pode explicar a minoria de candidatos participantes nas Listas Verdes uma vez que a maioria dessa corrente era refratária à militância política, seja em entidades e, principalmente, nos partidos políticos. Assim, a "não-organização" do ME também é apontada pelos candidatos desse grupo, mas num sentido positivo, isto é, como característica constitutiva do "ser ecológico", numa aceção mais ontológico-filosófica, este "ser" em última instância, como um rebelde. É o caso do candidato Mário Inocentini - candidato a deputado estadual pelo PTB:

"...acontece o seguinte: que o movimento ecologista é o único, aliás, isto é situação célebre, é o único que tomou o nome de uma ciência sem contestação. Se alguém se intitula farmacêutico sem ter estudado farmácia, ele é enquadrado na lei; se alguém se intitula sociologista, sem ter feito sociologia, a mesma coisa; jurista sem ter estudado direito... então, na verdade, o movimento ecologista, e isso a meu ver é um pré-destino, uma predestinação, ele é o único que, que absorveu a denominação de ciência e ninguém coloca contestação.

P - (o que é movimento ecologista?)

M - Bom, eu tenho... quando eu me refiro a movimento, eu tô me referindo muito mais a tendências e atitudes...

P - (por quê?)

M - Não existe um movimento ecologista...cê pode pensar em movimento ecologista na Itália, não temos no Brasil. Quando você fala: o movimento ecológico, na verdade não existe. Tem um artigo meu no nº 8 da revista Alternativa (publicação com artigos de ecologia, ufologia, astrologia,

medicina natural, alimentação natural, comunidades alternativas, etc.) onde eu exatamente trato disso, tá? ... Bom, a minha visão não é uma visão determinista, é uma visão dialética da sociedade... então, nós temos o aspecto da rebeldia, nós temos o aspecto do planetarismo. Eu acho um absurdo você brigar por um ístimo, por um canal, sabe, nós já estamos na civilização mundial. Ela está sendo feita ou por via do imperialismo econômico, ou por via do imperialismo ideológico. Mas, pra mim, a moeda, o dinheiro, o capital é... a moeda de quem não tem ideologia, assim como como a ideologia é a moeda de quem não tem dinheiro. Então, não há diferença, não é. Tanto os povos submetidos ao imperialismo soviético são expoliados, são negados na sua identidade com a sua autonomia, como os povos submetidos ao imperialismo econômico. Então, a visão planetária busca romper essa medida.

Então, eu diria que muito dessa visão de rebeldia, ela tá calcada exatamente naqueles socialistas que foram repudiados por Marx, que foram repudiados por Engels, que foram repudiados por Lenin, que foram repudiados por Fidel... sabe, por todos os revolucionários que tomaram o poder... e quem são eles? São Saint Simon, Proudhon, Bakunin, em suma, todo...

P-(Os anarquistas?)

M - Os rebeldes, né? A meu ver, é essa a visão que subjaz na postura ecologista. Ela é expressão também de algo mais profundo que é o senso de rebeldia, do não-conformismo; da realização da liberdade, cê entendeu? Este é o ponto fundamental. O revolucionário diz: você só pode ser livre numa nova ordem. O rebelde diz: você nunca será livre dentro de qualquer ordem. Então, ele é um Thoreau, não é? A desobediência civil..

P- (o ecologista é um rebelde?)

M - Olha, ou ele é um rebelde ou ele não é um ecologista. Você pode tomar o ecologista como aquele cara que apenas preocupado com... a preservação de um locus, né... de um lugar... de um ecossistema. Então, esse não é um ecologista, ele é um conservacionista, ele é um preservacionista. Ele pode ficar nisso e será muito eficiente ou não eficiente de acordo com a situação, tudo bem. Esse tem uma visão restrita do ecologismo. O que me preocupa, ou o que me ocupa, ou o que eu procuro explorar... é a atitude... a coisa que levou esse camarada a expressar o seu não-conformismo, indo pra ecologia... porque o não-conformismo de hoje pode se expressar indo pra um... facismo, indo pra um Maluf, ou indo para o partidão. Então, a meu ver, a postura ecologista é aquela que mais fielmente retrata o não-conformismo. Porquê? Porque ela incorpora o feminismo, ela incorpora a defesa das chamadas minorias, né? Então, essa postura, ela incorpora as minorias, ela incorpora os desajustados, ela incorpora os místicos, ela incorpora as pessoas preocupadas com a vida extra-terrena... uma vida no espaço, com a vida depois da morte. Ou seja, ela incorpora todos aqueles que não se enquadram dentro de categorizações políticas, que não se enquadram nas macro-estruturas. Esse é um ponto que é muito caro a nós. Quer dizer, é a questão da... das pequenas estruturas contra as grandes estruturas. As grandes estruturas estão falidas - o Estado, o sindicato, as empresas... tudo isso tá falido... tudo isso é a negação da liberdade do homem, né, os Trustes, os Cartéis...

Eu tenho que transcender as limitações da atividade política até mesmo da visão histórica se eu tiver a pretensão de apreender a essência do que seja o homem, até mesmo para fins de defesa do meio ambiente. Essa essência do homem predador, do homem destruidor, ela se re-

solve, ela se dissolve no capitalismo, ou no socialismo, ou no comunismo... Como ecologista eu tenho que transcender isso, ou como rebelde, ou como não conformista, ou como libertário, a minha visão é uma visão trans-histórica, ou ultra...sabe? Além da história. Ou nós admitimos que há uma essência do homem que o leva a ser um predador desde a pré-história, ou então, nós não podemos projetar um estado histórico em que o homem deixa de ser predador.

P- (você acha que existe vida em outros planetas?)

M- Não estou preocupado com isso, nem um pouco. Há os que acreditam, companheiros nossos, né, ufologistas, por exemplo. Há os que mantêm contato com os seres extraterrestres. Tem pessoas aqui que tão preparando as bases, não é, para quando os extraterrestres, ou interplanetários vierem...então, daí que alguns ecologistas mais místicos que reivindicam exatamente porta-vozes, né...

P - (que é um ecologista místico?)

M - É o camarada...o esotérico, né, é um camarada que além da militância ecologista, ele por exemplo, pertence a um centro de pesquisas de ocultismo, de espiritismo, ele é um Hare Krishina, ele é um Moon, ele é um...um Yogy, não é?

P- (um místico é um ecologista?)

M - todos eles são...todo místico é no fundo mesmo que não o profere, são ecologistas porque é um ser preocupado com a ordem cósmica,né...

P - (e os ecologistas são místicos?)

M - há um fundo comum, não é? Veja só, nós estamos falando de um universo muito grande. Nós tamos misturando ecologista com alternativo, né? E como místico...

P - (que é um alternativo?)

M - Alternativo para mim também é uma manifestação conjuntural dessa rebeldia, né. O alternativo, vejamos assim, se nós fossemos construir totalidades, nós teríamos o ecologista, que tá englobado no alternativo, o alternativo que tá englobado no libertário, no rebelde. Para mim, vamos dizer, o último ser, o maior é o rebelde. Ele é que inclui o ecologista, né, o rebelde, inclui o alternativo, o alternativo é a manifestação conjuntural. No começo do século o alternativo era o anarquista. No século XIX, no começo do séc.XIX era o revolucionário francês...no meio do século XIX era o cientista, não é? A ciência no século XIX ela surgiu como um prolongamento da natureza. Então, esse...esse alternativismo, ele tem...ele é uma manifestação conjuntural,hoje. Nós chamamos de alternativo aos que recusam, já há os que acham a expressão envelhecida...uma manifestação da rebeldia, do inconformismo, que hoje se chama alternativo, que hoje se chama ecologista, que hoje se chama espiritualista, Hare-krishina, Anaga amarga, Yoga Nanga,Yogaman, tia Neiva, Vale do Amanhecer, os místicos, Brasília, Dom Bosco, né? Todos eles uma imensa estultifera nave,ne? A nau dos insensatos que tá navegando e em cada porto leva um inconformismo sem conta. Bom, eu tenho que fazer campanha senão esse inconformismo não consegue voto...

O discurso do candidato traz consigo as marcas discursivas dos valores ecologistas no sentido mais amplo daquilo que tenho chamado de "cultura ecológica", mais além da postura ambientalista "stritu

sensu" (ver discussão no cap.I). Ele defende valores pós-materialistas, um modo de vida que incorpora as minorias sociais, uma "rebeldia" quanto aos sistemas políticos e econômicos que sustentam o industrialismo da sociedade contemporânea. Seu discurso explicita claramente as influências anarquistas do ecologismo, como Proudhoun, Bakunin, e o desobediente civil, Thoreau, um dos inspiradores do movimento hippie dos anos 60. Uma outra referência explícita são os grupos místicos e esotéricos, grupos que não são ligados necessariamente à atuação das entidades. Como já disse anteriormente, as referências ao aspecto mais espiritualista do ecologismo aparecem em um número bastante reduzido de candidatos.

Este candidato apresenta uma visão globalizante, planetária, que contesta as divisões geo-políticas atuais e as macro-estruturas sociais, numa clara alusão à postura hippie dos anos 60 expressa no slogan "small is beautiful". Entretanto, ao mesmo tempo que se coloca como representante dessa postura, crítico às grandes estruturas da sociedade, ele participa da arena politico-institucional enquanto candidato "do inconformismo", num sentido até mesmo "quixotesco", ou para usar uma outra imagem, um pequeno David contra o gigante Golias.

Diferentemente dos candidatos que enfatizam a atuação das entidades, sejam "ambientalistas" ou "ecologistas históricos", Inocentini expressa uma posição mais geral que envolve a articulação de um sistema de valores e crenças para além da preocupação com o meio ambiente físico. Essa postura, juntamente com a do grupo dos "ecologistas históricos", é vista pelo grupo dos "novos ambientalistas" como "romântica", "ingênua" e até mesmo, especialmente essa expressa por Inocentini, como "pouco sérios". Sua inclusão nas Listas Verdes foi

motivo de desavenças por parte dos "novos ambientalistas" que se recusavam a uma equiparação com tais candidatos (ver discussão no cap. II). Na tentativa de diferenciação em relação a esses candidatos, os "novos ambientalistas" reforçavam o aspecto técnico-científico de suas propostas ligadas estritamente ao meio ambiente, como discutirei nas próximas seções.

No entanto, sejam ambientalistas ou ecologistas de diferentes matizes, o fato é que as Listas Verdes, especialmente a lista da APEDEMA, era composta por candidatos "não-militantes do movimento", ou simplesmente políticos "aliados".

CANDIDATOS ALIADOS

Do ponto de vista do grupo de "candidatos aliados", é possível identificar uma imagem de ME, em que aparece apenas o sentido estrito do Movimento, ou melhor, uma referência à atuação das entidades. O que predomina nos discursos desse grupo de candidatos é uma visão da ação política do ambientalismo ligado à questão da consciência da cidadania por parte da população, com a conseqüente organização de grupos e entidades na defesa do meio ambiente.

Há uma visão de que os grupos ainda são incipientes e que só recentemente começam a se constituir e a se proliferar. Ela difere dos sentidos construídos pelos candidatos "membros" porque, como uma visão "de fora" do movimento, ela não envolve a crítica e a competição dos representantes de cada postura. Ela é uma imagem construída a partir de um referencial de prática político-partidária, cujas regras pretendem responder à sociedade como um todo. Por isso, há um sentido críti-

co em relação a "não-organização" das entidades que compreende a variedade de entidades e o fato de serem compostas por reduzido número de pessoas, sendo estas descritas como pertencentes à classe média urbana intelectualizada.

Por outro lado, procuram explicar o que sentem como pouco envolvimento da população através de dois pontos: em primeiro lugar, mencionam a carência de informações e conseqüente ausência de consciência da cidadania por parte da população, identificando no regime militar o principal fator de inibição; em segundo plano, através da separação dos níveis econômico de um lado, e cultural de outro, colocam as questões ambientais na ordem das questões culturais, e portanto secundárias diante da preocupação maior da população com as questões de ordem econômico-social.

Essa dissociação das esferas econômico-social de um lado, e cultural de outro, constitutiva dos discursos dos candidatos, é que obriga a uma redefinição do sentido de ecológico, como discutirei na próxima seção. Por ora, cabe exemplificar a postura descrita acima através da fala de um candidato desse grupo. De acordo com Rubens Lara - candidato a deputado estadual pelo PMDB,

"...você só tem do seu lado parcela mínima da população ainda. Ou seja, a sociedade se senbiliza com a tua proposta...todo mundo é a favor, mas na hora que você peita troço certo, uma briga, um confronto, você tem você mais 2,3,4 entidades, enfim...eu acho que tá crescendo, esse assunto que cresceu e que cresce. Eu acho que é pouco por várias razões: o tempo que o país viveu, primeiro dentro do regime autoritário, desfrutando a camisa de força. Isso inibia toda e qualquer participação. Segundo, a questão socio-econômica, né, muito negativa para a sociedade. Você tinha os salários, cê tinha as condições piores de vida...Então, não tá na cabeça do cara pensar em preservar, tá na cabeça dele pensar em encher a barriga dele, do filho, da mulher dele. E é verdade, certo? Fundamental o emprego dele, o salário dele, tem a questão da casa dele...e isso a massa mesmo da sociedade, certo? aí que você tem desigualdades enormes, injustiças enormes, então, eu acho que questão de cultura..."

Como visto no início deste capítulo, através de algumas colocações do candidato Aluísio Nunes, e como esse fragmento da entrevista de Lara evidencia, há uma separação efetuada pela maioria dos entrevistados entre a esfera econômica e a cultural. As questões ecológicas são colocadas na esfera cultural e, portanto, precisam de uma adaptação para os temas econômicos entendidos como os temas prioritários. Além disso, essa separação revela, em última instância, um determinismo economicista com a conseqüente subestimação do sistema cultural e simbólico das camadas populares da população, que nessa perspectiva não se interessariam pela questão ecológica. É importante destacar que a maioria desses candidatos tem sua origem política ligada à militância de esquerda, e que portanto, são influenciados por uma certa leitura do marxismo que divide a realidade social em esferas - estrutura e superestrutura. Assim, a cultura é colocada na esfera da superestrutura e é determinada pela estrutura, as bases econômicas da sociedade.

A oposição ecologistas X políticos e a questão do purismo do movimento subjacente a ela também aparece nos discursos desse grupo de candidatos, em que predomina a imagem de político que defende os movimentos. Este outro fragmento do discurso de Lara explicita essa questão:

"...é o seguinte, eu participei da APPN...mas no início a gente sentia...isso é um desabafo que eu já fiz pra uns ecologistas...no início eu sentia...alguns ecologistas, ambientalistas, preservacionistas, o nome que se dê, de participantes...de participantes dessas entidades não queriam políticos, tinham aversão a políticos. Aquela história que eu te falei do início, do geral, do povo...ah, não quero saber de político. Então, o movimento ambiental também tinha...Não, político não. Então, cê sentia, não quero dizer todos, mas cê sentia a maioria tinha restrições a políticos e queriam fazer...teve alguns que queriam fazer um movimen-

to verde, puro, sabe? Isso aí não tem... tudo é político. Pra votar um projeto quem vai votar é um deputado. Tem que ir lá na Assembléia, quem tá com a gente e quem não tá? Quem cê pode confiar, quem cê não pode confiar. Quem vai ser o interlocutor pra defender. Cê vai precisar de subsídios, cês tem que dar, cês tem que levar gente no local, mostrar o que a gente... a gente tá aí pra defender pros movimentos." (grifos meus)

O candidato, portanto, coloca-se como um político que representa os movimentos sociais na esfera político-institucional, esferas decisórias e de poder. O purismo do movimento é associado à questão do verde, demonstrando aí a existência de nuances, ou melhor, expressões diferenciadas do ecologismo. O conhecimento da existência de diferenciações é expressado também pelas denominações "ambientalistas, ecologistas, preservacionistas", embora o candidato se coloque numa posição de exterioridade em relação a essas manifestações, como a expressão "o nome que se dê ... de participantes dessas entidades" revela. A passagem acima documenta a relação que deveria então existir entre políticos ligados ao legislativo e a sociedade civil organizada.

Como nos discursos dos candidatos "membros" do movimento, a "falta de união" das entidades também é observada por esse grupo de candidatos. Comenta Lara:

"...numa época, por exemplo, só na época da luta anti-nuclear, tinha várias entidades que lidavam com o movimento anti-nuclear, tanto que a gente até criou uma central para coordenar todas. era a MOCUN - Movimento Contra as Usinas Nucleares. Esse ficou uno, que não era uma entidade, mas era uma reunião de todas... que diluía muito. Esse é um outro problema. Porque nós somos poucos, não somos muitos ainda como gostaríamos que fosse. Então, você cria um grupo... o grupo se dilui muito, entendeu? Então eu acho que já diluiu muito, várias. Se pudessemos retomar isso... ter um movimento unitário, forte a nível das questões..."

O significado da "falta de união" expressada pelo candidato relaciona-se à idéia de "fraqueza" no sentido político instrumental de pouca efetividade no exercício de pressões e demandas por parte dos

grupos. É um sentido mais restrito e pragmático do que aquele expressado por candidatos "membros". No caso desses últimos o sentido da "desunião" envolve também a falta de entendimento nos relacionamentos humanos a nível de práticas e trocas subjetivas.

Paralelamente à questão do purismo e da "falta de união", e em decorrência da separação das instâncias econômica e cultural, há ainda a imagem do ME como um movimento restrito a uma classe intelectualizada. No entanto, os candidatos "aliados" esboçam uma visão de que ele começa a se "ampliar" naquele momento, ao atingir e envolver a população de baixa renda afetada diretamente por problemas ambientais, como por exemplo, a poluição de fábricas. Quanto a isso, a fala de Geraldo Siqueira - candidato a deputado estadual pelo PT - é exemplar dessa concepção, e interessante do ponto de vista da descrição que faz dos participantes do movimento, tipos construídos sobretudo, através das vestimentas, prática discursiva comum à maioria dos candidatos, como já visto anteriormente:

"... porque movimento ambientalista, por exemplo, em geral, pelo que eu via antes, eram mais ou menos os movimentos... mais ou menos as mesmas pessoas, né. É sempre de classe média urbana intelectualizada, quer dizer, de um setor da classe média intelectualizada. Isso que eu via antes, né, como movimento ecológico pura e simplesmente, né? Grupos ecológicos... eu via quando havia encontros e debates, reunia alguns, e sempre encontrando as mesmas pessoas.

P - (que tipo de pessoas mesmo?)

G - Classe média intelectualizada, em geral, o grosso. Intelectualizada o seguinte, o cara com formação universitária, ou pré-universitária... de origem na classe média urbana, né, o grosso sempre foi aquele pessoal. Sentia, né, porque eu sinto uma alteração nisso, né? Nesse tipo de âmbito restrito de preocupação com essa categoria de pessoas, né? Alterações recentes, coisa de 2 anos, um ano, tá? Você começou a atingir pessoas que... tipo operário de bairro pobre, com poucos recursos, de pouca formação escolar... de baixa renda. Eu acho que talvez, pelo próprio agravamento de situações particulares, pelo impacto dos problemas. Por outro lado, acho que também influenciou um pouco os acontecimentos mesmo internacionais que o cara tava vendo na televisão. Por exemplo, o negócio de Chernobyl desse ano despertou, por exemplo, quando eu fui em An-

gra, na manifestação contra usina nuclear. Lá, por exemplo, as manifestações que tinham antes em Angra, era mais o pessoal que tava te falando, né, o pessoal de roupa colorida, de cabelo comprido ou curto, mas que, enfim, você identifica como o tipo, o tipo estudante, não sei, não sei mesmo que algumas pessoas não sejam mais estudantes, sejam mais velhos, professores, mas, enfim, com essa característica, né? Essa última de Angra já tinha a população de Angra, entendeu? Participando da manifestação com medo do perigo que oferece a radiação provavelmente pela repercussão de Chernobyl e mortes e tudo o mais...

P - (Como era a população? Como você diferencia do grupo anterior?)

G - Ah, isso tá na cara, tá na cara... é que nem você ir em Osasco, andar num bairro e... mulher que cê vê que... lenço na cabeça, sandália de pé, vestido de chita, sei lá, sabe, essas coisas... tá na cara, que nem cê entra numa casa, cê sabe quem é a empregada e quem é o patrão. Patrão, nós que temos empregadas... os outros com roupa colorida, com tennis jambradão... e esse pessoal é o povo mesmo que tava na manifestação e que eu senti um aumento". (grifos meus)

Há nessa passagem uma diferenciação entre Movimento Ecológico e Movimento Ambientalista baseada em categorias de classe sócio-econômica-cultural. O primeiro assumiria um sentido "restrito" ao ser constituído por pessoas de "classe média urbana intelectualizada", como a expressão "movimento ecológico pura e simplesmente" indica, e ainda reforçado pela imagem das práticas intelectualizadas de "encontros e debates". Já o sentido mais "abrangente", que como discutirei adiante, envolve até mesmo uma mudança de ordem terminológica (de movimento ecológico para movimento ambientalista) é construído, nessa concepção, pelo envolvimento das parcelas de baixa renda e menos informadas da população (ver próxima seção).

A diferenciação estabelecida entre essas duas categorias de pessoas é feita através das vestimentas. A maioria dos candidatos recorre freqüentemente ao sistema de vestuário para localizarem, distinguirem e contrastarem classes de pessoas. Como aponta Marshall Sahlins (1979), o sistema de vestuário repete na sociedade ocidental as funções do chamado totemismo:

"Mera aparência deve ser uma das mais importantes formas de manifestação simbólica na civilização ocidental. Porque é através de aparências que a civilização transforma a contradição básica de sua construção num milagre de existência: uma coesa sociedade de estranhos. Nesse caso, sua coesão depende de uma coerência de tipo específico: da possibilidade da apreensão dos outros, de suas condições sociais, e desse modo, de suas relações com alguém "à primeira vista"" (op.cit.,224).(45)

Assim, alguns candidatos, por exemplo, procuram se distinguir dos políticos ditos "tradicionais" reservando para esses a imagem do terno e da gravata como próprias do "conservador", enquanto reservam para si próprios a camiseta e o jeans, como sinais metafóricos de jovialidade, do "novo", do "moderno", como já mencionado. No caso do candidato acima, ao diferenciar movimento ecológico de movimento ambientalista através do que entende pelo "tipo ecologista" e a "população", Siqueira reproduz as diferenças sociais e de classe tendo como referência o vestuário - camiseta colorida e tênis "jambradão" como ícone do jovem, estudante, rico, e a "chita" e "sandália de pé" como ícones da pobreza. O candidato identifica diferenças sociais como classe e grupo etário ao nível das roupas, e na consubstancialidade entre sujeito e objeto podemos identificar três categorias de pessoas: povo-chita, ecologista-jeans e político-terno.

3- Os sentidos de ecologia nos discursos ou o "apagamento" do ecológico pelo ambiental

Do ponto de vista das representações em torno do conceito de ecologia, as colocações dos candidatos em geral, evidenciam um sentido filosófico-humanista e teórico-biológico, compondo-se de categorias universalizantes e biológicas. Como resultado, o processo discursivo revela uma transterritorialidade no nível ideológico-partidário e no

nível político-geográfico, através da qual é produzido um efeito despolitizado do sentido de ecologia, como nos exemplos:

Ex.1 - " Ecologia vem do grego **oikos**, que quer dizer casa, quer dizer, o lugar onde você vive, e isso é muito importante. Quer dizer, o lugar onde eu vivo, eu habito, me dá o tipo de vida que eu vou ter, a minha qualidade de vida. Isso pra mim é meio ambiente. Quer dizer, o ambiente onde se vive, onde se mora, e é o planeta. Não importa se a poluição tá na Índia, tá na China ou no Paquistão, tem que tá na defesa também desse ambiente que é único, né, é **oikos**, é a casa...acho que é proposta de qualquer partido, né. Eu acho que deve ter nessa Lista, eu não vi a Lista, mas deve ter nessa Lista, acho que pessoas de todos os partidos... acho que até do PDS. " (João Baptista Breda)

Ex.2 - " Eu, como médico, eu tenho obrigação de saber que meio ambiente é vida...pra...qualquer ambiente. Médico que não pensa em ambiente não é...então, não fez medicina, não é? O meio ambiente é onde a pessoa vai ter condições de vida. Até a bactéria...se...o caldo de cultura é o meio ambiente dela, se você altera o PH ela morre. Quer dizer, imagina a espécie humana. E compete a nós realmente. Porque o homem vem desde o ano 1 começando a destruir o que se chama de meio ambiente, que é aonde foi forjada as condições físicas, químicas pra que ele pudesse viver...e é isso o meio ambiente. E eu acho que é uma luta de todos o conservar o meio ambiente porque eu acho que o fim da espécie tá...não precisa haver uma explosão atômica. Eu vejo com muita preocupação porque a destruição do meio ambiente pode levar ao fim da humanidade. " (Waldir Trigo, cand. dep. est. PMDB)

Assim, os discursos são constituídos por um campo semântico em que se destacam as categorias: homem, vida, humanidade, equilíbrio, harmonia, planeta, espécie humana, terra, todo, integridade, felicidade, ecossistema, ecodesenvolvimento, natureza, preservação, conservação, recuperação, manutenção, sensibilidade, futuro, dentre outras.

Entretanto, se a manipulação dessas categorias na composição de um referencial "ecologista" serve, no imaginário dos candidatos, como legitimadora das candidaturas junto ao ME, elas parecem "problemáticas" em relação ao referencial político-partidário. Há um consenso nos discursos de que a classe política, os partidos em geral, e a própria população, vêem a questão ecológica como "secundária", "alternativa", "marginal", "questões da classe média urbana intelectualizada",

e "questões de primeiro mundo". Os próprios candidatos assumem ambas as posições, ora classificando as questões ecológicas como questões básicas, e ora classificando-as como questões secundárias, apresentando uma aparente contradição discursiva, que revela na verdade a ambigüidade resultante da combinação dos dois universos culturais - o ecologista e o político-partidário - como na passagem que se segue à fala do candidato do Ex.1:

"...eu sempre me interessei porque são temas basicamente do ser humano. Como eu disse aqui, a fotossíntese é a primeira necessidade básica do ser humano. Sem fotossíntese não há vida. Então, ela vem antes, a respiração vem antes da alimentação. Na ordem é: respiração, alimentação, habitação, saúde, educação, trabalho e lazer. Essas são as sete necessidades básicas do ser humano, e a fotossíntese é, então, a primeira delas. Se não respirou já dança na maternidade."

Entretanto, essa ordem de prioridades mencionada pelo candidato, não é observada como articulada no discurso de seu partido:

"...porque são vistas pelos sindicalistas como não prioritárias. Poluição de fábrica é mais prioritário, estabilidade de emprego é mais prioritário, 40 horas semanais é mais prioritário. "

No entanto, num outro momento, esse mesmo candidato parece confirmar as teses dos sindicalistas ao descrever o perfil de seu eleitor como um eleitor jovem, situado nas camadas da classe média urbana intelectualizada:

"...não adianta eu ir falar na Brasilândia sobre fotossíntese que ninguém sabe. Não adianta eu ir falar, eu tentar discutir na Brasilândia o papel das forças armadas. Eles não estão preocupados com isso. Tão mais preocupados com o cotidiano deles, e realmente é com isso que eles tem que se preocupar. É ter onde morar, onde comer, onde trabalhar...o perfil do meu eleitor é um perfil de quem já resolveu esse tipo de questão. "

Essa "contradição", presente na maioria dos discursos e, aparentemente assimilada pelo candidato acima, revela, através de uma segunda leitura, uma articulação em dois níveis: um nível teórico-biológico e um nível político. Nesse sentido, o conceito de ecologia circunscreve-se ao primeiro nível. As prioridades levantadas pelo candidato, quando pensadas com um referencial teórico-biológico são básicas "do ser", ou melhor, "da espécie humana". Mas, ao passar em seu discurso para o nível político-partidário, essas prioridades deixam de ser básicas para o "cidadão brasileiro comum", no caso específico da realidade social brasileira.

Esses dois níveis, dissociados no imaginário dos candidatos, são submetidos a um processo de articulação frente à necessidade de legitimação junto aos partidos: é preciso "politizar" o conceito de ecologia para torná-lo legítimo junto aos partidos. Um dos principais mecanismos implícitos de politização é observado "pelo processo de apagamento" (Pêcheux, 1988) do sentido ecológico pelo sentido ambiental. Nota-se a predominância, em todos os discursos, das expressões questão ambiental, movimento ambientalista, ambientalista, meio ambiente, em substituição à, respectivamente, questão ecológica, movimento ecológico, ecologista, ecologia ou natureza. Quando estas últimas são usadas, elas vêm sempre referendadas ou retificadas pelas suas respectivas primeiras, como nos exemplos:

"...pro cê ter uma idéia, mais da metade dos requerimentos que eu fiz, desde que eu sou vereadora, mais da metade são sobre a questão ecológica, questão ambiental..." (Telma de Souza, cand. dep. est. PT)

"...a minha opção, certo, que também é uma opção de consenso, parece que faz parte da opinião de consenso, é que o que é importante, o que deve ser feito é você estimular a criação de departamentos de ecologia, departamentos ambientalistas, em todos os partidos existentes. Tem 30 par-

tidos, então, nós vamos criar departamentos de ecologia, ou de defesa do meio ambiente, ou de defesa da qualidade de vida em todos os partidos existentes." (Gastão Gonçalves)

A utilização aparente das expressões ecologia, meio ambiente e qualidade de vida como sinônimos (ou, ou , ou) indica na verdade uma diferenciação de sentidos implícita nessas colocações.

Ao passar para o nível explícito, quando requisitados pela pesquisadora, a maioria dos candidatos esboça uma diferenciação entre **ecológico** e **ambiental**. Apesar das especificidades de cada discurso, o **ambiental** aparece, na maioria dos casos, como um conceito "mais abrangente", capaz de "englobar" o **ecológico**, como no exemplo que se segue:

"...eu coloco na questão ecológica a questão do verde basicamente... e a questão da...das preservações da natureza. Na questão ambiental eu coloco a poluição, a...a questão de Cubatão, a questão da leucopenia, o benzeno que a Cosipa traz...então, não é uma questão ecológica em si, é uma questão ambiental. Eu faço essa diferença porque eu percebo que existe isso aí...eu faço dentro da questão ambiental uma divisão especial pra ecologia, percebe? Porque senão fica abrangente demais..." (Telma de Souza).

Nota-se aqui uma gradação de sentidos, verde-ecológico-ambiental, que pretende dar um caráter do "mais restrito" ao "mais abrangente" como sugere a expressão **verde** seguida de **basicamente** bem como **ecologia** seguida de **em si**.

Todavia, essa "abrangência" do conceito de **ambiental** é construída, na realidade, de forma a politizar o conceito no diálogo partidário, relacionando-o às questões ideológicas dos respectivos partidos, na tentativa de incorporar a luta ecológica à luta partidária, traçando os seus pontos de intersecção. Nesse sentido, a passagem seguinte é bastante ilustrativa:

"...ecologia não é só poesia, a ecologia é muito mais do que isso...que passa por esses detalhes: o camponês, né, ou o trabalhador da zona rural que manipula agrotóxico, muitas das vezes não sabe a toxicidade, não é, ele não conhece os efeitos colaterais daquilo, ele manipula sem luvas, sem máscaras, sem equipamentos de proteção. A gente tem visto aí o número de lavradores que têm morrido por intoxicação. Do mesmo jeito, o trabalhador da indústria química também, que às vezes, numa linha de produção, tá ali utilizando uma série de materiais, né, na composição de outros, sem saber, né, o tipo de danos que vai causar no seu organismo, que às vezes até geneticamente influencia os filhos que vão nascer. Então, eu coloco bem claro que a nossa luta pelo meio ambiente também é um enfrentamento ao capitalismo pra modificação do próprio regime que a gente vive..." (Bergamo Pedrosa).

O sentido "politicizado" surge frente à necessidade de um encampamento da questão ecológica por parte do partido do entrevistado, que é o Partido dos Trabalhadores. Ele pressupõe a existência de um sentido de **ecologia** como poesia, pelo partido. Embora reconheça o componente poético da **ecologia** (não meio ambiente) através do enunciado "ecologia não é só poesia", busca uma abrangência maior através do apagamento do sentido de ecologia como poesia: "ecologia é muito mais do que isso". Essa "abrangência maior" se dá na relação da **ecologia** (agora sim, **meio ambiente**) com o processo de trabalho no campo e nas fábricas, associando a luta pelo **meio ambiente** à luta contra "o capitalismo pra modificação do próprio regime que a gente vive". Dessa forma, passa do nível da **ecologia** (poesia) para o nível **ambiental** (político), combinando referenciais tanto do universo ecologista como do universo partidário. Um outro fragmento do texto, contido na fala de um candidato do PMDB, exemplifica também essa questão:

"...se você tenta conservar o que está aí, você fere o regime capitalista. Porque não adianta você, você...nós defendermos, por exemplo, o...se eu defendo o Pardo, o rio da Onça, o rio Mogi, eu não tenho como...não defendê-lo, e não ferir o capitalismo. Eles querem botar indústria, eles querem poluir, eles querem...eles querem destruir...é o regime capitalista, o lucro é acima de tudo. Se eu proibir que se derrube uma mata, a mata não se derruba só por derrubar...é tirar madeira para plantar...pra plantar e pra fazer loteamento, fazer edifício, fazer indústria. Quer dizer, então, que você fere realmente o grande capital...o capitalismo..

daí quem pensa em termos de... de meio ambiente, por incrível que pareça, é o pessoal mais ligado à esquerda. É o grupo mais progressista que dá, que dá... você não vai achar nenhum do PDS que... que tá preocupado com o meio ambiente. Vê, com isso ficou até um problema ideológico, um absurdo, quer dizer, é vida e tá virando um problema ideológico, porque... bobagem..." (Waldir Trigo). (grifos meus)

Nessa passagem, o candidato utiliza referenciais dos dois universos, realizando uma passagem do ecológico para o ambiental (político), já que ele mantém o sentido natural-biológico ou até mesmo "filosófico" do conceito de ecologia como algo universal, que deveria transcender as fronteiras ideológico-partidárias porque se relaciona à preservação da vida, que é a vida de todos. No entanto, identifica o regime capitalista como o grande destruidor da natureza, estabelecendo assim uma ponte entre ecologia e prática política de esquerda e, portanto, justificando sua atuação política.

4- O mecanismo de politização via dois jogos de sentidos

Como mecanismo observado no conjunto das entrevistas analisadas, subsumindo as nuances e especificidades de cada uma, cabe destacar que a construção politizadora do conceito de ecologia frente ao diálogo partidário é observada, com maior transparência e rigor nos discursos dos candidatos petistas. Isso resultava do fato de o PT ser um partido mais definido ideologicamente, levando seus candidatos a uma reflexão e uma definição ideológica maior. Além disso, ou, como consequência disso, havia um consenso entre os candidatos petistas de que a corrente majoritária do partido até aquele momento, os sindicalistas, encarava as questões ecológicas e, conseqüentemente suas can-

didaturas, como secundárias e marginais. Nesse sentido, pode-se falar de uma estratégia legitimadora das candidaturas petistas, em que o apagamento do **ecológico** pelo **ambiental**, a substituição ou a passagem do sentido de **ecologia** para **meio ambiente** vai mais além, através da criação da expressão **Inteiro Ambiente**, que suscita um efeito metafórico de sentido para designar a "abrangência" de conceito desejada, no diálogo partidário.

Dessa forma, a expressão **Inteiro Ambiente** pode ser encontrada nos discursos da maioria dos candidatos petistas analisados. É interessante observar que o desvendamento dos mecanismos de construção desse conceito, em cada um dos discursos, revela que cada candidato petista trabalha a expressão, independentemente uns dos outros, como autores individuais e autônomos do conceito, atribuindo-lhe origens e sentidos próprios e diferenciados. Isso nos remete à questão da ilusão do sujeito como única fonte de sentido, ou seja, revela a construção cultural e social dos sentidos como podemos encontrar em Orlandi (1987) e também, dentre outros, em Cohen (1978).

Assim, para Geraldo Siqueira, a expressão foi criada e utilizada em sua campanha a partir de um fato, classificado como "folclórico", acontecido com um companheiro de partido, um sindicalista que "não sabia" o que era meio ambiente. Relata o candidato:

"...aconteceu um fato folclórico o que aconteceu com o Cicote, que é nosso deputado aqui, né. Ele é metalúrgico de Santo André e na eleição de 82 ele meteu o pau lá no comício de Santo André, e um rapazinho tava esperando ele quando ele desceu do palanque, no comício e ele perguntou pra ele se ele ia defender o meio ambiente. Pô, o Cicote nunca tinha ouvido falar desse negócio de meio ambiente. Então, ele falou: "você vai defender o meio ambiente?", e ele falou: "que que é isso rapaz, eu não sou de meia luta, eu sou de se levar uma luta até o fim. Eu não vou defender o meio ambiente coisa nenhuma, vou defender o ambiente inteiro". Ele usou esse termo... e até quando eu fui fazer esse panfleto agora ago-

ra, eu falei" "Oh, Cicote, vou usar aquela tua expressão lá, INTEIRO AMBIENTE", entendeu? ..."

É interessante destacar do episódio narrado pelo candidato a visão do metalúrgico "que mete o pau" em comícios, isto é, trata de questões "sérias" e desconhece a questão do meio ambiente, em contraposição à imagem do "rapaz", isto é, um jovem, como a imagem de um estudante, preocupado com o meio ambiente. O meio ambiente entendido como uma questão de interesse da juventude e de classe média intelectualizada, como revela sua própria fala, destacada na seção anterior.

Ainda para que se possa entender essa concepção ambivalente da importância das questões relacionadas à ecologia expressada por Siqueira, vale comentar um episódio acontecido com o próprio candidato, do qual eu pude participar. Após entrevistá-lo, fui convidada a acompanhá-lo - momento de sua campanha eleitoral - a um debate sobre meio ambiente do qual ele participaria num comitê do PT em São Paulo. Já era noite e chegamos ao local do debate. Lá estavam os organizadores e ficamos esperando algumas horas pela chegada do público o que, para desconforto e frustração geral, não aconteceu. Ao retornarmos do debate não-ocorrido, o candidato tentava entender os motivos do fracasso. Através de um comentário feito com seu assessor, Siqueira atribuiu a ausência de público ao tema da ecologia. Entretanto, quando indagado pela pesquisadora "interessada em ecologia", responsabilizou os organizadores pela pouca divulgação e má-organização das atividades de campanha.

Essa ambivalência em relação a importância do tema ecológico é uma marca constitutiva da maioria dos discursos dos candidatos das Listas Verdes entrevistados para a pesquisa. Ela explica a necessidade de trabalhar o tema, associando-o a outras questões, ou mesmo elabo-

rando outros termos e sentidos para demonstrar a sua importância.

Ainda como exemplo do uso da expressão INTEIRO AMBIENTE como criação individualizada por parte dos candidatos petistas, destaco este fragmento da entrevista de João Baptista Breda:

"...não gosto de chamar de meio ambiente, eu gosto de chamar de INTEIRO AMBIENTE, porque é mais abrangente, né? É uma maneira de expressar apenas semântica...eu sou laciano, psicanalista, então, eu brinco com as palavras. Ao invés de meio ambiente, porque não INTEIRO AMBIENTE, né? Apenas uma brincadeira laciana..."

Longe de uma "brincadeira semântica", a expressão **Inteiro Ambiente** utilizada pelo grupo de candidatos petistas apresenta uma necessidade de "alargamento" da noção de meio ambiente, o que implica numa politização do conceito, relacionando-o, inclusive, com as questões tradicionais do partido, consideradas de maior relevância.

Contudo, o que interessa considerar através dos jogos de palavras, é a possibilidade de síntese que a expressão **Inteiro Ambiente** proporciona na articulação dos referenciais do universo ecologista e do universo partidário. De um lado, ela remete à idéia de uma totalidade integrada, como a idéia de um ecossistema, por exemplo, conceito próprio do universo do ME, e de outro, ela permite a "abrangência" ou politização da idéia de ecologia, relacionando a luta ecológica à luta econômica e política, como por exemplo, a luta dos trabalhadores contra o "inimigo" comum que é o poder econômico, como sugerem as passagens:

"...agora, por exemplo, você pode ter tipos de contradição dentro do PT que não é contradição com o poder econômico. Ela é mais fácil de você mexer nessa questão, porque ela tá sempre se chocando com o poder econômico, não é, direto com multinacional, com multinacional de agrotóxico... aí...o ambiente é o ambiente inteiro, quer dizer, entendendo nisso qual sua relação com a natureza, e mais do que isso, qual a sua relação com o conceito de progresso que a gente tem." (Geraldo Siqueira)

A definição de meio ambiente ou **Inteiro Ambiente**, que sugere a redefinição do que seja progresso, parece fundamental para colocar a questão ecológica como questão importante a ser tratada ou encampada pelo partido.

A idéia de uma "abrangência maior" do conceito de ecologia, interpretada aqui como uma politização do conceito, aparece também em outro jogo de palavras, agora caracterizando o slogan da campanha de Fábio Feldman: **"Seja Maduro, Defenda o Verde"**. O candidato explica assim o seu slogan:

" Bom, em primeiro lugar é uma brincadeira porque tá contrapondo o maduro e o verde. Seja Maduro, porque o nosso voto é um voto consciente. Eu sou um candidato ideológico. A pessoa que vota em mim, a gente supõe, tem uma certa maturidade política, não vai votar em mim porque dei camiseta, canetinha, porque eu sou bonito ou não sou bonito. Vai votar porque gostou das idéias. O mais importante é o Seja Maduro. Defenda o Verde, porque a proposta ambientalista hoje, ela tá ligada ao verde, intrinsecamente ligada ao verde. Mesmo que você queira fugir como... da questão como candidato verde, é impossível. "

Através dos jogos de palavras, há uma redefinição dos conceitos por propagação de sentido e uma rematerialização dos significantes verde e maduro. É corrente na nossa cultura atribuir à cor verde a qualidade de imaturidade, em oposição à amarela, à qual corresponderia uma maturidade (Sahlins, 1979). De um lado inexperiência-juventude, de outro experiência-maturidade. Assim, embora o apelo do slogan se dirija ao nível de conscientização do eleitorado, é da "maturidade" ou politização da questão "ambientalista" e de sua própria candidatura que ele fala no jogo de palavras. A oposição maduro/imaturo expressada pelo simbolismo da cor é constitutiva das condições de produção do discurso, o qual é construído, nos seus vários contextos, de forma a demonstrar a importância ou maturidade das questões ambien-

tais, colocando-as no rol de questões importantes a serem tratadas na Constituinte. Tal demonstração pretende contrapor-se à idéia que o candidato julga dominante na opinião pública e nos partidos em geral, de que a questão ecológica é uma questão menor, secundária e imatura, assumindo um sentido "romantizado", "ingênuo", portanto, "verde".

É interessante salientar que, a referência ao **verde** só aparece no slogan do candidato, uma vez que em seu discurso ocorre a frequência do termo **ambiental**. Na passagem acima referida, o candidato evidencia um desejo de "fugir" de uma possível identificação como **candidato verde**, a qual carrega em si tanto o sentido de "verde" como "ingênuo", como também o sentido de "verde" ligado à ideologia do **Partido Verde** já emergente, embora não legalizado, naquelas eleições. Assim, o simbolismo da cor verde no Partido Verde significa juventude, novo, mas traz também sentidos de imaturidade, uma vez que romantismo, anarquia e ingenuidade são atributos da juventude. Os candidatos, especialmente os "novos ambientalistas" procuram se livrar da associação a esse último sentido, o da imaturidade, para se impor politicamente. Vale lembrar que Feldman, representa a corrente dos "novos ambientalistas" procurando diferenciar-se tanto da corrente "verde" do Rio de Janeiro, quanto dos ecologistas "históricos", considerados românticos e ingênuos por não terem uma atuação profissionalizada e não possuírem o domínio do conhecimento científico ligado ao meio ambiente.

Em linhas gerais, como candidatos escolhidos pelo Movimento Ecológico para representá-lo no processo eleitoral-86, os entrevistados trabalham, em suas representações, categorias que pressupõem como próprias do universo conceitual ecologista e do universo partidário. Nesse processo, os dois universos são representados como opostos e an-

tagônicos, dado de um lado o caráter teórico-biológico (e em alguns casos filosófico) e despolitizado que o conceito de ecologia assume no imaginário dos candidatos, e de outro, a questão das concepções e práticas próprias do ME, enquanto um movimento social, que implicam em uma oposição ao universo político-partidário. Como decorrência, as colocações dos entrevistados assumem uma "aparente" contradição quando articuladas com um referencial político constituído por argumentações de ordem economicista.

Essa "aparente" contradição é "resolvida", guardando-se as devidas proporções e especificidades de cada nível - teórico-biológico-filosófico de um lado e político de outro - em que observa-se um apagamento do sentido **ecológico** pelo sentido **ambiental**, na passagem de um nível considerado menos político para outro mais político.

Todavia, cabe salientar que, o "desconforto" quanto ao uso do termo **ecológico**, observado na maioria dos discursos, refere-se não somente ao caráter despolitizado e, até mesmo, "romântico" e "ingênuo" do sentido dominante de ecologia, mas também já insere uma referência à emergência do **Partido Verde** naquelas eleições, em relação ao qual os candidatos buscam uma distinção. Assim, o potencial politicamente transformador do "ecologismo" é apagado pelo sentido mais restrito da postura ambientalista que os candidatos articulam, uma vez que o sentido de ecológico relaciona-se para os entrevistados ao universo cultural e este é concebido de maneira separada e secundária em relação à esfera econômica.

Conclusão

"As culturas ditas primitivas, que os etnólogos estudam, ensinam-lhes que a realidade pode ser significativa aquém do plano do conhecimento científico, sobre o da percepção pelos sentidos. Elas encorajam-nos a recusar o divórcio entre o inteligível e o sensível, decretado por um empirismo e um mecanicismo fora de moda, e a descobrir uma secreta harmonia entre esta pesquisa do sentido, a que a humanidade se entrega desde que existe, e o mundo em que ela apareceu e onde continua a viver: mundo feito de formas, de cores, de texturas, de sabores, de odores... Nós aprendemos assim a melhor amar e a melhor respeitar a natureza e os seres vivos que o povoam, compreendendo que vegetais e animais, por muito humildes que sejam, não fornecem apenas ao homem a sua subsistência, têm sido também, desde o começo, a fonte das suas emoções estéticas mais intensas e, na ordem intelectual, das suas primeiras e já profundas especulações". (Levi-Stauss, 1983: 172-173)

O ambientalismo desloca o político do ecológico no sentido da crítica que este contém a respeito da organização da sociedade, modos de vida, valores, consumo das camadas médias e altas, relações de poder, dentre outras. (46) "Despolitiza-se" no sentido de que, assumindo um profissionalismo e um discurso técnico-científico, passa a constituir-se num debate entre uma elite composta por técnicos do governo e técnicos da sociedade civil. Os meios de comunicação, através de uma "redecodificação" do sentido ecológico, aparecem como difusores das reflexões e dos temas abordados "pelos ecologistas". Eles constroem um cenário de comunicação onde fica apagado seu papel na construção desses sentidos (Authier, 1982). A questão ecológica tornou-se, então, um problema "inevitável de final de século", despolitizada na medida em que transvestiu-se em problemas e soluções pessoais, como por exemplo, o plantio de árvores ou a procura de áreas verdes que são oferecidas nos comerciais de televisão. As discussões a respeito da problemática do modelo de desenvolvimento e outras discussões mais técnicas que en-

volvem o ambientalismo não alcançam a maioria da população leiga.

Se o ambientalismo, com seu fundamento técnico-científico, foi importante no sentido de dar um estatuto mais legítimo (uma vez que considerações da ordem dos sentidos, ou preocupações estéticas, não assumem este significado político na nossa cultura) ao tratamento da questão ambiental na Constituição, ele distancia-se do trabalho de construção da cidadania, no que se refere à construção de uma "consciência ambiental" junto à população. A "militância ecológica organizada" hoje, tem demandado um crescente conhecimento científico das questões ambientais, ou seja, tornou-se uma questão de especialistas, restando à população o papel de receptora do conhecimento produzido, informando-se pelos meios de comunicação de massa.

Entendo que a dimensão cultural é parte constitutiva e fundamental para a compreensão do debate ecológico-ambiental que se trava nas sociedades neste final de milênio. Todavia, tenho notado que essa dimensão vem sendo "apagada" no debate nacional o qual, no esforço de aliar a problemática ambiental à discussão do modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, têm se centrado numa perspectiva mais sócio-econômica. É essa postura que começa a se desenvolver e consolidar-se enquanto poder, subsidiada por um discurso técnico-científico, a partir de meados dos anos 80 no campo social configurado pelo panorama ecológico-ambiental do país, como este trabalho procurou assinalar. É essa postura que o Brasil irá defender na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que se realizará no Rio de Janeiro (a Eco-92).

Entretanto, além do conhecimento científico é necessário considerar outras formas de conhecimento não dominantes na nossa so-

cidade, mas que foram elaboradas ao longo dos tempos, e vêm inspirando e são incorporadas por grupos urbanos nos seus questionamentos sobre o modo de vida, como por exemplo, o conhecimento indígena sobre ervas e plantas, dentre outros. É necessário considerar a prática e o conhecimento das populações de pescadores, pequenos produtores rurais, seringueiros, e outros, em relação a seu meio ambiente, bem como levar em conta a reivindicação daqueles que vivem nas cidades e são afetados pelos problemas que uma superpopulação e uma industrialização mal planejada provocam, ou que simplesmente acham feia e mal cheirosa a cidade em que vivem.

Essas colocações, que para um antropólogo são consideradas banais (outros consideram-nas românticas), fazem-se necessárias na medida em que "a questão ecológica" tem sido motivo de trabalhos e tentativas de abordagem em nível interdisciplinar. Como uma disciplina que constituiu-se através dos estudos das relações do homem com a natureza, a antropologia tem um papel importante a cumprir nesse debate, sobretudo na consideração das relações simbólicas e afetivas que o homem estabelece com o meio ambiente em que vive, para além das relações meramente instrumentais, tal como colocado por Levi-Strauss na epígrafe desta conclusão.

Natureza e cultura se opõem e se imbricam na medida em que, dialeticamente, uma é fonte da outra. Se o homem através da cultura alterou o habitat natural de tal forma que ele não parece reconhecê-lo mais, ou acreditar na perdurância de sua vida no meio que resultou de suas práticas e concepções, é também através da própria cultura, e das representações simbólicas que são feitas a partir desse meio que novas relações podem ser construídas. A concepção que percebe "a nature-

za" como um mundo de relações harmoniosas em contraposição a um mundo social desequilibrado, constituído por relações de desigualdades e injustiças, perde seu alento e seu referencial possível de relações fraternas e recíprocas na medida em que o meio ambiente aparece como um sistema em desintegração. A preservação "da natureza" neste aspecto, significa a preservação da possibilidade de um mundo social mais equilibrado e harmonioso.

A partir da antropologia, entendo que não existe um meio ambiente físico, enquanto algo já dado, ou já ali, a ser pensado separado do homem, este também concebido de forma abstrata e universal, ou como espécie biológica. Nesse sentido, este trabalho pretendeu contribuir para a compreensão do ecologismo enquanto um fenômeno cultural que se manifesta em diferentes setores da sociedade contemporânea. Ao focar o Movimento Ecológico, uma de suas expressões, no contexto histórico maior da chamada "transição democrática" vivida pelo país, em que este passa a se relacionar com a arena político-institucional, o trabalho apresenta um registro da complicada passagem de uma prática característica de movimento social para uma prática de natureza político-partidária. Assim, coloca-se como uma referência e oferece uma possibilidade de comparação com outros estudos que focalizam essa mesma passagem em relação a outros movimentos sociais. Do ponto de vista da configuração interna do ME, o estudo apresenta um momento de conflito, de disputas e de mudança na trajetória do Movimento, em que novos sentidos de ecologia foram produzidos por novos atores frente ao contexto de institucionalização. Dessa forma, ele possibilita compreender o quadro atual, mapear os sentidos dominantes e os sentidos apagados, abrindo novas perspectivas de pesquisa.

De questão marginalizada e secundária em 1986, a ecologia passa hoje a definir relações entre nações, isto é, a política internacional. A morte de Chico Mendes em 1988 e a preocupação com a preservação da floresta amazônica voltou os olhos do mundo, ou melhor, do Primeiro mundo, sobre o Brasil. Sem dúvida, as cobranças internacionais encontraram ressonância nos setores do ambientalismo nacional e contribuíram para que a ecologia ganhasse o novo estatuto de questão política e, mais do que isso, tornou-se hoje um dos catalizadores de discursos políticos e sobre o político (Orlandi, 1990). Através da problemática da preservação da floresta amazônica, imagens do Brasil e dos "países ricos" vão sendo construídas e confrontadas. Diferentes setores sociais se posicionam e se confrontam interna e externamente, trazendo à tona novos e velhos nacionalismos, outras formas de marginalização, dominação, bem como gerando novas identidades e alianças, sugerindo um novo campo de interesse e de investigação.

Notas

- (1) - Para uma discussão introdutória sobre comunidades alternativas rurais ver Tavares, Carlos A.P.(1983).
- (2) - Ver sobretudo Roszack, Theodore (1971) e (1982)
- (3) - Para uma apanhado geral jornalístico das vitórias das lutas ecologistas no ano de 1986 ver: revista *Veja*, nº 962, de 11 de fevereiro de 1987.
- (4) - Ver **Folha de São Paulo** em 19-09-86
- (5) - Na perspectiva da antropologia inglesa, que trouxe à cena os atores e suas ações, pois que se encontrava interessada nas transformações sociais, os rituais são estudados a partir de uma concepção que compreende os símbolos como "operadores" no processo social e não como veículos de comunicação de um "ethos" integrado. Ver especialmente Gluckman (1955) e Turner (1974).
- (6) - Uma pesquisa antropológica que utiliza recursos da Análise de Discurso é apresentada por R.Müller (1990) em sua análise dos mitos asurini.
- (7) - Sobre as versões comuns do conceito de ideologia na literatura marxista ver Willians (1979). O autor identifica três versões do con-

ceito: a) um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo; b) um sistema de crenças ilusórias (idéias falsas ou consciência falsa) que se pode contrastar com o conhecimento verdadeiro ou científico; c) o processo geral da produção de significados e idéias. O conceito de ideologia trabalhado pela Análise de Discurso parece identificar-se com a terceira versão do conceito apontada por Williams. Para uma discussão sobre as relações entre os conceitos de cultura e ideologia ver Durham (1984a).

(8) - Ver especialmente Viola, E. (1990), em que o autor, partindo de uma perspectiva sociológica, classifica e descreve os diversos setores que compreendem o chamado Ambientalismo Complexo-Multissetorial.

(9) - Para uma concepção de sociabilidade como forma autônoma ou lúdica de sociação para além de conteúdos e objetivos pragmáticos e formais ver Simmel (1983). Para uma concepção do ponto de vista político, ver discussão sobre a circunscrição do ME no campo político-ideológico dos movimentos sociais na próxima sessão deste capítulo.

(10) - Para uma análise mais detalhada dos movimentos populares ver Cardoso, R. (1982); (1983) e (1987); Durham, E. (1984b); Moisés, José Álvaro (et ali) (1982); Ferreira dos Santos, Carlos Nelson (1981); Boschi, Renato (org.) (1982); Kowarick, Lúcio (1987); Scherer-Warren, Ilse e Krischke, Paulo (org.) (1987), dentre outros.

(11) - Para uma análise dos novos movimentos sociais em regimes militares ver: Mainwaring, Scott e Viola, Eduardo (1984). Nesse trabalho

os autores analisam o papel dos novos movimentos sociais (comunidades eclesiais de base, associações de bairro e movimento feminista no Brasil, grupos de direitos humanos na Argentina; e associações ecológicas em ambos países) que emergiram sob regimes militares como "reivindicadores de uma cultura política democrática" no Brasil e Argentina. O texto aponta para as diferenças e pontos comuns entre os cinco movimentos e fazem também uma comparação com os movimentos europeus, além de assinalarem os estudos que são "otimistas" e os que são "críticos" quanto à força democratizadora dos movimentos. Colocam os novos movimentos sociais como críticos do capitalismo e do consumismo e na busca de um terceiro caminho para a transformação - como a igreja colocava, mas em rejeição ao comunismo- incluindo-os numa rede internacional cujos exemplos são o Partido Verde Alemão, o movimento Solidariedade na Polônia, o partido radical italiano e o ecologismo Escandinavo.

(12) - Para um depoimento testemunhal ver Gabeira, F.(1981).

(13) - O sentido de percepção utilizado aqui insere-se no contexto das discussões sobre a relação dialética entre sensibilidade e objetividade expressa por Morin, E.(1986). A percepção englobaria não somente uma objetivação racionalizada diante de determinado fenômeno, mas uma sensibilidade intuitiva, algo sensorial e mesmo tátil.

(14)- No original : "New social movements are inclined towards affective concerns, expressive relations, group orientation, and horizontal organization. Old social movements are inclined towards material concerns, instrumental relations, orientation towards the State and ver-

ticle organization...The movements have embodied values which question the basic meaning of life. They have emphasized community, sociability, friendship, and the affective dimensions of life. In doing so, they have challenged both the conventional liberal and the marxian notions of human needs" (1984,20 e 40).

(15) - Para um ponto de vista dos movimentos alternativos diante da questão da microfísica dos poderes ver Evers, T.(1984).

(16) - Para uma visão geral dos acontecimentos de 68 ver: Matos,O.(1981); Ventura,Z.(1988).

(17) - Para um depoimento testemunhal ver, além de Gabeira (op.cit.), outros testemunhos em Cohn-Bendit,D.(1987). Uma interessante etnografia de um movimento feminista em São Paulo encontra-se em Pontes,H.(1986). Ver ainda Pinto Coelho,C.(1986).

(18) - Para o tratamento dessa questão e um mapeamento dos autores que trabalham com a noção de Ecopolítica ver Viola, E.(1987).

(19) - ver dentre outros Gortz,A.(1978); Bahro,R.(1984); Cohn-Bendit (op.cit.); Gabeira, (1987).

(20) - Para uma síntese introdutória dos problemas ecológicos ver especialmente Viola(1990,p.47-54); Lutzemberger,J.(1978); Pádua, J.A. et.alli (1985).

(21) - Ver sobre a questão da pluralidade do social Laclau, E. (1986).

(22)- No original, o movimento ambientalista "...has focused on more specific concerns related to the preservation or protection of the environment, such as pollution, protection of forests or land conservation". Enquanto o movimento ecologista "...shares those concerns about the natural environment, but also proposes and practices alternative forms of social organization. The ecology movement has generally raised questions about forms of human interaction, relation to ones work and other questions about life style" (op.cit.,p.30).

(23) - Uma discussão mais elaborada dessa questão encontra-se no capítulo II.

(24)- Embora a história registre a emergência de Partidos Verdes na Nova Zelândia em 1969 e na Inglaterra em meados dos anos 70, é nos anos 80 que eles se proliferam e surgem com mais força como no caso da França e da Alemanha. A política verde na Alemanha é especialmente significativa tanto qualitativamente quanto quantitativamente, tendo influenciado, inclusive, os Verdes de outros países como o Brasil. Após as experiências de participações eleitorais através de Listas Verdes, o PV alemão surge em 1980. Em 1983, os verdes elegem 27 deputados ao Parlamento Federal e nas eleições nacionais de 1987 o número de representantes cresce para 42. Sobre a emergência dos verdes na Europa ver Müller-Rommel, Ferdinand (1985); Busklin, Wilhem (1985). Para a emergência dos verdes no Brasil ver Pádua, José Augusto (1989); e Viola, Eduardo (1987.)

(25) - Em trabalho recente E.Orlandi (1990) aponta para uma visão da ecologia como um dos catalizadores de discursos políticos e sobre o político.

(26)- sobre os jogos de linguagem pública e privada, psicológica e social, ver a interessante etnografia da sociedade americana realizada por uma equipe de sociólogos coordenada por Robert Bellah (1985). Para este, ao contrário, são as estruturas contratuais do mundo econômico e burocrático que têm se tornado modelo para a vida privada.

(27) - Projeto apresentado à FAPESP em abril de 1987.

(28) - Para um contraponto à idéia de "reencantamento do mundo" ver Habermas (1987). Neste artigo, o autor critica a idéia do fim das utopias nos tempos atuais, isto é, a descrença nos projetos políticos indicada por uma concepção de pós-modernidade. Para este autor, chegou ao fim um tipo de utopia - o da sociedade do trabalho - expressa no ocidente pela crise do Estado de bem-estar Social. No entanto, outro tipo de utopia se impõe, esta denominada de "sociedade da comunicação", a qual pressupõe intersubjetividades intactas no processo histórico, ou seja, uma nova partilha do poder onde a solidariedade resistiria às forças do dinheiro e do poder administrativo (op.cit.112).

(29) - O grande desafio para Habermas é a "integração comunicativa" dessas manifestações culturais, as quais denomina de subculturas, para a constituição de uma "formação política da vontade" em direção a

emancipação do homem, ou das "potencialidades de uma vida melhor e menos ameaçada" (op.cit.,114).

(30) - Para uma reconstituição da história do movimento em São Paulo através de notícias de jornais ver: Antuniazzi, M. Helena (1989).

(31) - ver, sobretudo, Cohn-bendit, D. e Castoriadis, C.(1981); Huber, J.(1985); Gabeira, F.(1986); Dupuy, Jean-Pierre(1980), dentre outros.

(32) - No relatório de nº 1 apresentado à FAPESP, fiz uma discussão bibliográfica sobre os processos eleitorais brasileiros, especialmente no período da abertura política, objetivando traçar o quadro institucional até as eleições de 86. Ver especialmente Boschi, Renato(1986); Sorj, B. et.alli (1984); Lamounier, B.(org.)(1980); (1987);(1986); (1986); Lamounier e Cardoso, Fernando Henrique(Org.)(1975); Reis, Fábio Wanderley (1978); (1986); Sadek, Maria Tereza (1987); Santos, Wanderley Guilherme(1986); Flávio Kantizzi(1986); Weffort, Francisco (1987); Meyer, Marlyse et.alli(1985).

(33) - é importante ressaltar que os demais movimentos sociais (feminino, associações de moradores, comunidades eclesiais) já se engajam ativamente no processo eleitoral de 1982 - Ver Jakobi, Pedro,(1985). Quanto ao tema da ecologia nas campanhas eleitorais, é fundamental destacar que no contexto de luta pela transição democrática predominam, nas campanhas eleitorais, os temas institucionais (democracia, anistia, etc) e os chamados temas de ordem imediata (custo de vida, arrôcho salarial, etc). Acompanhando o desenvolvimento dos movimento

sociais, em 1978 já aparecem candidatos com temas específicos e dentre eles os temas ambientalistas. Entretanto, eles não chegam a se constituir ainda como tema central, estando sempre relacionados a outros, e mencionados como parte de uma questão pontual, conjuntural, localizada, como por exemplo, luta pela despoluição do rio Tietê. Nenhum candidato, até então, era identificado como representante do ME, embora alguns viessem a compor a Lista verde de 1986 como Geraldo Siqueira (identificado na época como representante do movimento estudantil) e João Batista Breda. Ver Miyamoto, S. (1980).

(34) - Ver sobre o IX ENCA a revista **Vida e Cultura Alternativa**, nº6 de outubro de 1985 - publicação que começa circular também a partir desse período, trazendo os debates sobre a forma de participação, ou não, nas eleições, ou sobre a criação do PV durante os anos de 85/86.

(35) - Em artigo mais recente, Viola (1990) parece rever sua análise do período atual ao considerar as várias expressões do que denomina **Ambientalismo Complexo-Multissetorial**.

(36) - ver **Partido Verde - Propostas de Ecologia Política**, Rio de Janeiro, editora Anima, 1986.

(37) - *ibid.idem*.

(38) - Revista **Veja** 8/01/86). No final dos anos 70 e início dos 80 esta região do Sul de Minas, tendo como centro a cidade de São Lourenço foi considerada no "meio alternativo" como um dos pólos ecológicos do

país. Muitos jovens oriundos dos grandes centros urbanos do país dirigiram-se para essa região onde adquiriram terras tendo como proposta a experiência do desenvolvimento de uma vida "ecológica e comunitária". São Lourenço abrigava entrepostos comerciais naturalistas e era centro de um movimento de "médicos dos pés descalços", liderado pelo médico Marcio Bomtempo. As concepções místicas e espiritualistas dominavam este cenário da época. Ver revista *Transe*, ano 2, nº 12, agosto de 1982.

(39) - Em fevereiro de 1986 fiz uma primeira visita a essa comunidade pois, pretendia como projeto inicial de pesquisa, investigar os modos de vida das comunidades rurais localizadas no Sul de Minas. Por ocasião dessa visita fui cadastrada para receber as correspondências dessa comunidade (programas de cursos, terapias, etc.)

(40) - Os Rajneeshes são batizados com nomes em Sânscrito quando de sua iniciação na seita.

(41) - Não foi possível etnografar as reuniões anteriores da CIEC, uma vez que a delimitação do tema da pesquisa só começa a se configurar a partir do encontro da comunidade Rajneesh, quando as duas primeiras reuniões já haviam acontecido. Assim, as informações sobre a I e a II reunião da CIEC aparecem aqui através do relato de suas resoluções realizado por um dos coordenadores da CIEC nesta III Reunião, e posteriormente divulgadas em documentos informativos da CIEC (ver documentos em apêndice).

(42) - Candidatos Eleitos : **Federais** - Fábio Feldman; **Estaduais** - Rubens Lara, Waldir Trigo, Maria do Carmo Piunte, Aluísio Nunes, Wanderlei Macris, Tônico Ramos, Walter Lazarini.

(43) - Para uma análise da problemática passagem de uma prática característica de movimento social para uma prática político-partidária, ver M. Keck (1986) e sua análise sobre o Partido dos Trabalhadores.

(44) - Para uma comparação com as práticas de um outro movimento social, como por exemplo, o movimento feminista, ver as dissertações de mestrado de Heloisa Pontes(1986) e Maria Filomena Gregori(1988).

(45) - Sobre o sistema de vestuário como forma de identificação e diferenciação sociais na nossa sociedade, ver ainda outros autores como Sennett(1988), Maffesoli (1987).

(46) - Um sentido amplo de ecologia é encontrado em F.Guattari (1990), onde o autor trabalha com três referenciais interrelacionados: ecologia do meio ambiente, ecologia das relações sociais e ecologia da subjetividade humana.

APÉNDICE

Sobre Método

Para abordar o tema da pesquisa seguindo o enfoque teórico metodológico adotado, segui a seguinte estratégia de levantamento de dados:

a) Dados: Definição dos sujeitos do estudo - quem são; sua história de vida política; história de seu interesse pela questão da ecologia; sua relação com o ME e sua inclusão nas Listas Verdes.

Fontes: Dados recolhidos nas "Listas Verdes" e informação dos próprios sujeitos no decorrer das entrevistas (ver item b).

b) Dados: Representações dos sujeitos através de discursos produzidos nas entrevistas formuladas pelo pesquisador.

Fontes: Entrevistas gravadas durante a campanha eleitoral de 1986, construindo um roteiro de questões formuladas a partir de temas e indagações retiradas de leituras sobre o tema geral da pesquisa, e sobre Antropologia e Política:

Roteiro de entrevistas:

- História de sua vida política;
- Propostas Políticas;
- Como veio a fazer parte da Lista Verde e o que é a Lista Verde;
- Como foram escolhidos os candidatos da Lista verde;

- O que é Movimento Ecológico;
- Qual o perfil de seu eleitor;
- Como vê as eleições de 86;
- Como viabilizar suas propostas nessas eleições;
- Como a Ecologia, ou as questões ambientalistas são tratadas dentro de seu partido;
- Como são tratadas nos outros partidos;
- O que é Política;
- Como você entende o "fazer política";
- Qual é sua imagem de político;
- Como você se coloca diante dessa imagem;
- O que é preciso para ser político;
- Como é a vida pública de um político;
- Como é a vida privada de um político;
- Como é a vida numa cidade como São Paulo e como deveria ser;
- Dados básicos para definição dos sujeitos da pesquisa: idade, sexo, estado civil, escolaridade, local de nascimento, local de moradia, partido, religião.

c) Dados: História do Movimento Ecológico

Fontes: Literatura, levantamento em arquivos, jornais, revistas e depoimentos de ecologistas.

d) Dados: Contexto social e político das eleições

Fontes: Literatura, entrevistas, levantamento de jornais.

e) Dados: Definição do universo cultural ecologista através dos itens(a,b,c,d) e pelo material de apoio, a saber:

- Debate dos ecologistas sobre a participação política
- Debates gravados com os candidatos no período de campanha
- Material de campanha dos candidatos
- jornais e revistas
- correspondência com entidades
- e pelas possíveis inspirações teórico-filosóficas que os orientam.

Em decorrência da estratégia de levantamento de dados adotada, prossegui a uma estratégia de organização e análise do material empírico que implicou em três tipos de classificação dos dados: classificação dos dados por entrevista, classificação de temas no material de campo (entrevistas, jornais, panfletos, caderno de campo, etc) e classificação de temas na literatura.

Paralelamente a essa classificação geral dos dados, outra classificação mais específica se impôs. Ela decorreu da própria questão central - o tema da política - que orientou a pesquisa e que, portanto, fundamentou o roteiro que serviu de base para as entrevistas, permeando-as todas (embora as entrevistas abertas deixassem espaço para que outros temas aparecessem). Dessa forma, a partir do roteiro de base das entrevistas, e tomando o tópico da Política como central, prossegui a seguinte organização argumentativa (Osakabe, 1979):

A - Política Geral

- História da Vida Política do Entrevistado
- Representações do Entrevistado sobre política
- Representações do Entrevistado sobre a Prática Política
- A Imagem que o Entrevistado tem do Político
- A Imagem que o Entrevistado tem de si como Político
- Os requisitos para ser Político
- Vida Pública X Vida Privada
- As Representações do Entrevistado sobre o Movimento Ecológico

B - Política Partidária

- Como a Ecologia é Tratada pelo Partido do Entrevistado
- Como ela é tratada pelos Outros Partidos

C - Eleições de 86

- Quais as Principais Propostas Políticas do Entrevistado
- Lista Verde
- Qual o Perfil do eleitor do Entrevistado
- Como o Entrevistado vê essas Eleições
- Como Viabilizar suas Propostas Nessas Eleições

Esse tipo de procedimento foi fundamental para a classificação e posterior cruzamento dos dados, permitindo caracterizar os funcionamentos discursivos distintos e semelhantes, agrupando-os, e mapeando o universo que constitui os discursos dos candidatos das Listas Verdes de 1986.

ENTREVISTAS GRAVADAS COM OS CANDIDATOS

NOME DO CANDIDATO	PARTIDO	DATA DA ENTREVISTA	LOCAL DA ENTREVISTA
Geraldo Siqueira	PT	03.10.86	Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
Fábio Feldman	PMDB	10.10.86	Comitê do Candidato - Cidade de São Paulo
Gastão Gonçalves	PMDB	10.10.86	Comitê do Candidato - Cidade de São Paulo
João Baptista Breda	PT	16.10.86	Faculdade de Direito do Largo São Francisco - SP
Bergamo Pedrosa	PT	24.10.86	Câmara Municipal de São José dos Campos
Ataíde Ribeiro	PDT	27.10.86	Centro de Ciências, Letras e Artes - Campinas - SP
Mauro Leonel	PT	29.10.86	Escola Oswald de Andrade - Cidade de São Paulo
Lêa Aparecida	PT	29.10.86	Comitê da Candidata em Mauá - SP
Telma de Souza	PT	02.11.86	Comitê do PT em Santos-SP
Rubens Lara	PMDB	02.11.86	Comitê do Candidato em Santos - SP
Waldir Trigo	PMDB	03.11.86	Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
Maria do Carmo Piunte	PMDB	04.11.86	Campinas - SP
Cláudio Duarte	PSB	05.11.86	Escola de Yoga - Cidade de São Paulo
Irede Cardoso	PT	05.11.86	Câmara Municipal de São Paulo
Aloysio Nunes Ferreira	PMDB	06.11.86	Comitê do Candidato - SP
Rossine Camargo Guarniere	PDT	06.11.86	União Brasileira de Escritores - SP
Mario Inocentini	PTB	07.11.86	Cidade de Indaiatuba - SP
Vanderlei Macris	PMDB	08.11.86	Comitê do Candidato - SP
Tonico Ramos	PMDB	09.11.86	Residência do Candidato - Araras - SP

Os demais candidatos das "Listas Verdes", embora contactados, não puderam conceder entrevistas.

VOTE

LISTA VERDE

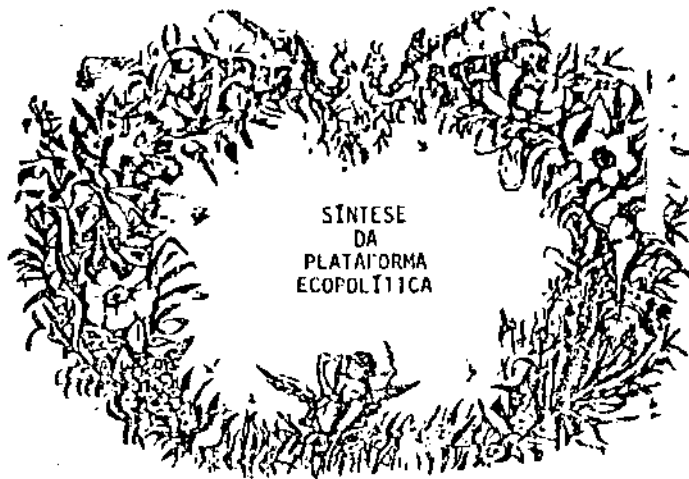
CANDIDATOS PARA AS ELEIÇÕES DE NOVEMBRO DE 86
RECONHECIDOS PELA CIEC - COORDENAÇÃO INTERESTADUAL DE ECOLOGISTAS PARA A CONSTITUINTE.

ALAGOAS			
		Ronaldo Lessa	Estadual PSB
BAHIA			
		Luiz Nova	Estadual PMDB
GOIÁS			
Everaldo Pastore	Federal PT	Joselino dos Santos	Estadual PT
Luiz Antonio de Carvalho	Federal PT		
MATO GROSSO			
		Kazuo Sano	Estadual PMDB
MINAS GERAIS			
		Cláudio Moreira	Estadual PT
PARANÁ			
Cícero Bley Júnior	Federal PMDB	Angelo Vanhoni	Estadual PT
Claus Magno Germer	Federal PT	Paulo Cesar Furiatti	Estadual PMDB
RIO DE JANEIRO			
		Fernando Gabeira - Governador	PT/PV
		Francisco C. Alvim - Senador	PT
		José Frejat - Senador	PDT
Cláudio Sideral	Federal PMN	Carlos Minc	Estadual PT
Lizt Vieira	Federal PT	Herbert Daniel	Estadual PT
Sônia Regina	Federal PDT	Vidocq Casas	Estadual PDT
RIO GRANDE DO SUL			
Ana Cafruni	Federal PT	Antenor Ferrari	Estadual PMDB
Caio Lustosa	Federal PMDB	Antonio Holfeldt	Estadual PT
Elton Oliveira	Federal PT	Daniel Gordinol	Estadual PT
Giovani Gregol	Federal PT	Darci Bêrgamo	Estadual PSB
		Cert Schinke	Estadual PT
SANTA CATARINA			
		Gert Roland Fischer - Senador	PDT
Rogério Portanova	Federal PT	Daniel Silva	Estadual PT
		Luiz Henrique Gevaerd	Estadual PCB
SÃO PAULO			
Antonio de Pádua (Padinha)	Federal PSB	Ataide Ribeiro	Estadual PDT
Carlos Fernandes	Federal PSB	Bêrgamo Pedrosa	Estadual PT
Fábio Feldmann	Federal PMDB	Cláudio Duarte	Estadual PSB
Geraldo Siqueira	Federal PT	Ernesto Zwarg Júnior	Estadual PSB
João Batista Breda	Federal PT	Gastão Gonçalves	Estadual PMDB
Nário Innocentini	Federal PTB	Maria do Carmo Piunti	Estadual PMDB
Valdo França	(*)	Mauro Leonel	Estadual PT
		Rubens Lara	Estadual PMDB
		Walter Lazzarini	Estadual PMDB

(*) Excluído pelo Tribunal Eleitoral, pois o PT extraviou sua documentação.

Pensamento
ECOLÓGICO
RUA... 2233

apoio: PENSAMENTO ECOLÓGICO / CAIXA POSTAL 6984 / CEP 01051 / SÃO PAULO



1. NUCLEAR NÃO !
Tecnologias apropriadas não poluentes com fontes renováveis de energias.
2. CONTRA OS AGROTÓXICOS !
Fim das monoculturas. Por uma Reforma Agrária Ecológica que respeite terras indígenas e reservas ecológicas.
3. RECONVERSÃO DA INDÚSTRIA ARMAMENTISTA PARA FINS PACÍFICOS E SOCIAIS.
4. CARACTERIZAÇÃO DOS CRÍMES ECOLÓGICOS.
Fim à impunidade.
5. FIM DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO.
Pelo serviço civil voluntário.
6. DEFESA DOS ECOSISTEMAS BRASILEIROS.
Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica etc. Fim à privatização das praias e do Patrimônio Natural.
7. PRESERVAÇÃO DA FAUNA NACIONAL.
Fim à matança das baleias, à pesca e a caça predatória.
8. PODER EFETIVO PARA AS POPULAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LOCAIS PARA A DEFESA DE SEU AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA.
9. DESPOLUIÇÃO DOS LOCAIS DE TRABALHO.
Redução contínua da jornada de trabalho. Emprego para todos.
10. PLEBISCITO PARA AS OBRAS E PROJETOS DE GRANDE IMPACTO AMBIENTAL.
Precedido de Estudos de Impacto Ambiental e campanha de esclarecimento da população.
11. HUMANIZAÇÃO E DESPOLUIÇÃO DAS CIDADES.
Saneamento básico, reaproveitamento do lixo.
12. AR, ÁGUA, SOLO E ALIMENTOS SEM CONTAMINAÇÃO.
Pela educação ambiental. Pela medicina preventiva e integral.
13. DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.
Fim do monopólio das concessões de canais de rádio e TV.
14. TRANSPARÊNCIAS DAS INFORMAÇÕES.
Direito dos cidadãos de a isso a todas as informações que lhe dizem respeito.
15. FIM À TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL, SEXUAL, RELIGIOSA OU IDEOLÓGICA.
16. DESCENTRALIZAÇÃO DA ECONOMIA.
17. RECONHECIMENTO DAS NAÇÕES INDÍGENAS COMO CULTURAS AUTÔNOMAS COM TERRITÓRIOS PRÓPRIOS.
Demarcação das terras indígenas e fim das licenças para mineração nestas áreas.
18. PELA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA, JUSTA, PACÍFICA E ECOLOGICAMENTE VIÁVEL, QUE RESPEITE AS GERAÇÕES FUTURAS.

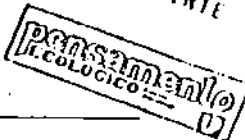
CIEC - LISTA VERDE

LISTA VERDE



OCTUBRO 86 2

CIEC - COORDENAÇÃO INTERESTADUAL DE ECOLOGISTAS PARA A CONSTITUINTE



APOIO Boletim Informativo PENSAMENTO ECOLÓGICO Caixa Postal 6984 CEP 01051 SÃO PAULO

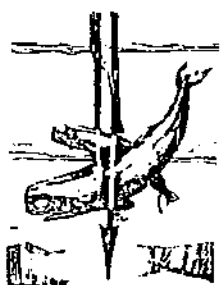


O OBJETIVO DE SER DIFERENTE.

SOS



FLORESTAS BRASILEIRAS



ENERGIA NUCLEAR



BOMBA ATÔMICA

CONSTITUINTE ECOLÓGICA

5a. REUNIÃO DA CIEC.
RIO DE JANEIRO, 7 DE SETEMBRO DE 86.

Companheiros Ecologistas.

Realizou-se no RJ, nos dias 6/7 de setembro passado, a 5a. Reunião da CIEC-LISTA VERDE.

O processo de articulação nascido em novembro de 85 dando origem à CIEC, avançou mais um passo na concretização dos objetivos a que se propôs. Definimos o "MANIFESTO DA LISTA VERDE" e uma relação de dezoto pontos básicos como norteadores e unificadores das nossas lutas.

Dificuldades econômicas têm impedido a ampliação de nossas articulações com outros Estados, mas mesmo assim, a avaliação desse quase um ano de trabalho é extremamente positiva. Conseguimos fechar uma Plataforma Ecológica que sintetiza nossas discussões nesse período, e a Coordenação Executiva da CIEC já está recebendo os nomes dos candidatos, democraticamente indicados pelas entidades em cada Estado.

Buscando expressão em diferentes partidos e agindo de forma democrática e articulada, os ecologistas estão de fato ocupando seu espaço no cenário político brasileiro. Ainda que convivendo com diferenças quanto a questão do partido, é impossível esconder o surgimento dos Verdes como corrente política no Brasil. Até o momento, temos sabido administrar nossas diferenças, fazendo avançar a definição de nossos contornos políticos, bem como cristalizando no trabalho da CIEC, um nível de articulação interestadual até então inviável no Movimento Ecológico, Pacifista e Alternativo.

A Coordenação Executiva da CIEC, no sentido de dirimir quaisquer dúvidas, reafirma o caráter suprapartidário da LISTA VERDE e que, constatarão da relação de candidatos a ser publicada apenas os candidatos NATOS, ou seja, militantes ecologistas-pacifistas saídos dos quadros

do movimento e/ou parlamentares vinculados as nossas lutas, em ambos os casos, indicados pelas entidades. Os candidatos ALIADOS só constarão da LISTA VERDE, nos Estados onde não hajam candidatos NATOS.

Esclarecemos ainda que, a existência de articulações pró-Partido Verde em alguns Estados, não implica em que os candidatos indicados sejam apenas o(s) do PV. A coordenação apela aos companheiros dos Estados onde tenha havido equívoco na interpretação dos critérios indicados pela CIEC, que revejam suas posições e, através do debate fraterno e democrático, cheguem a posições em comum, tendo como referência os documentos da CIEC.

PREOCUPAÇÃO IMPORTANTE

Na reunião do Rio de Janeiro, foi ainda levantada por alguns companheiros, preocupações quanto a um problema crônico em nosso Movimento, que diz respeito a necessidade de avançarmos na discussão sobre a definição do QUE É UMA ENTIDADE e sobre os CRITÉRIOS DE DELEGAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO. A heterogeneidade de formas de organização e atuação, a inexperiência política dos militantes do nosso Movimento e a indefinição quanto a esses pontos podem gerar graves distorções na condução de liberações de instâncias gerais que podem acabar expressando a posição de indivíduos e não das entidades que dizem representar.

CARTAZ UNIFICADO

Foi deliberado também, que deverá ser publicado um cartaz (100 mil exemplares), tamanho tablóide, impresso em verde sobre fundo branco, no qual deverá constar: FACE A - ou de

...to... da... política; FALC B - O Manifesto da LISTA VERDE e os nomes dos candidatos indicados pelo MOVIMENTO. Esse cartaz deverá ser financiado pelos candidatos e pelas entidades, sob critérios a serem comunicados após o levantamento de custos. A Coordenação aguarda o levantamento de preços que os companheiros ficaram de fazer nos Estados.

MOBILIZAÇÕES

Por fim, foi discutida a questão do calendário de mobilizações. Restam nos duas datas do calendário proposto, que estão sendo reafirmadas, mas com uma alteração quanto a manifestação que ocorreria na fronteira com a Argentina.

**16 DE OUTUBRO
DIA MUNDIAL DA
ALIMENTAÇÃO**

Em cada Estado, as entidades devem impulsionar mobilizações, centradas na luta CONTRA OS ACROTÓXICOS, principalmente em vista da possibilidade de retrocesso nas conquistas do movimento, através da aprovação de lei federal, ora tramitando no Congresso, e que, poderá anular as legislações estaduais em favor dos interesses das multinacionais.

**24 e 25 DE OUTUBRO
SEMANA MUNDIAL PELA PAZ**

Essa manifestação que deveria ocorrer na fronteira com a Argentina teve seu local modificado em vista

da solicitação dos ecopacifistas argentinos de adiá-la para o próximo ano. Para não perder a data e o potencial de mobilização, principalmente após a revelação das informações sobre o Programa Nuclear Paralelo, a CIEC está convocando a manifestação para o Rio de Janeiro. A manifestação deverá constar de programação cultural que inclui um grande "show musical" com a presença de artistas de projeção nacional (Rita Lee, Ney Matogrosso e outros); uma caravana ecopacifista que atravessará o Rio rumo à Angra dos Reis, onde haverá uma cerimônia na qual a cidade será declarada irmã de Hiroshima. Deverão estar presentes, uma vítima da bomba, bem como representantes do movimento ecopacifista internacional. Após, será feita uma corrente humana em que milhares de pessoas cercarão a Usina Angra I.

As entidades e comitês de candidatos devem organizar caravanas estaduais, fretando ônibus e fazendo manifestações nas respectivas cidades, para ocupar espaço na imprensa, criando fatos políticos em torno da par-tida das caravanas.

Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (021) 293.0442, com o companheiro Frederico Fullgraf.

Saudações Ecológicas!
PAULO G.M. MOURA
Coord. Executivo
CIEC - LISTA VERDE

**VOTE
LISTA
VERDE**

**PENSAMENTO
ECOLÓGICO**

**C BOLETIM PENSAMENTO ECOLÓGICO NO SEU
Nº 23 VAI TRATAR DA POLÍTICA DOS "VERDES" NA
EUROPA E SUA INFLUÊNCIA NO MOVIMENTO AMBIEN-
TALISTA BRASILEIRO.
ÚNICA PUBLICAÇÃO TEÓRICA SOBRE ECOLÓGISMO
• ASSINATURA DO Nº 21 À 30 - CZJ 100.00
CAIXA POSTAL 6984 CEP 01051 - SÃO PAULO.**

NOTA 1 - MEMÓRIA

A Coordenação da CIEC-LISTA VERDE, com a colaboração do Boletim Informativo PENSAMENTO ECOLÓGICO, tomou para si a responsabilidade de registrar a memória da campanha eleitoral da LISTA VERDE. Para tanto, estamos solicitando às entidades, militantes e comitês eleitorais de candidatos ecologistas, que remetam-nos informações, cartazes, folhetos, decalcos, "bottons", símbolos de campanha e cópias de todo o material de promoção dos candidatos ou de atividades promovidas pelas entidades, relativas às eleições de 86 (Constituintes, Assembleias e cargos majoritários).
Enviar para: PENSAMENTO ECOLÓGICO-Caixa Postal 6984 cep 01051 S.PAULO.

NOTA 2 - COORDENADOR DA CIEC SEGUE PARA O RIO DE JANEIRO

Devido ao indeferimento pela Justiça Eleitoral da candidatura de VALDO FRANÇA-Federal PT/SP, à qual Paulo G.M.Moura estava vinculado profissionalmente(a Executiva do PT/SP extraviou sua ficha de filiação !??), o coordenador Executivo da CIEC segue para o Rio de Janeiro para trabalhar na organização da manifestação de Angra, devendo lá permanecer até a data das eleições.

Nesse sentido, a correspondência com os nomes da LISTA VERDE deve ser enviada para o PENSAMENTO ECOLÓGICO, em nome de Luiz Carlos de Barros.

Os contatos com Paulo G.M.Moura poderão ser efetuados pelos telefones (021) 246:5521 ou (021) 293,0442, ou ainda para correspondência, no seguinte endereço: Rua Getúlio das Neves, 56 apt. 103 Jdm Botânico(22.461) Rio de Janeiro.

A APEDEMA - ASSEMBLÉIA PERMANENTE DE ENTIDADES EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO, apresenta sua "LISTA VERDE", ou seja, a relação de candidatos a deputados estaduais e federais (que serão constituintes) que manifestaram, através de seu trabalho no passado, uma legítima preocupação com a preservação da PAZ e do MEIO AMBIENTE, e com uma MELHOR QUALIDADE DE VIDA.

ELEITOR : escolha-os de acôrdo com a sua preferência partidária pessoal. NOSSA LUTA É SUPRAPARTIDÁRIA.



			<u>DEPUTADOS</u>	<u>ESTADUAIS</u>	
Nome do candidato	Partido	Número	Atividades/Currículo		
1. Aloysio Nunes Ferreira	PMDB	15.219	É Deputado Estadual. Foi criador e Presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Autor de Emenda à Constituição Paulista que preserva a Serra do Mar, de Projeto de Lei que estabelece normas e diretrizes para zoneamento industrial, e de Moções propondo a criação do Ministério do Meio Ambiente e pedindo que se estabeleça em lei a qualidade de vida como um direito do cidadão. Tel.: (011)255.1306 289.5790 834.2997		
2. Ataíde Ribeiro (Tietê)	PDT	12.126	É Vereador. Formado em Economia e Sociologia. Atua principalmente em Santana do Paraíba, tendo como maior bandeira de luta a despoluição do rio Tietê. Tel.: (011)424.2636		
3. Bergamo Pedrosa	PT	13.221	É Vereador. Advogado, atua no Vale do Paraíba. Autor da Lei Municipal que criou a cadeira de Educação Ambiental nas escolas de São José dos Campos, desenvolveu intensa atividade parlamentar em defesa do ambiente. Membro da Sociedade Amigos da Mantiqueira, é fundador e Conselheiro do Grupo Consciência Ecológica. Tel.: (0123)22.3244 22.6566		
4. Cláudio Duarte	PSB	40.273	Participação ativa no movimento alternativo. Tem promovido eventos ecológicos. Tel.: (011) 36.4492		
5. Eder Sader	PT	13.177	Professor de Sociologia na USP, é membro da Secretaria de Movimentos Populares do PT. Participou de experiências de auto-organização de moradores da periferia de Santiago (Chile, 1971) Editor da revista "Desvios". Divulgador do movimento alternativo. Tel.: (011)314.3553		
6. Ernesto Zwarg Júnior	PSB	40.102	É Vereador e Professor. Ambientalista há vários anos, desenvolve a maior parte de suas atividades na Baixada Santista e Litoral Sul, sendo um lutador intransigente contra a instalação de usinas nucleares no Estado e contra a especulação imobiliária. Defensor do patrimônio histórico e paisagístico, iniciou a campanha pela preservação das serras da Jureia e dos Itatins. Representante eleito por entidades ambientalistas junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente. Tel.: (0132)92.1202		
7. Gastão Gonçalves	PMDB	15.155	Biólogo e ativista. Coordenador científico do Movimento Arte e Pensamento Ecológico. Adepto e defensor de posturas e soluções alternativas. Tel.: (011)223.3533		
8. Maria do Carmo Thomaz Piunti	PMDB	15.189	É Vereadora e ativista. Advogada, tem atividades desenvolvidas na região de Itú. Luta contra o depósito de lixo atômico naquele município. Realizou inúmeros trabalhos dentro da Prefeitura local por uma melhoria da qualidade de vida e em defesa de "minorias" raciais. Tel.: (011)482.3511 482.6756		
9. Mauro Leonel	PT	13.110	Antropólogo. Defensor dos índios e dos seringueiros, tem promovido intensa luta pela preservação da Amazônia e apresentado propostas de reservas indígenas. Tel.: (011)211.2087		

10. Rossine Canargo Guarnieri	PDT	12.177	Ativista, escritor e poeta. Ex-Coordenador da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente no Estado de São Paulo. Pacifista histórico, luta por melhores condições ambientais. Tel.: (011)241.4990
11. Rubens Lara	PMDB	15.146	É Deputado Estadual. Advogado e Professor universitário. Participou do Movimento de Defesa da Amazônia (em Santos). Foi membro da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e relator das Comissões Especiais de Inquerito contra as usinas nucleares no Litoral Sul e contra a poluição em Cubatão. Autor do Projeto de Lei que cria a Estação Ecológica Juréia/Itatins. Tel.: (011)237.3061 e (0132)35.5007 35.5353
12. Tonico Ramos	PMDB	15.121	Pacifista, luta pela preservação do meio ambiente nas regiões de Araras e Ccua. Tel.: (011) 533.4812 (0195)41.1604 e 41.2111
13. Waldir Trigo	PMDB	15.181	É Deputado Estadual. Médico e ex-Prefeito de Sertãozinho. Membro da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, é autor de Projetos de Leis tornando obrigatório o uso de equipamentos de proteção no transporte de cargas perigosas, tombando a sede da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, restringindo atividades industriais na Bacia do rio Pardo e denominando de "Augusto Ruschi" a Reserva Ecológica de Sertãozinho. Tel.: (011)884.1317
14. Walter Lazzarini	PMDB	15.107	Ativista. É Deputado estadual e Engenheiro Agrônomo. Tradicional militante em defesa do ambiente. É autor da Lei de controle do comércio e uso de agrotóxicos e de Projeto de Emenda à Constituição do Estado proibindo a instalação de usinas nucleares no território paulista. Membro da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e solicitado debatedor da questão ecológica. Tel.: (011)894.4209 8841122R.639
15. Vanderley Macris	PMDB	15.202	Deputado Estadual e Advogado. Autor de Lei que protege a Bacia do rio Piracicaba, de Lei que torna obrigatória a publicação na imprensa de autorizações de desmatamento (permitindo a fiscalização popular), de Lei que obriga a manutenção de áreas arborizadas nas margens das rotas viárias; de Projeto de Lei restringindo a ampliação de indústrias poluentes na Bacia do rio Moggi-Guaçu; de Projeto de Lei que disciplina o transporte de cargas perigosas e tóxicas; de Projeto de Lei que obriga a manutenção de matas ciliares em rios, correços e lagos. Membro da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, lutou pela agilização dos trabalhos de recuperação da Serra do Mar (em Cubatão) e em defesa do Parque do Alto Ribeira (PETAR). Tel.: (011)283.3592 8844014

DEPUTADOS FEDERAIS

1. Carlos Fernandes	PSB	4.083	Luta por uma melhoria da qualidade de vida na Baixada Santista. É Secretário da Associação das Entidades Ecológicas e de Defesa Ambiental da Baixada Santista. Tel.: (0132) 34.0000
2. Fabio Feldmann	PMDB	1.566	Ativista. Presidente da OIKOS=União dos Defensores da Terra, tem desenvolvido intensa luta anti-nuclear. Advogado de vítimas da poluição de Cubatão, Água Funda e Samaritã. Coordena a Sub-Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil. Tem desenvolvido campanhas em defesa do Pantanal e região lagunar de Cananeia/Iguape, bem como tem combatido o uso indevido e criminoso de agrotóxicos. Presidente da Fundação S.O.S.-Mata Atlântica, assessora jurídica

3. Flávio Bierrenbach	PMDB	1.567	mente à APEDEMA. Membro da Comissão de Redação do documento "Política Ambiental da Nova República", para Tancredo Neves. Tel.: (011)863.1195
4. Geraldo Siqueira	PT	1.345	É Deputado Federal e Advogado. Pacifista, desenvolve intensa luta anti-nuclear. É autor de Projeto de Lei em defesa das baleias anterior ao atual, em tramitação no Senado. Propôs Emenda à Constituição do Estado vetando a instalação de usinas nucleares no Estado de São Paulo. Tel.: (011)852.6231
5. Irede Cardoso	PT	1.353	Deputado Estadual e Geógrafo. Membro da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, organizou a discussão sobre os riscos e poluição das refinarias e oleodutos da Petrobrás, fez a denúncia e convocou os Secretários de Estado, CETESB e órgãos responsáveis pela situação da Serra do Mar (em Cubatão), denunciou os depósitos de lixo industrial clandestinos no Estado (especialmente Paulínia e São Vicente). Apresentou pedidos de informações sobre fabricação e transporte de produtos tóxicos e perigosos, lixo industrial, uso de agrotóxicos, situação da Serra do Mar em Cubatão, participação de órgãos públicos estaduais no projeto nuclear civil e bélico brasileiro, situação das instalações da Petrobrás no Estado. Autor da Lei que protege florestas heterogêneas primárias em terras de propriedade do Estado. Luta pela unificação dos Códigos mineral, florestal e de águas e seu aprimoramento, pela preservação do Atol das Rocas e de Fernando de Noronha, pela paralisação do programa nuclear brasileiro e discussão aberta da questão. Tel.: (011)210.6042 884.2857
6. Marcio Santilli	PMDB	1.508	É Vereadora. Integrante da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal, é defensora de projetos relativos à questão ecológica, aos direitos humanos e à paz. Tel.: (011)239.1438
7. Mário Innocentini	PTB	1.480	É Deputado Federal. Ardoroso defensor da causa indígena, luta pela demarcação das terras e pela melhoria de condições de vida dos índios brasileiros. (011) 549.9812
8. Waldemar Saffioti	PDT	1.251	Tem estimulado a criação de grupos alternativos e de "fiscais da natureza" em vários municípios. Editor da revista "Vida e Cultura Alternativa" e do "Jornal do Parque". Criou, no PTB, o Grupo Trabalho e Ecologia. Tel.: (011)221.8946
			Químico. Luta contra as usinas nucleares e a queima da palha nos canaviais. Militante histórico do movimento ecológico, é fundador da Sociedade de Ecologia e Meio Ambiente da Região de Araraquara. Tel.: (0162) 32.2314 e 22.2772



Assombléa Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
Caixa Postal 55237 - CEP 04799 - São Paulo - SP - Brasil

Itapecirica da Serra, SP, 19 e 20/04/86

Companheiros Ecologistas:

A 3ª Reunião da CIEC marcou um salto qualitativo no processo de intervenção dos ecologistas brasileiros para as eleições ao Congresso Constituinte. Podemos dizer, sem sombra de dúvidas, que o organismo criado pelo nosso movimento para coordenar as iniciativas da Campanha para a Constituinte, avançou na sua consolidação. Cerca de sessenta pessoas, em dois dias de debates, em contato direto com a natureza, conseguiram chegar ao consenso, dispensando votações em torno das questões que dizem respeito a Lista Verde.

Demonstrando flexibilidade política diante de seu próprio processo de construção, e agregando aspirações surgidas pela discussão, trazidas por companheiros que vêm se somando ao nosso trabalho, a 3ª Reunião decidiu que passam a ser os seguintes, os critérios para ingresso na LISTA VERDE:

- A. Histórico de participação do candidato no Movimento Ecologista, referenciado pelos movimentos regionais, conforme especificidade de cada Estado. A coordenação da CIEC solicita que os nomes dos candidatos indicados para compor a LISTA VERDE sejam trazidos à coordenação pelos representantes estaduais à CIEC, em documento assinado por organismos ou instâncias do Movimento em cada Estado (p/ex.: APEDEMAS/RJ e SP, ou Encontros e Congressos Estaduais de entidades), não devendo pairar quaisquer dúvidas quanto ao caráter movimentista e transpartidário das indicações.
A coordenação solicita ainda, que o mesmo procedimento seja adotado para os companheiros indicados para representar os estados na CIEC, ressaltando a importância de que tais companheiros tenham acompanhamento sistemático dos trabalhos da CIEC.
- B. O Compromisso com a Plataforma Ecologista deverá ser assumido em debate público, divulgado pelos meios de comunicação e gravado em vídeo e/ou áudio;

Com isso, compromissos financeiros e de composição de gabinetes parlamentares são de exclusiva competência e autonomia dos movimentos estaduais com os respectivos candidatos indicados.

Foi ainda, reafirmado o Calendário de Mobilizações já divulgado anteriormente. Aproveitamos mais uma vez para relembrar as datas:

05/06 - DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE/DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A POLUIÇÃO INDUSTRIAL

06/08 - ANIVERSÁRIO DA BOMBA DE HIROSHIMA

09 e 10/08 - ANIVERSÁRIO DA BOMBA DE NAGASAKI

1ª MANIFESTAÇÃO INTERNACIONAL DOS MOVIMENTOS ECOPACIFISTAS LATINO AMERICANOS

Obs.: Por insitência dos companheiros argentinos, essa manifestação foi transferida de local, passando para a feira da Argentina com o Estado do Paraná,

21/09 - DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA AMAZONIA, DE NOSSAS FLORESTAS E ECOSISTEMAS ESPECÍFICOS DAS REGIÕES DO BRASIL
DIA DA ÁRVORE

16/10 - DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

DIA NACIONAL DE LUTA POR UMA REFORMA AGRÁRIA ECOLÓGICA QUE RESPEITE RESERVAS INDÍGENAS E NATURAIS

Foi sugerido que se marcasse mais uma data de mobilizações a nível nacional, mais próximo das eleições, a coordenação solicita que os companheiros tragam propostas concretas já na próxima reunião.

O companheiro Fábio Feldman, através da Comissão de Meio Ambiente da OAB/SP, ficou encarregado de sistematizar as teses a serem defendidas pelos ecologistas eleitos, para a nova Constituição

Foi formada uma Coordenação Executiva da CIEC, composta por: Paulo G. M. de Moura, Celso Petrillo e Fernando Fernandes.

Os companheiros Fábio Feldman e Roberto Lenox, ficam encarregados de efetuarem contatos nas regiões Nordeste e Norte, respectivamente.

Decidiu-se ainda que candidatos majoritários poderão constar na LISTA VERDE, dentro dos mesmos critérios já apontados para as candidaturas proporcionais.

Considerando-se que não ocorreu a Reunião Extraordinária da CIEC, proposta para o dia 02/05 em Belo Horizonte, a coordenação, através de consultas informais, decide convocar a 4ª Reunião da CIEC para os dias 21 e 22 de junho em Brasília. Maiores informações serão divulgadas posteriormente.

Proposta de Pauta:

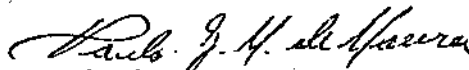
21/06 - Campanha Política, propaganda, eventos, símbolos, publicações e questões afins;

- Campanha Financeira;
 - Formação da LISTA VERDE;
- 22/06 - Plataforma Ecologista - Indica-se o documento OS VALORES ECOLOGISTAS apresentado pelo MEL de Florianópolis no 1º Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas Autônomas, como uma referência para a discussão. Quem possuir outras contribuições à discussão, é favor enviar por escrito à coordenação antes da próxima Reunião.

Por fim, o companheiro Gustavo G. L. Chauvet, fica indicado como referência para contatos em Brasília, sobre que diz respeito a organização da próxima reunião da CIEC.

Quaisquer informações sobre a CIEC, podem ser obtidas com Paulo G. M. de Moura (Av. São Gabriel, 625 ap.112 CEP.: 01435, Fone: (011)2821589 ou Pç da República, 419 3º andar CEP.: 01045 Telef: (011)2233533), ou com Celso Petrillo (Ação Ecológica CxPost 11.069 -SP).

SAUDAÇÕES ECOLOGISTAS


Paulo G. M. de Moura
Coord. Exec. CIEC

OS VALORES ECOLOGISTAS

1) Relação equilibrada entre o homem-mulher e a natureza

As sociedades contemporâneas baseiam-se numa relação predatória de conquista e manipulação com a natureza. Os ecologistas pretendem uma relação equilibrada, harmoniosa e integrada com a natureza, reconhecendo de que nossa vida como espécie depende do respeito profundo pela natureza. Sentimo-nos parte da natureza e não a cima dela como é o sentimento inspirado pelas sociedades industriais centralizadas (capitalista ou socialista).

2) Relações igualitárias no interior da Sociedade Humana

Nós ecologistas, somos contrários a exploração do homem pelo homem. O capitalismo está regido pela lógica do lucro colocando a grande maioria da população ao serviço do processo de valorização do capital. Estamos a favor de uma sociedade regida pelo princípio da satisfação das necessidades materiais (básicas) e espirituais: a economia ao serviço dos seres humanos e não os seres humanos a serviço da economia. Somos a favor de uma distribuição igualitária da riqueza material, respeitando a diversidade e singularidade das pessoas e grupos.

3) Democracia Radical

Somos a favor de uma distribuição igualitária e diversificada do poder político através dos mecanismos de democracia participativa. Questionando as instituições do autoritarismo vamos além da institucionalidade da democracia liberal, pautado pelo princípio da representação. Acreditamos que é necessário complementar e aprofundar os mecanismos da democracia representativa (princípio de representação do cidadão pelo seu representante no executivo, parlamento, etc), utilizando mecanismos de democracia direta (assembleias barriais, distritais e por lugar de trabalho; referendos por iniciativa popular; movimentos sociais autônomos dos partidos políticos).

4) Ecodesenvolvimento

Questionamos o desenvolvimento materialista, crescimento ilimitado da produção material baseado na depredação sistemática da natureza e na criação permanente de novas necessidades de consumo material (consumismo). Este desenvolvimento materialista tem seu eixo na grande cidade onde centraliza-se de modo perigoso os sistemas produtivos, aglomeram-se inumanamente a população e concentra-se o poder político-administrativo. Os ecologistas latino-americanos são favoráveis a um processo de desenvolvimento que respeite a natureza

através da utilização de tecnologias de baixo impacto ambiental, evitando-se os grandes empreendimentos, descentralizando-se o processo civilizatório. A unidade de vida dos ecologistas é a micro-região, constituída por uma ou mais cidades de pequeno ou médio porte que conseguem auto-suficiência alimentar utilizando as áreas rurais adjacentes e fontes locais de energias não poluidoras. O ecodesenvolvimento implica agricultura ecológica, indústrias descentralizadas e de baixo impacto ambiental e serviços cooperativizados baseados na ajuda mútua e evitando a burocratização.

No modelo de ecodesenvolvimento existem 3 tipos de propriedade dos meios de produção: a pequena propriedade privada, a propriedade cooperativa e a propriedade estatal. O modelo de ecodesenvolvimento rejeita a grande propriedade privada, cooperativa ou estatal, na medida em que elas são fontes de exploração econômica e concentração de poder político-administrativo.

Somos favoráveis a criação de uma economia verde informal, como mecanismo de um processo de transição que aponte a instauração de uma sociedade do ecodesenvolvimento. Essa economia verde baseia-se nos seguintes princípios: produção para o auto-consumo, produção para a troca, produção para o mercado local, cooperativismo que implique uma participação direta dos clientes (nova relação comprador-vendedor).

5) Não-violência ativa

Somos radicalmente contrários a utilização da violência desde a escala mais micro-social (relação homem-mulher, pai-filho) até a escala planetária (guerra entre países). Somos favoráveis a utilização da metodologia Gandhiana da não-violência ativa: desobediência civil, greve pacífica, boicote, desarmamento psicológico do repressor. Somos favoráveis a políticas de defesa defensiva ao nível dos países: substituição da defesa militar violenta pela defesa civil não-violenta. O Militarismo é o principal problema do mundo contemporâneo: acumulação de armas atômicas capazes de destruir 100 vezes a vida no planeta, alocação de fabulosos recursos em indústrias bélicas, criação de uma psicologia social paranóica que incentiva os gastos militares, subordinação da pesquisa científica e tecnológica às necessidades militares. Caso houvesse uma redução drástica dos gastos militares do mundo, poderiam ser resolvidos, em 1 ano, os gravíssimos problemas de fome, saúde, analfabetismo e moradia dos 2/3 da humanidade que vive na pobreza absoluta.

6) Feminismo

Somos radicalmente contra o machismo, contra todas as formas de dominação das mulheres pelos homens. A sociedade patriarcal é

produtora e reprodutora da personalidade autoritária. A passagem da personalidade autoritária para a personalidade democrática, fundamental para construção de uma democracia participativa, requer um combate sistemático ao patriarcalismo. Assumimos como próprias todas as lutas dos movimentos feministas. Somos favoráveis ao desenvolvimento do feminino interior que está presente reprimido nos homens e do masculino interior que está presente reprimido nas mulheres, na direção da construção de uma cultura andrógena, ainda que mantendo a diferenciação sexual. Contudo, somos favoráveis a livre expressão das minorias homossexuais feminina e masculina.

7) Descentralização e autogestão: Somos favoráveis a descentralização dos lugares de moradia e de produção, criando novo espaço público de comunicação normativa que substitua o atual espaço público verticalizado e heteronomizante da cultura de massas. A praça pública do bairro, do distrito da cidade são espaços nos quais as pessoas poderiam discutir e decidir em comum seus destinos, fugindo da troca de favores, do clientelismo das lideranças carismáticas autoritárias (ainda que reconhecemos o valor favorável do carisma democrático). Somos a favor da autogestão em todos os lugares de trabalho (fábricas, escolas, hospitais, etc): A participação de todos devem fazer-se respeitando (não mitificando) o princípio da competência técnica. Os ecologistas são contrários a um tipo de anti-autitarismo espontâneo que despreza a competência técnica.

8) Cotidiano alternativo e criativo

Somos contrários ao modo de vida burguês (trabalho não manual exclusivo, conforto material excessivo, privatismo e alta previsibilidade) e ao modo de vida químico circense (consumo elevado e indiscriminado de álcool, tranquilizantes, tabaco, açúcar, drogas, alimentos tratados quimicamente, televisão, expectadorismo esportivo). Somos favoráveis a um cotidiano criativo que implique: combinar o trabalho manual com o não-manual, viver em contato com a natureza, redes comunitárias, estilo de vida que deixe áreas de incerteza, consumo moderado de álcool, televisão, etc..., realização sistemática de exercícios físicos, caminhar, andar de bicicleta (reduzir o uso de transporte mecânico), elevar a capacidade de gozo do corpo através de uma sexualidade espiritualizada, comida sã, equilibrada, proveniente de agricultura ecológica.

9) Flexibilidade e abertura no pensar e agir

A força do movimento ecologista está na sua confiança (não ingenua e evitando idealizações) na população, seu pluralismo e sua imaginação. O movimento ecologista acredita nas pequenas unidades e adota isto como sua estrutura organizacional e conceitual: se estrutu-

ra como uma federação de movimentos locais. De modo a estrutura é portadora de uma mensagem. Os ecologistas não acreditam em soluções rígidas e definitivas para os diversos problemas. Temos que atacar ao mesmo tempo as causas profundas e as manifestações superficiais dos problemas, com imaginação. É possível produzir a mudança através do impacto acumulativo de pequenas mudanças em vários fatores ao mesmo tempo, e isto pode ser logrado de melhor maneira por movimentos coordenados de forma laxa, cada um trabalhando num canto diferente da sociedade.

Consideramo-nos prioritariamente, habitantes do planeta terra, por isso pensamos globalmente, porém o pensar global somente adquire um sentido concreto na medida em que se age localmente. Pensar globalmente, agir localmente é um princípio fundamental do ecologismo.

10) A Autonomia do Movimento Ecológico

Os ecologistas organizam-se em coletivos pequenos e médios, de 5 a 50 pessoas, que por sua vez constituem redes (função de comunicação rápida e troca direta de experiências e encontros periódicos) ou federações de coletivos (organização doce com sede rotativa e revezamento frequente dos dirigentes). O coletivo ecologista reúne-se normalmente através de uma periodicidade que permite criar um espaço de comunicação normativa, uma troca rica das diversas singularidades subjetivas envolvidas. Geralmente a periodicidade da reunião do coletivo é semanal podendo chegar a ser bi-semanal no caso dos grupos mais desenvolvidos ou quinzenal no caso de grupos mais laxos.

O movimento ecológico se define como autônomo diante do Estado (município, Estado e União) e qualquer um de seus aparelhos e agências; assim como também é autônomo dos partidos políticos, as empresas e as associações de categorias profissionais e sindicatos. O movimento ecológico é transpartidário no sentido de que nele podem participar membros dos diversos partidos desde que honestamente (não com fins de entrismo) comprometidos com a causa ecológica. O movimento ecológico é predominantemente extraparlamentar, porém considera o parlamento como um espaço institucional apto para sua expressão. Essa entrada no parlamento (Câmaras de Vereadores em primeira instância, Assembleia Legislativa em segunda instância e Congresso federal em terceira instância) pode ser feita através da candidatura de membros do movimento ecológico nos partidos tradicionais mais sensíveis a causa ecológica ou através da criação de partidos ecologistas. A criação de partidos ecologistas somente é frutífera quando é produto de um movimento denso, qualitativo e quantitativo. Embora autônomo do Estado e dos partidos políticos o movimento ecológico tenta influenciar o máximo possível a estes, na direção de uma ecologização da cultura política. O movimento ecológico apóia a presença de membros de seus coletivos nas instituições estatais vinculadas a proteção do meio ambiente.

ente, sempre que essa presença não comprometa a autonomia do Movimento. A autonomia, como marco fundamental da atuação do movimento ecológico, define um conjunto de atitudes e práticas que implicam equilíbrio, firmeza e flexibilidade para evitar cair seja no isolacionismo ou seu perigo oposto, o atrelamento aos poderes estatais e sociedades dominantes.

MEL - Movimento Ecológico Livre CA POSTAL 5011 - FLORES - SC

Uma alternativa ecológica em Flor

5. → DESOBEDIÊNCIA CIVIL
10. → SAÚDE - SISTEMA ALTERNATIVO
11. → LUTA PLANETÁRIA (NÃO REGIONALISMO E NACIONALISMO) (ACUSADO)

Bibliografia Citada

ANTUNIAZZI, Maria Helena

1989 - O Movimento Ambientalista em São Paulo: uma análise sociológica de um movimento social urbano, Textos CERU, 2ª série, nº2

AUTHIER, Jaqueline

1982 - La Mise en Scène de la Communication dans des Discours de Vulgarisation Scientifique, in Langue Française, nº53, p.34-47

1985 - Dialogisme et Vulgarisation Scientifique, in Discoss, p.117-122.

BAHRD, Rudolf

1984 - From Red to Green, London, New Left Books.

BENVENISTE, E.

1976 - Problemas de Linguística Geral, São Paulo, Ed. Nacional.

BELLAH, Robert

1985 - Habits of the Heart, New York, Harpes & Row publishers.

BOSCHI, Renato

1986 - "A Abertura e a Nova Classe Média na Política Brasileira: 1977-1982" in Dados, Rio de Janeiro, v.29, nº1

1982 - Movimentos Coletivos no Brasil Urbano, Rio de Janeiro, Zahar

BOURDIEU, Pierre

1983[1972] - "Esboço de uma Teoria da Prática", in ORTIZ, Renato (org.) - Pierre Bourdieu, São Paulo, Ática.

BUSKLIN, Wilhem

1985 - "The German Greens. The Pos-industrial non-established and the Party System" in International Political Science Review, v.6, nº4, outubro

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite

1982 - "Duas Faces de uma experiência" in Novos Estudos CEBRAP, vol. nº 2, São Paulo, abri, p.53-58

1983 - "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico" in: Sociedade e Política no Brasil Pós 64, Almeidaet Sorj (org.), São Paulo, brasiliense, p.213-239.

COHEN, Abner

1978 - O Homem Bidimensional, Rio de Janeiro, Zahar.

COHN-BENDIT, Daniel

1987 - Nós que Amávamos Tanto a Revolução, São Paulo, Brasiliense

COHN-BENDIT, D. e CASTORIADIS, C.

1980 - Da Ecologia à Autonomia, São Paulo, Brasiliense

COURTINE, Jacques

1982 - "Definition Dorientation Theoriques et Contruction de Pro-
cedures en Analyse du Discours" in Philosophiques, vol.IX, nº2, oc-
tobre.

CUNHA, Manuela Carneiro da

1979 - "Etnicidade: Da Cultura Residual mas Irredutível" in Revista
de Cultura e Política, CEDEC, ano 1, nº1, agosto.

DA MATTA, Roberto (org.)

1983 - Edmund Leach, São Paulo, Atica, coleção Grandes Cientistas
Sociais.

1987 - Relativizando - uma introdução à antropologia social, Rio de
Janeiro, Rocco.

DOUGLAS, Mary

1976 - Pureza e Perigo, São Paulo, perspectiva.

DUMONT, Louis

1985 - O Individualismo, Rio de Janeiro, Rocco

DUPUY, Jean-Pierre

1980 - Introdução à Crítica da Ecologia Política, Rio de Janeiro,
Civilização Brasileira

DURHAM, Eunice

1984a - "Cultura e Ideologia" in: Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.27, nº 1, p.71-89

1984b - "Movimentos Sociais, a Construção da Cidadania" in: Novos Estudos CEBRAP, nº 10, São Paulo, outubro, p.24-30.

1977 - "A Dinâmica Cultural na Sociedade Moderna" in: Ensaio de Opinião, vol. 4, Rio de Janeiro, p.32-35

EVERS, Tilman

1983 - "De Costas para o Estado, Longe do Parlamento" in: Novos Estudos CEBRAP, vol.2, nº 1, São Paulo, abril, p.25-39

1984 - "Identidade: A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais" in: Novos Estudos CEBRAP, vol. 2, nº 4, São Paulo, abril, p.11-23

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson

1981 - Movimentos Urbanos no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar

FOUCAULT, Michel

1971 - L'Ordre du Discours, Paris, Gallimard

FRY, Peter

1982 - Para Inglês Ver, Rio de Janeiro, Zahar.

GABEIRA, Fernando

1981 - Entradas e Bandeiras, Rio de Janeiro, Codecri

1986 - Vida e Cultura Alternativa - uma revolução do dia-a-dia,
Porto Alegre, L&PM

1987 - "A idéia de um Partido verde no Brasil" in Pádua, J.A., Eco-
logia e Política no Brasil, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.

GEERTZ, Clifford

1978 - A Interpretação das Culturas, Rio de Janeiro, Zahar

GLUCKMAN, Max

(1987)[1958] - "Análise de uma situação social na Zululândia Moder-
na" in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.)- Antropologia das Sociedades
Contemporâneas, São Paulo, Global

GORTZ, Andre

1978 - Ecologie et Politique, Paris, Seuil

GRAMSCI, Antonio

1984 - Maquiavel, A Política e o Estado Moderno, R.J., Civilização
Brasileira.

1986 - Concepção Dialética da História, R.J., Civilização Brasilei-
ra.

GREGORI, Maria Filomena

1988 - Violência contra a mulher: a prática do SOS Mulher (SP),
Dissertação de mestrado apresentada no conjunto de Antropologia So-
cial, UNICAMP.

GRUPI, Luciano

1980 - O conceito de Hegemonia em Gramsci, RJ, Graal.

GUATARI, Félix,

1990 - As Três Ecologias, Campinas, Papirus.

HABERMAS, Juergen

1987 - "A Nova Intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar So-
cial e o esgotamento das energias utópicas" in Novos Estudos Ce-
brap, nº 18, setembro.

HUBER, Joseph

1985 - Quem deve Mudar Todas as Coisas, Rio de Janeiro, Paz e Terra

JAKOBI, Pedro

1985 - Políticas Públicas de Saneamento Básico e Saúde e Revolução
no Município de São Paulo:1974-1984, Tese de Doutorado, São Pau-
lo, USP

KANTIZZI, Flávio(org.)

1986 - Nova República:um balanço, Porto Alegre, L&PM

KECK, Margareth,

1986 - From Movement to Politics - The Formation of the Workers Party in Brazil, Phd Thesis, New York, Columbia University.

KOWARICK, Lúcio

1987 - "Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: uma análise da Literatura" in Revista da ANPOCS, nº3, v.1

LAGO, Antonio; PÁDUA, José Augusto

1985 - O que é Ecologia, Coleção Primeiros Passos, brasiliense

LAMOUNIER, Bolivar (org.)

1980 - Voto de Desconfiança, Eleições, Mudança Política no Brasil, 1970-1977, Petrópolis, Vozes

1986 - "Partidos Políticos e Sistema Eleitoral" in Textos IDESP, nº13

1986 - 1985: O Voto em São Paulo, São Paulo, IDESP, Col. História Eleitoral 1

1987 - "Perspectiva de Consolidação Democrática: o caso brasileiro" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº4, v.2, Junho

LAMOUNIER, B. e CARDOSO, Fernando Henrique (org.)

1975 - Os Partidos e as Eleições no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra

LASCH, Christopher

1986 - O Mínimo Eu, São Paulo, Brasiliense

1983 - A Cultura do Narcisismo, Rio de Janeiro, Imago.

LACLAU, Ernesto

1986 - "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social", in Revista de Ciências Sociais, v.1, nº2, p.41-47

LEACH, Edmund

1970[1954] - The Political System of Highland Burma, Boston, Beacon Press.

LEBRUN, Gerard

1983 - "O Desmoronamento da Res Pública" in Passeios ao Léu, São Paulo, brasileira

LEVI-STRAUSS, Claude,

1983 - "O Meio Ambiente e suas Representações" in O Olhar Distantiado, Lisboa, edições 70.

1975 - "O Feiticeiro e sua Magia" in Antropologia Estrutural, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p.193.

LUTZEMBERGER, José

1978 - Fim do Futuro: Manifesto Ecológico Brasileiro, Porto Alegre, Movimento

MAFFESOLI, Michel

1987 - O Tempo das Tribos - O declínio do individualismo nas sociedades de massa, Rio de Janeiro, Forense-Universitária.

MAINWARING, Scott; VIOLA, Eduardo

1984 - New Social Movements, Political Culture, and Democracy: Brazil and Argentina in the 1980's, Telos, nº 61, New York, Fall

MAINGUENEAU, O.

1976 - Iniciation aux methods de lanalyse du discours, Hachette.

1989 - Novas Tendências em Análise de Discurso, Campinas, Pontes.

MATTOS, Olgaia

1981 - Paris - 1968 - As Barricadas do Desejo, São Paulo, brasiliense, coleção Tudo é História

MEYERS, M. e MONTES, Maria Lúcia

1985 - Redescobrimo o Brasil: a festa na política, São Paulo, T.A. Queiroz.

MIYAMOTO, Shiguenoli

1980 - "Eleições de 1978 em São Paulo: a campanha" in LAMOUNIER et alli., Voto de Desconfiança, Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970-1977, Petrópolis, Vozes

MOISÉS, José Alvaro (et. alli)

1982 - Cidade, Povo e Poder, Rio de Janeiro, Paz e Terra

MORIM, Edgar

1986 - O Conhecimento do Conhecimento, Publicações Europa-América.

MÜLLER, Regina

1990 - Os Asurini do Xingú: História e Arte, Campinas, ed. Unicamp.

MÜLLER-ROMMEL, Ferdinand

1985 - "The Greens in The Western Europe" in International Political Science Review, v.6, nº4, outubro

NIEMEYER, Ana Maria de

1985 - O Lugar da Pobreza - Moradia e Controle de Espaço na Favela: São Paulo:1972-1977, Tese de Doutorado, São Paulo, USP.

OLIVEIRA, R. C.

1988 - Sobre pensamento antropológico, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

ORLANDI, Eni

1983 - A Linguagem e Seu Funcionamento: as formas do discursos, São Paulo, brasiliense

1986 - O que é Linguística, SP, brasiliense.

1986 - "A Análise de Discurso: algumas observações" in DELTA, vol.2, nº1

1990 - Terra à Vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo, São Paulo, Cortez Editora.

ORTNER, Sherry

1984 - " Theory in Anthropology since the Sixties" in Comparative Studies in Society and History, vol.26, nº1

OSAKABE, Haquira

1979 - Argumentação e Discurso Político, SP, Kairós.

PÁDUA, José Augusto et alli,

1987 - Ecologia e Política no Brasil, Rio de Janeiro, Tempo e Espaço.

1989 - "O Nascimento da Política Verde no Brasil: Fatores Endógenos e Exógenos" , XII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú

PÊCHEUX, M.

1969 - Analyse Authomatique du Discours, Paris, Dunod

1988 - Semântica e Discurso, Campinas, ed. UNICAMP

PINTO COELHO, Cláudio Novaes

1986 - Os Movimentos Libertários em Questão: A Política e a Cultura nas Memórias de Fernando Gabeira, Dissertação de Mestrado, UNICAMP

PONTES, Heloisa

1986 - Do Palco aos Bastidores - O SOS Mulher (SP) e as Práticas Feministas Contemporâneas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP

REIS, Fábio Wanderley

1978 - Os Partidos e O Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro, São Paulo, Símbolo

1986 - "Constituição, Pacto e Poder" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.1, nº1, Junho

ROSZACK, Theodore

1978 - Contracultura, Rio de Janeiro, Vozes

1982 - Persona, Barcelona, E. Anel

SADEK, Maria Tereza

1987 - "São Paulo: 1986 - A Sociologia Eleitoral", XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro

SAHLINS, Marshall

1979 - Cultura e Razão Prática, RJ, Zahar

SANTOS, Wanderley Guilherme dos

1986 - "Transição em Resumo: do passado recente ao futuro imediato" in Revista de Ciências Sociais, nº1, v.1

SCHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, P.

1987 - Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos sociais na América do Sul, São Paulo, Brasiliense

SENNETT, Richard

1988 - O Declínio do Homem Público - as tiranias da intimidade, São Paulo, Companhia das Letras.

SIMMEL, Georg

(1983) - "Sociabilidade - Um exemplo de sociologia pura ou formal" in Florestan Fernandes (coord.), Georg Simmel, São Paulo, Editora Ática

SORJ, B. e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (org.)

1984 - Sociedade e Política no Brasil Pós-64, São Paulo, Brasiliense

TAVARES, Carlos A.P.

1983 - O que são Comunidades Alternativas, São Paulo, Brasiliense.

TURNER, Victor

1974 - O Processo Ritual, Petrópolis, vozes

VENTURA, Zuenir

1988 - 1968: O ano que não terminou, RJ, Nova Fronteira.

VIOLA, Eduardo

1987 - "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986). Do Ambientalismo à Ecopolítica", in PÁDUA, J.A., Ecologia e Política no Brasil, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.

1987 - "Movimento Ecológico e PV no Brasil: Notas sobre uma relação muito complexa", XI Encontro Anual da ANPOCS

1991 - O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): Da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento sustentado, XV Encontro anual da ANPOCS, Caxambú, 15-18 de Outubro de 1991

VIOLA, E. e BOERIA, S.L.

1990 - "A Emergência do Ambientalismo Complexo-Multissetorial no Brasil (particularmente na microregião de Florianópolis) nos anos 80" in Universidade e Sociedade face à Política Ambiental Brasileira, Brasília, IBAMA.

WEFFORT, Francisco

1987 - "O que Esperamos da Constituinte? Partidos e Representações" in Revista Lua Nova, v.3, nº4

WILLIAMS, Raymond

1979 - Marxismo e Literatura, Rio de Janeiro, Zahar.